

CHICO DE ASSIS
CRISTINA TAVARES
GILVANDRO FILHO
GLÓRIA BRANDÃO
JODEVAL DUARTE

Onde está meu filho?

HISTÓRIA DE UM DESAPARECIDO POLÍTICO



PAZ E TERRA
POLÍTICA

Brasil, fevereiro de 1974

Para muitos, talvez estes elementos não signifiquem tanto. Para outros, um tempo qualquer, época de Carnaval, ano da Copa do Mundo. Boa parte da população brasileira, anestesiada com a falsa euforia da década, ao mesmo tempo que amortecido o seu poder de observação pela brutal censura imposta aos meios de comunicação, talvez desconheça, completamente, o que significou esse período, a década de 70, na história política do nosso país.

Como explicar hoje, ou daqui a alguns anos, as prisões ilegais, a tortura, os desaparecimentos de centenas de brasileiros, cujo "crime" não era outro senão lutar contra um modelo injusto e massacrador, imposto com os sucessivos governos militares implantados a partir de 1964? Esses homens, essas mulheres, até crianças, são hoje fantasmas na memória de alguns. Exagero na mente de outros. Dor imensa, no peito dos amigos e dos familiares, estes sim, incapazes de esquecer. Mas, como imaginar um Brasil tão violento e, ao mesmo tempo, tão recente?

A história de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, pernambucano de Olinda, é um retrato desse tempo. Sua vida foi abruptamente podada, logo após ter completado apenas 26 anos. Nunca as autoridades reconheceram sequer a sua prisão. Nunca houve uma explicação para sua morte. O governo do General Ernesto Geisel, através do Ministro da Justiça, Armando Falcão, chegou a ir aos veículos de comunicação, após uma pressão firme de entidades nacionais e internacionais, divulgar a versão oficial para o desaparecimento de Fernando e de mais 26 brasileiros presos por organismos de segurança. Todos estavam sendo "procurados", todos estavam na "clandestinidade". A mãe de Fernando, dona Elzita Santa Cruz, define com precisão o que o ministro falseara: "que clandestinidade é esta que faz de um filho respeitoso e um pai digno, um ser monstruoso que despreza a dor de sua mãe, de sua esposa e do seu único filho?". Ao mesmo tempo, argumentava que Fernando tinha emprego e residência fixos, comprovadamente. A farsa estava desmontada.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

O67 Onde está meu filho? : história de um desaparecido político / Chico de Assis ... [et al.]. — Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
(Coleção Documentos da democracia brasileira ; v. 6)

1. Brasil — Política e governo, 1964-1984 2. Prisioneiros políticos — Brasil 3. Oliveira, Fernando Augusto de Santa Cruz I. Assis, Chico de II. Série

85-0749

CDD — 320.98108
323.4098108

EDITORA PAZ E TERRA

Conselho Editorial:

Antonio Candido

Celso Furtado

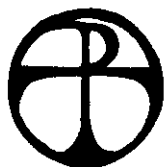
Fernando Gasparian

Fernando Henrique Cardoso*

Chico de Assis
Cristina Tavares
Gilvandro Filho
Glória Brandão
Jodeval Duarte

Onde está meu filho?

História de um desaparecido político



Paz e Terra

Revisão: Silvio Chagas
Beatriz Abrão

Capa: Yurgel, Machado e Rodrigues Arquitetos Associados

Composição: Linoart

Direitos adquiridos pela
Editora PAZ E TERRA S/A
Rua São José, 90 - 18.º andar
Centro — Rio de Janeiro, RJ
Tel.: 221-3996
Rua do Triunfo, 177
Santa Efigênia — São Paulo, SP.
Tel.: 223-6522

1985

Impressos no Brasil
Printed in Brazil

PREFÁCIO

Dizem que Guilherme I da Inglaterra, depois de atravessar a Normandia, devastando a tudo e a todos, incendiando vilas e cidades, caiu ferido nas ruas de Nantes, que incendiara. Morto e abandonado pela nobreza, que antes o incensava nas pilhagens praticadas, somente encontrou as mãos piedosas de um fidalgo para o enterrar. Mas, antes de se recolher à jazida, quando abriam a cova onde ia baixar seu féretro, um fato insólito deteve a cerimônia. Dentre os presentes surgiu à frente um homem que a todos assombrou num pleito comovente de justiça, dizendo que o chão em que se pretendia enterrar o morto era antes a casa de seu pai, que havia sido tomada à força pelo tirano, tendo sido sua família por ele dizimada. O homem reclamava a devolução do sítio e proibia, em nome de Deus, que o corpo do esbulhador se cobrisse com a terra que, por justiça, era de seus familiares. Todos os presentes conheciam o reclamante. Sabiam dos fatos e, ainda que envergonhados e desconcertados, o apoiaram tacitamente. O litígio, inusitadamente instaurado à beira da sepultura, somente se resolveu quando os governantes presentes comprometeram-se a indenizar os crimes praticados pelo que jazia no ataúde e assumiram publicamente o compromisso de que tais fatos não se repetiriam. Somente aí, retirou o denunciante o seu embargo e o caixão desceu à cova que o esperava.

Mais de oito séculos se passaram desses fatos e, no Brasil de hoje, o pleito dos familiares dos mortos e dos desaparecidos é o mesmo: Justiça!

É porisso que os familiares vítimas da tirania, ainda hoje, permanecem interrompendo as festas de gala da "Nova República". Através dos destroços que juncam o solo da Pátria, onde, por vinte anos, o regime militar, se espraiou como um fio de sangue corrente, não haverá reconciliação nacional enquanto não se puni-

rem os crimes da ocupação militar: a tortura, a morte, o desaparecimento e a corrupção.

O Brasil nada lucrou com essas "capacidades profissionais" dos nossos militares. Ao contrário retrocedeu. Brutalizou-se. Dividiu-se. Hoje, os responsáveis pelas mazelas da nossa geração pedem que esqueçamos. Que sejamos amnésicos. Mas não dá! É impossível para os que receberam diretamente o choque desses infortúnios tão dolorosos e que hoje nutrem sentimento de grande humilhação, com a consciência e a sensação de serem considerados e vistos por todos como estorvos, incômodos, enfadonhos e inoportunos, deixar de argüir de injusta e injustificável a benignidade que se está propiciando aos que mataram e fizeram desaparecer nossos familiares.

Uma das maneiras pelas quais podemos passar às próximas gerações o legado do nosso sofrimento e da nossa luta é escrever. Escrever muito. Antes que a nossa memória nos traia. Antes que façam esquecer a sociedade. Antes que se absolvam pela prescrição do tempo.

É nesse sentido que, com orgulho, prefacio o presente livro sobre a vida, paixão e desaparecimento (o calvário do nosso tempo) de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. Acompanho a luta de sua família de lutas. Seus clamores contra o regime que sujeitou a Nação à espada.

Fernando? Não o conheci pessoalmente. Mas não importa, porque é como se isso não fosse necessário. Tenho a sensação de conhecê-lo intimamente. Acho que todos nós que atuamos no Comitê Brasileiro de Anistia-CBA, somos estreitamente ligados a Fernando e aos demais. De certa forma, estamos estranhados em todos e em cada um dos desaparecidos.

Agora é a sua vez. Leia o livro. Entranhe-se. Evite a amnésia geral. Transmita. Comente. Reflita. E assumo o compromisso histórico do resgate desse tempo e do nunca mais!

Setembro, 1985

Luiz Eduardo Greenhalgh

Os autores de "ONDE ESTÁ MEU FILHO?" e a família Santa Cruz agradecem a colaboração recebida de pessoas e entidades, entre os quais:

Prefeitura da Cidade de Olinda

Câmara Municipal de Olinda

Centro de Cultura Luiz Freire

Centro de Estudos Políticos e Sociais Teotônio Vilela

INESC

União Nacional dos Estudantes (UNE)

Diretório Central dos Estudantes Fernando Santa Cruz da
Univ. Federal Fluminense

Diretório Acadêmico de Direito Fernando Santa Cruz da
Universidade Católica de Pernambuco

José Arnaldo Amaral — Prefeito de Olinda

Roberto Franca Filho

José Eudes Freitas — Deputado Federal

Luciano Siqueira — Deputado Estadual

João Roberto Costa do Nascimento (Peixe)

Théo e Lília Maria Gondim Leitão

Dinare Figueiroa Pereira

Carlos Eduardo da Silva Monteiro

... e todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

Pesquisa: Marcelo Santa Cruz e Gilvandro Filho
Entrevistas: Eduardo Homem e Geraldo Sobreira
Coordenação de Texto: Gilvandro Filho
Texto-final: Nagib Jorge Neto

Sumário

Capítulo I

1.ª PARTE — A FASE FURIOSA DA REPRESSÃO

Capítulo I

O Quatriênio do Terror (1970/74)	13
Desaparecimento e Busca	19
A Ira Cega dos “Homens”	21

Capítulo II

A Aflição dos “Esperantes”	25
A Oposição na Luta	28
O Papel da Imprensa	30
A Farsa do Poder	33

2.ª PARTE — O SISTEMA AMEAÇA E GARANTE A IMPUNIDADE

Capítulo III

A Missão em que o Velho Marechal Falhou	39
Políticos Vacilam, mas Vítimas Pedem “Apenas Justiça”	42
“Para que Nunca Mais Aconteça”	48

3.^a PARTE — OS COMPANHEIROS, A DOR DA FAMÍLIA

Capítulo IV

Os Sonhos Juvenis	61
Sentimento de Perda e Revolta	74
Em Vez do Dia, Veio a Noite	76
Meu Amigo, Meu Irmão Fernando	80
“Onde Está Meu Filho?”	82
A Família Santa Cruz: Dor e Resistência	95
Feridas Não Cicatrizadas	109
Anexos	117

1.^a parte

A FASE FURIOSA DA REPRESSÃO

I

O QUATRIÊNIO DO TERROR (1970/74)

Convoco a Universidade, chamo a Igreja, aceno à imprensa, brado ao povo, para que ajudem a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo.

Sob a retórica de marca liberal que assinalou o discurso de posse do General Emilio Garrastazu Médici na Presidência da República, em 25 de outubro de 1969, instalou-se um dos períodos mais repressivos da história deste país, que a partir de abril de 1964, através de um golpe de Estado, passou a ser governado por forças conservadoras, empenhadas em deter o avanço democrático da sociedade, conter as reivindicações sociais e suprimir os direitos e garantias individuais. Evidente que o movimento de março aludia à restauração da democracia, mas o que se viu, a partir de sua vitória, foi o exercício do arbítrio, da repressão, a exceção como norma, com prisões, demissões, cassações, torturas, tudo sob inspiração da ideologia de segurança nacional, vinculada a teorias geopolíticas, ao antimarxismo e ao conservadorismo do pensamento de organizações como a Opus Dei, na Espanha, e a Action Française.

No Governo Médici, portanto, continuou a retórica liberal, mas a Universidade foi convocada, sim, para a oficialização da delação, que obrigou seus melhores membros a abandonar o país. No rastro do caminho que os levava ao exílio, ficaram os destroços da Universidade de Brasília — uma das experiências mais fascinantes do mundo acadêmico brasileiro. As entidades estudantis foram fechadas ou transformadas em grêmios recreativos, enquanto os estudantes, além de cassados em seu direito de estudar (período variável de 1 a 3 anos), sofreram prisões, condenações, torturas, mortes em conflitos simulados ou foram dados como desaparecidos.

A Igreja também foi chamada, mas por impassíveis agentes de segurança que se revezavam na prisão e tortura dos membros de sua ala mais progressista e na perseguição sistemática aos que

atuavam nas chamadas comunidades de base. Figuras do porte de um Dom Hélder Câmara ou de um Dom Paulo Evaristo Arns estiveram impedidas de se manifestar publicamente, sendo que uma simples referência aos seus nomes nos órgãos de divulgação era objeto de rigorosa censura.

Os jornais de maior tradição do país — alguns, inclusive, como *O Estado de S. Paulo*, insuspeito de qualquer tipo de subversão — passaram a conviver com a presença prepotente de um censor, invariavelmente ligado aos órgãos de segurança. Ao lado disso, os órgãos de comunicação não submetidos à censura prévia recebiam bilhetinhos, sem assinatura, advertindo sobre as notícias e assuntos vetados naquele dia, tais como:

“está proibida a divulgação de quaisquer análises, comentários, entrevistas sobre anistia internacional, abertura política ou democratização, críticas à política econômica e à entrevista de Roberto Campos (Ministro do Planejamento)”.

“está proibida a publicação do Decreto de D. Pedro I, do século passado, abolindo a censura no Brasil”.

“está proibida a publicação de notícias sobre apreensão do semanário *Opinião* e prisão de seus diretores”.

“proibida a divulgação de manifestos liderados por Dom Hélder Câmara alusivos a Direitos Humanos”.

“proibida a divulgação de tiroteio na rua da Moóca, com morte de três subversivos”.

“proibida a divulgação da negativa da Câmara de Ponta Grossa, Paraná, em conceder o título de Cidadão Pontagrossense ao Presidente Médici”.

“proibida a divulgação de notícias sobre denúncias do Senador Edward Kennedy (EUA), a respeito de torturas no Brasil”.

“parcimônia nas notícias de fatos ocorridos no Chile (morte de Allende)”.

“minimizar ao máximo o noticiário sobre decretação da prisão preventiva do delegado Fleury”.

Quem ousasse resistir ao cerco — que atingiu todos os meios de divulgação, até mesmo anúncios de publicidade — era de imediato posto sob o tacho da censura prévia e passava a ser vítima de vários tipos de pressão. Diversos jornais fecharam — a exemplo do *Correio da Manhã*, no Rio — e outros arcaram com enormes prejuízos. Como não era permitido publicar espaços em branco, a fórmula para manter um mínimo de dignidade era substituir as matérias vetadas por versos de Camões (*O Estado de S. Paulo*),

receitas culinárias (*Jornal da Tarde*) ou desenhos inofensivos, diabinhos (*Veja*).

A intelectualidade mais rebelde organizou-se em torno dos chamados jornais alternativos (*O Pasquim, Opinião, Movimento*), semanários que cumpriram importantíssimo papel de resistência, mesmo sob o jugo da censura prévia e apesar das frequentes apreensões de suas edições.

Dentro da estratégia do Governo, o aceno à imprensa visava tão-somente os espaços para louvações à sua política econômica, à propaganda ufanista do Milagre Brasileiro, à veiculação de dados falsos manipulados pelos tecnocratas — que buscavam convencer a nação do êxito do sistema no combate à inflação, dos índices insignificantes de elevação do custo de vida e conseqüentemente da justeza da política salarial, do arrocho que sacrificava a classe trabalhadora e beneficiava as empresas nacionais e multinacionais. As sobras iludiam parcelas da classe média, que não tinham meios de se informar sobre as façanhas do poder, cada vez mais comprometido com os interesses dos grupos econômicos nacionais e seus aliados no exterior.

O brado ao povo, enfim, resultou no zunir de baionetas que empurravam “goela adentro” qualquer suspiro de protesto. Cada esquina deste país se transformou em viela para um seqüestro e o povo brasileiro foi forçado a conviver com cenas até então inéditas em seu cotidiano. O poder recomendava — com promessa de recompensa — a delação pura e simples de qualquer ato suspeito. Sem dever nada ao estilo dos faroestes americanos, nas grandes e pequenas cidades, foram espalhados cartazes com as fotos dos procurados pelo regime. Os porteiros de edifícios e donos de imobiliárias também se encarregavam de servir à ordem estabelecida, enviando nomes e relatórios sobre os movimentos dos moradores dos imóveis sob sua guarda. Quem pretendesse se locomover de um Estado a outro do país, não escapava da obrigação de apresentar documento de identidade, submetidos ao implacável crivo dos órgãos de segurança. Estes, anteriormente restritos aos DOPS e membros da Polícia Civil, passaram a ser comandados diretamente por organismos vinculados às Forças Armadas.

Nesse clima de repressão, de intolerância, fustigado por grupos armados que não acreditavam numa resistência pacífica, que se organizaram diante da evidência de que o Estado ampliava sua violência, surgiu a Operação Bandeirantes (OBAN), financiada por grandes empresários e voltada para a unificação de todos os órgãos

envolvidos na repressão às lutas contra o regime, que vinham sendo dirigidas sobretudo por lideranças estudantis, trabalhistas, profissionais liberais, sacerdotes e leigos comprometidos com o esforço de redemocratização do país.

A Operação Bandeirantes agiu com absoluta ignorância de qualquer sentimento humano, tal qual um bando de sicários, espalhando o terror não só em São Paulo, onde foi criada, mas também no Rio de Janeiro onde passou a atuar e a ser temida como uma entidade acima da lei e de qualquer respeito à dignidade humana.

Posteriormente, as Forças Armadas passaram a comandar diretamente o processo, através dos DOIs (Departamento de Operações Internas) e dos CODIs (Centro de Operações de Defesa Interna). A eles se uniam seus equivalentes na Marinha (CENIMAR) e na Aeronáutica (CISA).

A atuação dessa engrenagem esmagadora desaguava nas ruas das cidades, freqüentemente invadidas pelos grandes arrastões, *de cujas prisões* indiferenciadas e arbitrárias ressoavam os gritos lancinantes dos porões dos quartéis e das delegacias de polícia.

Além dos gritos, não raramente surgiam as versões de suicídios nas prisões, de mortes em tiroteio, ou as negativas de detenção e conseqüentemente a configuração de *desaparecido*.

Os mecanismos institucionais legais (Congresso Nacional, Assembléias Legislativas, Tribunais de Justiça castrados em suas prerogativas essenciais pelo Ato Institucional n.º 5, em plena vigência) revelavam-se inteiramente impotentes, perdendo, pouco a pouco, o crédito de uma população perplexa e aterrorizada, face à investida avassaladora da repressão. Não foi por acaso que as eleições gerais para as casas parlamentares, realizadas em 1970, assinalaram um índice inigualável de votos nulos.

Entrelaçamento

Toda essa formidável máquina repressiva respaldava-se, paradoxalmente, em bases econômicas bastante seguras. A economia brasileira atravessava uma de suas fases cíclicas de expansão, batendo todos os recordes de crescimento: 9,5%, em 70; 11,3%, em 71; 10,4%, em 72; e 11,4%, em 1973. É o famoso “milagre brasileiro”, financiado a peso de bilhões de dólares no exterior, cuja maciça entrada no Brasil vem dar na astronômica dívida externa

contraída pelo país, que hoje corrói implacavelmente sua economia, provocando desemprego, violência e fome.

Está claro que todo esse crescimento favorecia apenas poderosos grupos econômicos, vinculados ao capital internacional e a condição primacial para seu eficaz desdobramento era a existência de um poder hipercentralizador, dotado de excepcionais instrumentos de repressão. Tanto é assim que as primeiras manifestações objetivas do regime, em torno da descompressão política, coincidem com os primeiros sinais da grave crise econômica internacional ainda presente em nossos dias, cujo ponto de inflexão se localiza em 1974, com o estouro da crise mundial do petróleo.

Confronto

Nesse contexto híbrido de crescimento acelerado da economia e de repressão política desenfreada, transitavam as organizações de esquerda. Originárias, em sua maioria, das fileiras do *Partido Comunista Brasileiro* — cujo projeto reformista havia fracassado com o golpe militar de 1964 — elas se debatiam em torno de uma fórmula que configurasse dois elementos que polarizavam seu surgimento: o antipacifismo e o antipartidarismo. É nesse quadro que surgem as organizações voltadas para o encaminhamento da luta armada:

ALN (*Ação Libertadora Nacional*). Comandada por Carlos Marighella, dirigente histórico do PCB, que passou a defender a desnecessidade de uma estrutura partidária, nos moldes clássicos do marxismo-leninismo, e a criação em seu lugar de um movimento que se credenciasse como vanguarda, pela prática sistemática de ações armadas. Inspirava-se, visivelmente, no exemplo da Revolução Cubana e os seus pressupostos teóricos eram similares aos que resultaram na formação do Movimento 26 de Julho, em Cuba.

VPR (*Vanguarda Popular Revolucionária*). Comandada por Carlos Lamarca, diferia da ALN apenas na origem acentuadamente militar dos seus membros, muitos dos quais, a exemplo de Lamarca, haviam abandonado as fileiras do Exército.

PCBR (*Partido Comunista Brasileiro Revolucionário*). Dirigido por alguns comunistas também históricos — a exemplo de Apolônio de Carvalho e Mário Alves — distinguia-se das duas primeiras pela defesa da manutenção de uma estrutura partidária, conforme pre-

conizado pelo marxismo-leninismo, e pela tentativa de combinar o trabalho armado com um mínimo de trabalho político de massas.

VAR-PALMARES (*Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares*). Dissidência da VPR. Constituiu-se através da fusão com parte da POLOP-*Política Operária*.

COLINA (*Comando de Libertação Nacional*). Dissidência do PCB, localizada restritamente em Minas Gerais.

MR-8 (*Movimento Revolucionário 8 de outubro*). Oriundo da dissidência do PCB na Guanabara, terminou absorvendo grande parte da VPR. Carlos Lamarca morreu como um dos seus quadros.

Foram essas as ramificações principais originadas na crise vivida pelo PCB. Delas surgiram algumas outras siglas, em consequência das intermináveis cisões e divergências de método existentes entre elas.

Uma outra vertente das organizações revolucionárias do período provinha do movimento católico de esquerda (AP — *Ação Popular*, posteriormente transformada em APML — *Ação Popular Marxista-Leninista*) e do PC do B *Partido Comunista do Brasil*, única dissidência de maior envergadura do PCB, anterior ao golpe militar de 1964.

Estas se distinguiam das demais pela defesa intransigente de uma estrutura partidária, nos padrões clássicos do marxismo-leninismo. Embora defendessem também a luta armada — como saída para o impasse em que o país havia sido atirado pelo golpe militar — reagiam à influência produzida pela revolução cubana, aproximando-se mais em suas concepções militares dos ensinamentos extraídos da revolução chinesa, particularmente no que toca à eclosão da guerra popular, com cenário principal nos campos. Não foi por acaso que parte da APML fundiu-se ao PC do B e muitos dos quadros desses dois partidos se inscrevem entre os participantes da Guerrilha do Araguaia — foco insurrecional que se expandiu no interior do Pará e que travou acirrados combates com as forças do Exército regular, vindo a ser debelado depois de três anos de atuação.

A despeito da abnegação heróica dos seus quadros, as organizações revolucionárias da época pagaram, de um modo geral, pelas deficiências crônicas registradas na formação histórica da esquerda no Brasil: *pouco enraizamento nos setores fundamentais da revolução* (a classe operária e o campesinato), fenômeno para o qual também contribuiu o precário nível de mobilização e de consciência política das massas populares; composição, em consequência, pre-

dominantemente pequeno-burguesa e despreparo teórico para fazer frente a uma realidade econômico-social bastante complexa.

As ações armadas por elas empreendidas — quase todas restritas ao circuito urbano — tiveram o mérito inicial de apontar uma perspectiva concreta de resistência, num momento em que todos os canais da política tradicional se haviam fechado. Pouco a pouco, entretanto, à medida que a repressão crescia, tais ações desvincularam-se de uma estratégia definida e passaram a ser encaradas como um fim em si mesmo. Isso acentuou o isolamento da esquerda armada, em relação ao conjunto das forças sociais.

Ao fim do período configurado, as organizações revolucionárias limitavam-se a uma existência semivegetativa, restringindo suas ações praticamente à finalidade exclusiva de sobrevivência dos seus quadros — todos condenados à mais dura clandestinidade —, além da manutenção cada vez mais difícil de sua rede de “aparelhos”.

Exaurida pelos inúmeros golpes sofridos, sua prática política reduziu-se aos encontros intermitentes entre os poucos dirigentes e militantes ainda não atingidos pela fúria repressiva. Foi em um desses encontros, em 23 de fevereiro de 1974, início do governo Geisel, que desapareceu o estudante pernambucano e militante da APLM Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira.

DESAPARECIMENTO E BUSCA

Quando saiu no dia 23 de fevereiro, às quatro da tarde de um sábado de carnaval, para um encontro com o companheiro Eduardo Collier Filho, em Copacabana, Fernando deixou a indicação do local e uma advertência: se não voltasse até às 18 horas, teria sido preso.

Não voltou e desde então começa, para seus familiares e amigos, um tormento que atingiu e marcou tantas outras pessoas neste país, lembrando Sísifo, personagem lendário grego, que foi condenado a empurrar eternamente uma pedra para o topo de um monte. Sempre que estava prestes a concluir a tarefa, a pedra resvalava e ele tinha de começar tudo de novo.

Existe pois alguma coisa da angústia de Sísifo na procura dos desaparecidos no auge da repressão do movimento militar de 1964. Caminhadas intermináveis, informações que seguidamente caem no

pantanal dos equívocos, horas dolorosas de apreensão nos corredores e nas ante-salas da tortura e da morte. Esse clima angustiante, tenso, marcou a busca de Fernando Santa Cruz desde o início, confrontando mãe, irmão, irmã, parentes e amigos com os que se elegeram juízes e executores, rasgaram textos legais e zombaram de resqúcios de leis que deveriam assegurar aos detidos, pelo menos, a sobrevivência.

Era a “pedra no meio do caminho”, pedra que começou a ser empurrada logo depois do dia 23 de fevereiro de 74 (final do governo Médici) quando Fernando foi visto, pela última vez, por seus familiares. A primeira denúncia, levada ao conhecimento do grande público, saiu no dia dois de março de 1974, quando os jornais *O Dia* e *O Globo* publicaram notas sobre o desaparecimento.

“Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, de 26 anos, veio de São Paulo para o Carnaval, hospedando-se na casa de seu irmão Marcelo (Rua Correia Dutra, 55/404) mas desapareceu no sábado. Marcelo procurou-o até ontem, quando resolveu vir à redação de *O Globo*. Ele pede a quem tiver notícias de Fernando avisar no seu endereço. Fernando é moreno, de bigode, tem 1,76 e trajava bermudas amarelas e camisa quadriculada”. (*O Globo*, 02.03.74)

Por trás dessa nota aparentemente normal em dias de carnaval, quando pessoas *desaparecem* com mais facilidade, havia toda uma história de medo e terror que é a tônica de um dos capítulos mais sombrios da repressão do Estado no país. Não podiam restar dúvidas, portanto, que o desaparecimento de Fernando era obra dos “homens” e não um presumível incidente comum em época de carnaval.

Assim, em março, um pedido de *habeas corpus* impetrado por Marcelo de Santa Cruz Oliveira e Antonio Modesto da Silveira, junto ao Superior Tribunal Militar, dava uma dimensão aproximada sobre a questão do desaparecimento de Fernando, enquanto reinava o silêncio dos meios de comunicação de todo o país, para os quais o Brasil era uma ilha tranqüila e próspera, tal como queria fazer crer a ditadura militar.

O *habeas corpus* apontava como autoridades impetradas os Comandantes do I Exército, do 1.º Distrito Naval e da 3.ª Zona Aérea, Delegado Regional da Polícia Federal e Diretor do DOPS do Estado da Guanabara. Citando as engrenagens da repressão, os advogados relatavam:

“No dia 23 de fevereiro próximo passado, sendo sábado de

carnaval, o paciente saiu da casa de seus familiares, trajando a passeio pela rua, apenas bermudas, camisa esporte, chinelos, etc., quando foi detido em Copacabana, por elementos pertencentes aos órgãos de segurança nacional, conforme presenciado por outras pessoas”.

A petição continha alguns elementos esclarecedores. Os indícios de prisão estavam consubstanciados na invasão do apartamento de Eduardo Collier Filho, em Copacabana, no dia do desaparecimento, por agentes de segurança que apreenderam livros de conteúdo ideológico, sem que admitissem se identificar ao porteiro do edifício.

A IRA CEGA DOS “HOMENS”

Em princípios de 1974, apesar do declínio da luta organizada, a ditadura permanecia em guerra contra os opositores do regime, recorrendo ao extermínio puro e simples dos seus elementos mais combativos. Era o reflexo da paranóia do início dos anos 70, quando os estrategistas do sistema decidiram montar um formidável aparelho de repressão, com poderes para julgar sumariamente qualquer pessoa e conseqüentemente decretar ou não sua morte.

Alguns militantes, portanto, estavam marcados para morrer, outros para serem vigiados, mas havia o risco de um momento de fúria num interrogatório, de um “acidente de trabalho”, de sorte que a vida e a morte dependia de indivíduos e grupos integrantes dos órgãos de segurança. Nesse clima, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, junto com sua mulher Ana Lúcia e o filho Felipe, deixa São Paulo e vem para o Rio de Janeiro, onde pretendia manter contatos, sendo o primeiro deles com Eduardo Collier Filho, pernambucano, amigo e companheiro da Ação Popular. Eduardo, ao contrário de Fernando, estava sendo procurado pelos órgãos de segurança e vivia na clandestinidade.

Da casa de seu irmão Marcelo ele sai para o encontro marcado, sem armas, de bermuda, camisa esporte e chinelo, e nunca mais volta como tantos outros que partiram para reunir-se com amigos, ir à escola ou ao trabalho, e, de repente, foram vítimas de uma prisão ilegal, de um seqüestro, de um atropelamento e outras armadilhas do gênero. Era o período de transição da ditadura de Médici para o Governo do Presidente Ernesto Geisel, que acenava com um

projeto de distensão política e, contraditoriamente, recorria à cassação de mandatos legítimos de parlamentares da oposição, prendia cidadãos sem mandados judiciais, torturava pessoas acusadas de subversão, atribuía mortes nas prisões a tiroteios ou resistência à prisão e produzia versões inconsistentes de desaparecimentos.

O desaparecimento de Fernando aconteceu, pois, de acordo com aquela rotina repressiva, que tentou encobrir a invasão do apartamento do seu companheiro Eduardo, sendo que a partir daí seu destino foi sistematicamente negado pelas autoridades, pois não deixar rastros era, naqueles tempos, uma especialização, um jogo de empurra com mentiras e rebates falsos.

Ação e Presença

“Apenas fotos nos jornais
Desaparecido no cartaz
Aqui brotou uma semente
Que reproduz eternamente”.

Estes versos de Itamar Correia mostram que não foi em vão a resistência de quantos combateram o regime militar e que perderam a vida, como Fernando, Eduardo e tantos outros, integrados no esforço de construir um país com liberdade e no qual cada ser humano pudesse viver em paz e com dignidade.

Com efeito, a militância política de Fernando Santa Cruz data de 1966, quando os estudantes pernambucanos intensificavam suas lutas, ganhavam as ruas, entusiasmados com a resistência à ditadura que crescia dentro das escolas e das Universidades. Naquele ano, através do Ministério da Educação e Cultura, o Governo tentava implantar um sistema de ensino adotado nos Estados Unidos (Acordo Mec-Usaid), desvinculado portanto da realidade brasileira, e cresciam os protestos da juventude e a insatisfação, que culminariam com as manifestações de 1968, as greves estudantis, a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro, até o fechamento total do regime, através do Ato Institucional n.º 5 (AI-5).

No Recife, em 1966, as lideranças estudantis promovem uma passeata de protesto contra o acordo Mec-Usaid e o Governador do Estado, Nilo Coelho, põe de prontidão grande parte do efetivo policial e ordena a observação do movimento. Na Assembléia Legislativa, os jovens decidem queimar uma bandeira americana e

imediatamente as tropas avançam para reprimir o movimento, a multidão corre e se dispersa.

Nessa hora, Marcelo Santa Cruz, irmão de Fernando, alcança uma esquina próxima à Assembléia sendo informado pelos estudantes de sua própria prisão. Era estranho e ele busca a versão correta: o preso era Fernando e o episódio o primeiro indicador de que a sua ação política iria ser constante, num envolvimento com as lutas desenvolvidas pelo povo, com os problemas básicos da nação e com os ideais de liberdade e justiça social, que vinham sendo sufocados pelo regime de exceção.

Assim como outros jovens de sua época, que foram apanhados de surpresa pelo golpe de 1.º de abril de 1964, Fernando chega ao curso científico no reinício das lutas estudantis, começando a nascer a conscientização, a vontade de participar, de mudar as coisas, apesar do esforço do sistema para alienar ou intimidar a juventude. Assim, no Colégio Carneiro Leão, passa a participar do movimento estudantil secundarista, até ser preso juntamente com Ramirez Maranhão do Valle, outro que engrossaria a relação de desaparecidos políticos.

Após esta primeira prisão, Fernando passa a atuar com maior entusiasmo e ingressa, como estudante do Colégio Estadual de Pernambuco, na Ação Popular. Então tornou-se um articulador e cuida da reestruturação da Associação Recifense dos Estudantes Secundaristas — ARES — juntamente com Roberto Franca, Arnóbio (Noba), Tadeu, Antonio Sérgio, José Eudes e Valter.

Nessa condição, depara-se com o AI-5, instrumento idealizado pelos militares, elaborado pelo Ministro da Justiça, Gama e Silva e assinado pelo Presidente Costa e Silva. Através de tal ato, o país entrou no seu período de absoluta exceção, com o Congresso em recesso, censura aos meios de comunicação, centenas de pessoas presas. A ditadura estava então institucionalizada, presente em cada canto do país. As perseguições aumentam, surgem atentados misteriosos, bombas explodem no Colégio Estadual e a polícia joga sobre Fernando a responsabilidade do ato. Sua casa, em Olinda, é revisada, a família ameaçada e diante do clima hostil toma a decisão de ir para o Sul do país.

Quando parte, em princípios de 1970, leva a mulher Ana Lúcia Valença, chegando ao Rio em meio ao clima de forte repressão aos setores organizados da esquerda. Enfrenta logicamente dificuldades em conseguir emprego, que acaba obtendo em um órgão da administração pública estadual (CHISAM). Mais tarde ingressa na Facul-

dade de Direito da Universidade Federal Fluminense e inicia sua militância no movimento estudantil carioca, atuando no Diretório Central e no Centro Acadêmico.

O nascimento de Felipe, em abril de 1972, representa também uma nova fase na vida de Fernando. Mas no Rio de Janeiro, como em todos os grandes centros do país, a repressão política se ampliava e os militantes da oposição, sobretudo das entidades clandestinas, eram alvo de uma caçada cada vez mais dura e desigual. A Ação Popular sofria baixas, com prisões, mortes, desaparecimentos, e Fernando e Ana Lúcia, por razões de segurança, mudam-se para São Paulo onde ele havia conseguido, por concurso público, colocação no Departamento de Águas e Energia Elétrica, na função de agente agropecuário.

Na capital daquele Estado, isolado, sofrendo, ele se inquietava com a sorte de amigos de vida e de luta, como Paulo Wright, Honestino Guimarães, Humberto Câmara Neto, fígados pelos órgãos de segurança. A Ação Popular agonizava nas malhas da repressão sendo seus líderes, José Carlos da Matta Machado e Gildo Lacerda, assassinados durante sessões de tortura e suas mortes testemunhadas por presos políticos, desmentindo as versões oficiais, segundo as quais haviam sido eliminados após "violento tiroteio".

Assim angustiado, Fernando Santa Cruz decide voltar ao Rio em busca de contatos. Na tentativa de participar, agir, encontrou a morte e deixou, como muitos outros combatentes, uma lição para seus algozes e para a nação, pois permanecem vivos seus ideais. Assim como cresce, a cada dia, a convicção da necessidade de garantir a liberdade e evitar perdas de patriotas como Fernando.

II

A AFLIÇÃO DOS “ESPERANTES”

Apesar do regime manter, em 1974, inalterado o seu esquema repressivo, a família de Fernando Santa Cruz, como tantas outras, alimentou esperanças de que não tivesse acontecido o pior. O relato do aditamento do *habeas corpus* documenta um destes momentos, pois em 14 de março daquele ano, através de informações extra-oficiais, houve indicação do seu paradeiro e do seu companheiro Eduardo.

Eles haviam sido detidos por órgãos de repressão no Rio e transferidos para São Paulo, para onde seguiram, naquele mesmo dia, Márcia de Santa Cruz Freitas, a mãe e uma irmã de Eduardo Collier Filho — Risoleta Meira Collier e Maria do Rosário Collier do Rego Barros — que buscaram o DOI paulista, na Rua Tomás Carvalhal. Na portaria, foram recebidas por dois militares, que são informados da razão da visita, após o que um deles vai ao telefone e chama uma pessoa pelo nome de “Marechal”, que logo apareceu, tomou nota dos nomes de Fernando e Eduardo, saiu para verificar e demorou-se por mais de uma hora. Passado esse tempo, o tal “Marechal” enviou aos policiais que estavam na portaria um bilhete, dizendo que não era dia de visita para Fernando e Eduardo, o que só poderia ser feito no domingo, dia 17, às 10 horas.

Os familiares deixaram então sacolas com objeto de uso pessoal e saíram confiantes de que vê-los era, então, apenas uma questão de horas. Essa certeza se consolidou quando Márcia, ao dar o nome de Fernando omitiu o Oliveira, acrescentado pelo “Marechal”.

No domingo, na hora determinada, voltam ao DOI-CODI Márcia, Risoleta e Maria do Rosário. Compareceu à portaria alguém

que se identificou como Homero, o chefe do serviço do dia. Ele declarou que tinha havido um lamentável equívoco na informação dada na quinta-feira e que Fernando e Eduardo ali não se encontravam. E devolveu as sacolas com roupas, alimentos e objetos de uso pessoal que haviam sido deixadas. A partir daí, só o silêncio e a escuridão.

As mães recorrem aos notáveis

Enquanto o irmão de Fernando, Marcelo de Santa Cruz, bate às portas da justiça através de petições, as mães de Fernando e Eduardo procuram se fazer ouvir pelos notáveis da nação. Risoleta Collier relata seu drama em carta ao Dr. Augusto Sussekind de Moraes Rego. Conta como chegou, com Márcia Santa Cruz, ao carcereiro "Marechal", como Márcia forneceu o nome incompleto e o tal "Marechal" o completou. Conta de seu conforto ao sair do DOI-CODI na Rua Tomás Carvalhal e como viu frustrada sua esperança ao ouvir de um tal Homero que tinha havido um equívoco.

A procura de Fernando se estende através de cartas, petições, telegramas. São enviados apelos ao ministro almirante Sylvio Moutinho, relator do *habeas corpus* impetrado por Marcelo e Modesto da Silveira; ao Presidente do Conselho Federal da OAB, advogado Ribeiro de Castro Filho; ao advogado Sobral Pinto; ao Ministro da Justiça, Armando Falcão; ao Presidente Geisel; ao Ministro do Exército, Sílvio Frota; ao Presidente do STM; à Comissão Pontifícia de Justiça e Paz; ao Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns; à mulher do presidente, Sra. Lucy Geisel; ao Comandante do I Exército, Reinaldo Melo de Almeida; à Comissão Internacional de Justiça; ao Chefe da Casa Civil, general Golbery; ao Marechal Cordeiro de Farias; ao Senador Edward Kennedy; aos membros do Tribunal Bertrand Russell; à Anistia Internacional.

Na busca de Fernando, utilizando-se dos mais tênues indícios e em meio à escassez de informações, dona Elzita Santos de Santa Cruz desenvolvia uma tarefa que aprofundava seu sofrimento. Diariamente, depois de constatado o desaparecimento de Fernando nos intrincados corredores da repressão, ela passou a escrever a todas as autoridades brasileiras.

No início de abril, ela e dona Risoleta Meira Collier mandaram telegramas dando conta da prisão de Fernando e Eduardo, por órgãos de segurança, sem o cumprimento das formalidades legais.

No comunicado dirigido ao Ministro da Justiça e ao Ministro do Exército, elas informam da recusa do II Exército em fornecer informações sobre a localização dos rapazes. Lembram a falta de atendimento das formalidades constitucionais e apelam pelo cumprimento da lei. O mesmo telegrama é dirigido ao Presidente Geisel e ao Presidente do STM.

Ao Comandante do I Exército, general Reinaldo Melo de Almeida, dona Elzita dirige uma carta no dia 3 de maio. Renova a informações sobre as circunstâncias do desaparecimento de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. Apela para a tradição que envolve o nome Almeida: "Fui motivada a fazer a presente carta, tendo em vista os predicados cristãos e humanistas de V. Exa., herdados de seu pai, figura ímpar, que enaltece a literatura nordestina. Em discurso pronunciado por José Américo ao retornar à Paraíba, em tempos idos, afirmou: Voltar é renascer. Ninguém se perde no caminho da volta". A resposta do General, no dia 09 de maio de 1974: "Compreendo sua preocupação, mas lamento informar que seu filho Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, procurado pelos órgãos de segurança por estar implicado em atividades subversivas, não se encontra preso em nenhuma organização militar subordinada a este comando".

Contra a tradição humanista do nome Almeida, nessa resposta, pesou o fato de ele ter dito que Fernando era procurado por órgãos de segurança. E Fernando, na data de seu desaparecimento, tinha emprego e endereço certos. Como se procura alguém que tem endereço de trabalho e residência ao alcance de qualquer um?

A resposta só podia estar no pesado silêncio que dava a dimensão da força do aparelho repressivo instalado no País, superior a todas as instituições civis, superior ao clamor nacional e internacional, ao mais alto órgão judiciário do País. E diante deste silêncio, em que a pedra de Sísifo voltou a rolar, ficando pela trilha esperanças que se seguravam em nomes aparentemente acima do aparelho repressivo e que na verdade eram impotentes ou coniventes diante da força da tortura e do crime, restou aos parentes de Fernando e Eduardo Collier apelarem para o único partido de oposição na época, o Movimento Democrático Brasileiro.

A OPOSIÇÃO NA LUTA

Um dos momentos mais expressivos, da busca aos desaparecidos, pela ressonância internacional que teve, foi quando da manifestação oficial do MDB. A sua comissão executiva divulgou, em 28 de junho de 1974, uma nota oficial em que reafirmava seu compromisso com a luta pelo respeito aos direitos do homem. E reiterou, junto às autoridades, notadamente ao Ministro da Justiça, pedido de esclarecimentos sobre as detenções e o paradeiro de 11 pessoas, entre as quais Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira.

Para quem conhece o espírito daquela época, sabe muito bem que mesmo um pedido oficial feito pelo único partido de oposição pouca ou nenhuma força representava junto ao supremo poder executivo federal. Mas o documento adquiriu importância pela ressonância que alcançou no exterior, junto a instituições e políticos influentes, capazes de exercer pressão perante o governo brasileiro. Também essa nota vinha dar mais substância às manifestações de políticos do MDB, que, no Senado e na Câmara Federal, exigiam explicações sobre o desaparecimento de Fernando.

Assim, em abril de 1974, o então senador Franco Montoro (MDB-SP) fez um discurso no Congresso voltado para a questão do desaparecimento de Fernando, formulando um apelo ao Ministro da Justiça para que ele esclarecesse as circunstâncias da prisão e do desaparecimento do jovem estudante. Montoro relata a história da prisão e cita a Constituição, quando diz que "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente". Franco Montoro lê carta de familiares de Fernando, pedindo ajuda para encontrá-lo.

O Senador Virgílio Távora, (ARENA-CE) como líder do Governo, afirma ter confiança de que o ministro da Justiça, "que tem um passado de homem justo, equânime, ouvirá quem de direito sobre o assunto, e as explicações cabíveis serão dadas". Não houve nunca explicações além de uma nota, devidamente desmentida pela família de Fernando.

Em maio, o senador Amaral Peixoto (MDB-RJ), ia à tribuna, e afirmava: "Nós, congressistas, sobretudo nós da Oposição, temos que estar atentos a todas as reclamações que recebemos do povo. Há poucos dias, ocupávamos esta tribuna para ler carta de uma senhora de São Paulo, cujo marido havia sido preso e do qual não se tinha nenhuma notícia. Não se sabia onde estava recolhido e

qual autoridade determinara a sua prisão. Hoje, novamente, duas senhoras, duas mães, me escrevem pedindo que, desta tribuna, eu peça esclarecimento ao Governo sobre a situação dos jovens Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho, presos na cidade do Rio de Janeiro, a 23 de fevereiro último, sem que até agora se saiba o seu paradeiro, o quartel onde estão recolhidos e qual o crime a eles imputado”.

Novamente o senador Virgílio Távora voltaria a assegurar que o ministro da Justiça daria os esclarecimentos necessários, esclarecimentos que nunca vieram. O senador Amaral Peixoto não aprofundou a questão. Encerrou logo seu discurso, agradecendo o aparte do líder do governo e dizendo confiar nas providências do ministro.

Em junho de 1974, o então deputado federal Marcos Freire (MDB-PE) fez um longo discurso, em que analisava a questão dos presos e desaparecidos políticos. O episódio envolvendo Fernando e Eduardo Collier Filho é tratado pelo deputado, que reproduz todas as informações disponíveis sobre as circunstâncias do desaparecimento, a impetração de *habeas corpus* perante o Superior Tribunal Militar, o pedido de informações às autoridades, o telefonema do dia 13 de março dando conta de que os dois jovens estavam no DOI à disposição do Centro de Informações do Exército, em São Paulo.

“Absolutamente indiscutível — dizia Marcos Freire na Câmara Federal — é que Eduardo e Fernando foram presos e que suas prisões são ilegais, uma vez que não foram cumpridas as determinações legais”. E passa a fazer menção a outras prisões políticas no País, acentuando: “A triste experiência desses anos pretéritos não nos anima muito na busca da verdade, em relação àqueles que estão desaparecidos. É preciso, no entanto, esperar que o Presidente Ernesto Geisel não permita que a mancha da repressão violenta continue a frustrar aquelas expectativas de otimismo que se criaram com a sua investidura no Poder”.

Um ano depois do desaparecimento de Fernando e Eduardo, o deputado federal Jarbas Vasconcelos (MDB-PE), que já havia denunciado o caso na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, se juntava ao movimento de solidariedade que no país e no exterior pedia esclarecimentos sobre os dois jovens e outros desaparecidos. Ele fala sobre a nota do Ministério da Justiça, acentuando: “A imprensa de todos os países civilizados e democráticos a repudiou, considerando-a inócua. E contra ela se levanta a opinião

pública de todos os quadrantes, exigindo um esclarecimento definitivo do Governo brasileiro”.

O pronunciamento do deputado Jarbas Vasconcelos é mais que a reprodução das apreensões dos familiares dos presos políticos. Ele cobra do governo uma prática que realmente configure a pretendida distensão política da época. E isso, no entender do deputado, não pode ocorrer enquanto não se tomar o caminho da normalidade, garantindo-se os primados da lei. “Toda a nação — diz — reclama por um clima de estabilidade política e institucional, onde, ao ser despertado pela madrugada em sua residência, tenha certeza, como se diz do povo inglês, que não se trata senão da visita do vendedor de leite ou do entregador de pão”.

O PAPEL DA IMPRENSA

Muito pouco se poderia esperar da imprensa brasileira para ajudar na busca de Fernando. A época ainda tinha o peso do silêncio forçado, a paz dos cemitérios, que caracterizou o período mais duro da repressão, durante o governo Médici. Quem acompanhava a vida do País através dos jornais, dos rádios ou das televisões, tinha a impressão de que estávamos em absoluta calma. Essa era, exatamente, a imagem tentada, fabricada, do “milagre” econômico, do “ninguém segura este País”, enquanto reinava silêncio sobre os “órfãos do talvez e do quem sabe”, na expressão do deputado Alencar Furtado, cassado pelo movimento militar, porque ousou utilizar um veículo como a televisão para dizer à nação silenciada pela censura que era preciso chorar os órfãos e as viúvas do talvez e do quem sabe.

Diante desse silêncio forçado e cheio de medo, os caminhos dos órfãos e das viúvas do talvez e do quem sabe eram tortuosos. Era preciso recorrer às instituições para, através delas, conseguir alguma ressonância aos apelos. Assim, recorriam ao único partido de oposição consentida, o MDB, à Igreja Católica, especialmente através de Dom Evaristo Arns, uma das figuras mais odiadas pelos torturadores e assassinos de jovens idealistas como Fernando e Eduardo Collier. Por isso seus pais, irmãos, amigos, batiam a todas as portas. Também foram à OAB, à Cruz Vermelha Brasileira, à Cruz Vermelha Internacional. Os apelos começaram a repercutir

lá fora, com o evidente objetivo de pressionar o governo brasileiro através de instituições internacionais de peso, que se sensibilizavam com a divulgação de atentados à liberdade e a dignidade da pessoa humana.

Assim, em 7 de maio de 1974, pouco mais de dois meses do desaparecimento de Fernando e Eduardo Collier, o respeitado jornal *Le Monde*, da França, publica com destaque uma matéria com o título *La police politique de Sao-Paulo multiplie les arrestations et les tortures*, do correspondente Charles Vanhecke. Dizia o jornal que numerosas testemunhas confirmavam a prática de torturas e desaparecimentos de pessoas presas, entre as quais Fernando e Eduardo, em 23 de fevereiro, bem como denuncia a prisão de militantes trabalhistas, a ação repressiva do DOPS e de um personagem central do esquema de terror, o delegado Sérgio Fleury.

Em 30 de maio, o *New York Times*, um dos mais prestigiados jornais dos Estados Unidos e de todo o mundo ocidental, divulgava texto sobre a mobilização da Ordem dos Advogados do Brasil, que cobrava do Governo Geisel o paradeiro de pessoas presas recentemente e que haviam desaparecido. E dá os nomes, começando por Fernando Santa Cruz, Eduardo Collier Filho, Luiz Inácio Maranhão, David Capistrano. Quase metade da notícia é destinada a relatar as circunstâncias do desaparecimento de Fernando. Alguns dias depois, a nove de julho, o *New York Times* voltava a tratar do assunto, relatando a ação da Igreja na busca de presos políticos desaparecidos. Através de correspondência de Marvine Howe, dava conta da divulgação, pela Igreja Católica, de uma relação de dezesseis presos políticos desaparecidos nos últimos dez meses.

Em 12 de julho de 1974, era o *Le Monde* que voltava a alertar para a ação das forças repressoras no Brasil, noticiando denúncia do MDB contra as detenções arbitrárias e os maus-tratos. Em documento dirigido ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, o MDB registrava o desaparecimento de David Capistrano da Costa, Paulo Stuart Wright, Walter de Souza Ribeiro, Ieda Santos Delgado, Luiz Inácio Maranhão, Humberto Câmara Neto, Honestino Guimarães, Fernando de Santa Cruz Oliveira, João Massena Melo e Thomaz Antônio Meirellis.

Ainda em julho, no dia 19, o desaparecimento de presos políticos brasileiros era destaque na *Revista Latin America*, que falava do sinistro desaparecimento de muitas figuras da oposição, relatando a preocupação de Dom Evaristo Arns e do MDB para encontrar os presos. Em novembro, a repercussão chegava à publicação alemã

National Zeitung, que tratou especialmente do caso de Fernando Santa Cruz, reproduzindo os pormenores contidos nos pedidos de *habeas corpus* impetrados por Marcelo Santa Cruz e Modesto da Silveira em benefício de Fernando, desde a saída deste para o encontro com Eduardo Collier, até a *via crucis* das famílias à procura dos dois jovens desaparecidos.

O assunto voltaria a ser tratado com destaque pela imprensa internacional no início de 1975 e, desta vez, com membros do governo abrindo uma brecha na grande máscara do poder autoritário e admitindo a ação autônoma dos órgãos de segurança, responsáveis pela prisão, "julgamento" e execução de inúmeros brasileiros. O jornal *New York Times* transcrevia declaração de autoridade destacada, em *off*: "O que podemos fazer é evitar que estes infelizes acontecimentos ocorram de novo".

A questão dos desaparecidos repercutia mais fortemente por causa das pressões da Embaixada norte-americana ante o desaparecimento de Paulo Stuart Wright, filho de missionários americanos e ex-deputado brasileiro, desaparecido desde sua prisão em 4 de setembro de 1973. Mas a pressão significava apenas uma forma de dar satisfação ao apelo de entidades civis e da imprensa norte-americana.

A Cruz Vermelha

No final de abril de 1974, o professor Gastão Jacinto Gomes, diretor da Cruz Vermelha Brasileira, do Rio de Janeiro, recebeu informações de um coronel do Exército que confirmavam a prisão de Fernando, em São Paulo. Segundo esse militar, que pediu para não ser identificado, Fernando estava com Eduardo Collier Filho, ambos detidos pelos órgãos de repressão para averiguação sobre supostas vinculações com movimentos contrários ao regime. Segundo o mesmo coronel, Fernando havia necessitado de cuidados médicos há cerca de um mês. Ele e Eduardo foram visitados no local onde se encontravam detidos pelo próprio coronel que prestou informações, a pedido da Cruz Vermelha.

No dia 3 de maio de 1974, o professor Gastão se comprometeu a enviar cartas das famílias para Fernando e Eduardo e conseguir resposta deles. As cartas foram escritas e não tiveram resposta. A partir do dia 13 de maio de 1974, a Cruz Vermelha, através do seu diretor, o professor Gastão, comunicou que já não conseguia

mais notícias de Eduardo e Fernando. No dia 24 de junho de 1974, a pedido do advogado e irmão de Fernando, Marcelo Santa Cruz, o professor encaminhou correspondência a um amigo seu, militar, coronel Augusto Serrano, pedindo para ele desvendar o mistério que envolvia a prisão e o desaparecimento dos dois estudantes.

Dizia a carta do professor Gastão: "Apresento-lhe o Dr. Marcelo, irmão de Fernando, um dos rapazes sobre quem lhe falei aqui no Rio. O caso não teve, até hoje, qualquer esclarecimento. A família, como é natural, está em pânico. Eu, por temperamento e formação, assumi o caso como se fosse meu pessoal e tudo tenho feito, como membro da Diretoria da Cruz Vermelha, para obter qualquer notícia dos rapazes. Marcelo lhe informará com detalhes sobre informações que cheguei a ter durante algum tempo, através de um coronel do Exército que exigiu de mim que calasse o nome dele. Sobre isso eu lhe falei também aqui. Sei, conhecendo você, que podemos esperar alguma providência sua a nosso favor. Deus lhe pagará por isso".

A FARSA DO PODER

O caso de Fernando Santa Cruz, sua prisão e desaparecimento e toda a luta desesperada empreendida pela família para obter informações oficiais sobre o seu paradeiro, alcançaram lugar de destaque no interesse das instituições internacionais que defendem os direitos humanos. Em junho de 1974, o caso é denunciado veementemente pelo Tribunal Bertrand Russel, através da Anistia Internacional. Em todos os casos, havia a lógica preocupação de pressionar o governo brasileiro no sentido de romper o seu silêncio e colher, mesmo sendo extremamente difícil, uma informação, um esclarecimento definitivo.

Apesar das denúncias, nada de positivo é alcançado. A família não desanima, ao contrário, parte para novas tentativas e, desta vez, o destino é a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), através de contatos mantidos com o seu secretário-executivo Luiz Reque, em agosto de 1974. Protocolado sob o n.º 1 844, o apelo, imediatamente, motiva um pedido formal de informação daquela entidade internacional junto ao governo brasileiro, acerca da prisão e desaparecimento de

Fernando e Eduardo Collier. Não merecendo maiores atenções por parte de Brasília, o pedido é reiterado em novembro, conforme comprovam as correspondências remetidas pela OEA às mães dos desaparecidos, Risoleta Meira Collier e Elzita de Santa Cruz Oliveira, em 21 de agosto e 7 de novembro, respectivamente.

Só no dia 6 de fevereiro do ano seguinte o Governo Geisel se faria pronunciar sobre o caso. Estranhamente, a data coincide com a do pedido de prorrogação do prazo estabelecido pela OEA para que chegassem respostas às suas duas solicitações. Em nota oficial, o ministro da Justiça Armando Falcão “define” a situação dos dois estudantes:

“Eduardo Collier Filho

Filho de Eduardo Collier e Risoleta Meira Collier, nascido a 5 de dezembro de 1948, em Recife/Pe, militante da organização subversivo-terrorista ‘Ação Popular Marxista-Leninista-APML’. Elemento de cúpula da organização, encontra-se foragido existindo mandado de prisão contra o mesmo na 1.^a Auditoria da 2.^a CJM.”

“Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira

Filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e Elzita Santa Cruz Oliveira. Militante da organização subversivo-terrorista ‘Ação Popular Marxista-Leninista — APML’. É procurado pelos órgãos de segurança e encontra-se na clandestinidade.”

A nota, vaga como todas as tentativas oficiais de explicação para a forte repressão política que era posta em prática pelos organismos de segurança, estendia as suas “informações” a mais 25 casos de pessoas que, como Fernando e Eduardo, foram arrancadas dos seus lares para sumirem para sempre. A resposta forçada, anunciada por Armando Falcão, tinha o claro intuito de confundir, ainda mais, todos que lutavam para elucidar o problema dos desaparecidos. O Ministro se prestava, assim, a um papel dos mais destacados naquele triste teatro dos anos 70, uma companhia mambembe e mal ensaiada, que não fazia a menor questão de convencer o público.

Evidentemente, a nota oficial foi categoricamente contestada pela família Santa Cruz. Em carta pública enviada ao ministro por D. Elzita, cai por terra a tese do governo, segundo a qual Fernando estaria na clandestinidade. Diz a carta:

“A afirmação (...) é paradoxal e para contestá-la informo a V. Excia. que Fernando Augusto era funcionário do Departamento

de Águas e Energia de São Paulo, residente à rua Diana 698, bairro Perdizes, São Paulo, tendo, portanto, residência e emprego fixos.”

Derrotado o argumento apresentado pelo ministro Armando Falcão, a carta finaliza contundente:

“Sr. Ministro, que clandestinidade seria esta que transformaria um filho respeitoso, carinhoso e digno em um ser cruel e desumano, que desprezaria a dor de sua velha mãe, a aflição de sua jovem esposa e o carinho de seu filho único e muito amado? É fácil concluir que qualquer pessoa, mesmo perseguida, em qualquer lugar onde estiver, teria como enviar uma palavra de calma e tranqüilidade aos seus familiares. Não posso aceitar pura e simplesmente o argumento de V. Excia.”

A farsa do governo brasileiro quanto ao problema dos desaparecidos buscava também, através de uma simples nota oficial, anti-informativa e, sobretudo, maldosa, desrespeitar toda a luta, todo o esforço desenvolvido pelas famílias, para localizar os seus pais, filhos, irmãos e maridos. O desrespeito, no caso de Fernando, se estendeu, também, à própria OEA, na figura da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que só em dezembro de 1975 obteve uma resposta oficial às suas repetidas solicitações. No documento, o governo brasileiro reitera todas as insinuações descabidas, apresentadas, em fevereiro, por Armando Falcão. No mesmo dia, 9 de dezembro, o secretário executivo Luiz Reque envia ofício às mães de Fernando e Eduardo, acusando o recebimento da resposta brasileira.

Para o governo, Fernando era apenas mais um subversivo que, procurado, caíra na clandestinidade. Para a família e para todos os que acompanhavam o caso, no entanto, era mais uma vítima de uma feroz e sanguinária ditadura militar que insistia em sustentar o mesmo argumento para todos aqueles casos sobre os quais não podia, ou não queria, informar. Uma clandestinidade que Armando Falcão teimava em propagar, a despeito de um importante documento que, por intermédio da família Santa Cruz, chegou às suas mãos: o cartão de ponto de Fernando, acusando a sua presença assídua no trabalho, sem um minuto sequer de atraso, até o dia 22 de fevereiro de 1974, exatamente um dia antes de ser seqüestrado, no Rio de Janeiro.

2.^a parte

O SISTEMA AMEAÇA E GARANTE A IMPUNIDADE

III

A MISSÃO EM QUE O VELHO MARECHAL FALHOU

Embora fosse inegável que o sistema, ao longo de dez anos, tinha fortalecido seus grupos mais radicais, os setores encarregados da repressão política, alguns líderes militares e civis, que atuaram para depor o Governo João Goulart, ainda mantinham certa influência na estrutura de poder.

Era o caso, pois, de persistir nos apelos, de manter contatos e não perder a perspectiva de uma intervenção eficaz, de encontrar alguém capaz de vencer as dificuldades, de sorte que se tornasse concreta a esperança de encontrar Fernando.

Assim, em 21 de maio de 1974, dona Elzita dirige uma carta a um dos chefes militares mais respeitados do país, o Marechal Juarez Távora, que integrou a marcha da Coluna Prestes e foi um dos líderes da Revolução de 1930. Na carta, toda a situação de Fernando é relatada de forma minuciosa, com informações sobre as gestões desenvolvidas, os caminhos até então percorridos, tudo descrito de maneira sincera, com emoção, testemunhando seu espírito de luta e o carinho de mãe. O pedido ao Marechal Juarez Távora, que desempenhou importante papel no triunfo do movimento de março de 64, era bastante objetivo: qualquer informação precisa sobre o local onde estaria preso seu filho e a comunicação imediata de sua prisão à autoridade judiciária competente. E numa alusão ao pequeno Felipe, indaga dona Elzita: "Que direi ao meu neto quando jovem se fizer e quando me indagar que fim levou seu pai, se ele não tiver a felicidade do seu regresso? Direi que foi executado sem julgamento? Sem defesa? Às escondidas, por crime que não cometeu?" As colocações emocionadas e extremamente verdadeiras, com certeza, calaram fundo junto ao velho Marechal que, na condição

de pai, deverá ter guardado por muito tempo o apelo final de dona Elzita: "Onde está meu filho?"

A carta, entregue pessoalmente por Juarez Távora ao então chefe da Casa Civil do Governo Geisel, general Golbery do Couto e Silva, não mereceu, contudo, a atenção esperada. Menos de três meses depois, recebendo os familiares de desaparecidos, o general Golbery alegava, friamente, que o caso de Fernando Santa Cruz era o único que ainda tinha solução, mesmo com o ministro sabendo que, àquela altura, Fernando já poderia estar morto (ver depoimento de Ana Lúcia Valença, neste livro).

Após o primeiro contato com Juarez Távora, já transcorria um intervalo de quatro meses sem que qualquer dado novo surgisse, nenhuma notícia, nenhuma declaração oficial, nenhuma suspeita, nada. É quando uma segunda carta, datada de 10 de outubro de 1974, é escrita por d. Elzita. Nesta, após agradecer a intervenção do marechal no caso, são acrescentados maiores detalhes sobre todo o processo de busca desenvolvido, até então, pela família, processo este que já durava "oito longos e tenebrosos meses". É relatado o episódio ocorrido no DOI do II Exército, em 14 de março, e suas respectivas contradições por parte das autoridades carcerárias. É também mencionada a participação da Cruz Vermelha Brasileira, bem como a dedicação do seu diretor Jacinto Gomes que, em iniciativa pessoal, se dispusera a obter informações e indicara amigos militares que poderiam auxiliar na identificação e checagem de alguns dos poucos dados que haviam surgido. E reiteira o apelo pelos mais caros sentimentos do marechal:

"V. Excia. pode imaginar a minha angústia, aflição, as noites que tenho passado, juntamente com todos os familiares, em claro, nossas lágrimas, o nosso profundo sofrimento e a dimensão de nossa dor, pois na sua juventude o seu irmão, o jovem oficial Joaquim Távora foi também de maneira brutal arrancado do convívio de seus familiares para sempre, como hoje já começo a imaginar o que tenha ocorrido ao meu adorado e estimado filho".

O apelo dramático, mais uma vez, foi encaminhado pelo marechal a uma outra autoridade na esperança de que "essa (...) mereça melhor atenção que a anterior, enviada ao general Golbery (...) ", conforme resposta de Juarez Távora, de próprio punho, a d. Elzita. O destinatário, desta vez, seria o próprio comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, a quem o marechal solicitaria, em correspondência datada de 25 de novembro de 1974:

“Sem pretender apreciar o mérito da questão em que se acham envolvidos o referido senhor (Fernando Santa Cruz) e seu amigo Eduardo Collier Filho; nem tampouco, pleitear que seja diminuída a severidade da pena que eles afinal merecem — apenas venho rogar-lhe (como já fiz, anteriormente, a outra autoridade pública) que tenha a caridade de transmitir — por meu intermédio, ou diretamente a d. Elzita de Santa Cruz Oliveira, uma informação segura sobre o paradeiro do filho, preso há dez meses sem culpa formada.”

A resposta, desta vez, veio rápida. E movida pela reconhecida “competência” das autoridades policiais quando se trata de negar uma situação por eles mesmos criada. Voltava à cena, em pano rápido, o velho ato de dissimular, de confundir, de abafar um caso quando assim convém. E veio de forma contundente através de carta dirigida a D. Elzita pelo tenente-coronel Horus Azambuja, assessor do general Ednardo, na qual eram formuladas as mais odiosas acusações à família de Fernando, inclusive de falsificação das próprias cartas dirigidas pela família ao marechal Juarez Távora, pois, segundo ele, estas não teriam sido escritas pela mesma pessoa, para o que, maldosamente, indica “um exame mais apurado de confronto das assinaturas dos expedidores”. Situando o Exército como sendo “uma instituição que se orgulha de ser talvez a mais característica e representativa do povo brasileiro, se identificando com ele nas suas origens, na sua vocação democrática e no seu caráter”, o tenente-coronel Azambuja nega a prisão de Fernando e afirma que “na área de jurisdição do Comando do II Exército não são cerceados os direitos do cidadão (...) senão daqueles detidos para averiguações policiais militares ou com culpa formada (...) Nosso Exército é um Exército civilizado e respeitador da dignidade humana (sic) (...) que não dispõe de cárceres ou carcereiros”.

No dia 29 de dezembro de 1974, o marechal Juarez Távora transmitia à família Santa Cruz as “informações” recebidas do general Ednardo, segundo as quais, “é prática de certos grupos informar às famílias de pessoas desaparecidas que as mesmas estão detidas no DOI do II Exército”. E numa colocação até certo ponto incompreensível, Juarez Távora finaliza: “Cessa assim minha capacidade de interferir no caso. Permita-me, contudo, sugerir-lhe que, *sem qualquer referência ao meu nome*, (grifo dos autores) requeira, por intermédio de advogado, ao Sr. General de Exército Reynaldo Mello de Almeida, Comandante do I Exército, no Rio de Janeiro, que se digne a informar sobre a prisão e o destino de Fernando

Santa Cruz e Eduardo Collier (...) É tudo que lhe pode sugerir, nas atuais circunstâncias, este seu velho patrício.”

Todo o processo envolvendo a participação do marechal Juarez Távora no caso Fernando Santa Cruz foi divulgado em matéria publicada no *Jornal da Tarde*, em 23 de julho de 1975, exatamente na data em que se rezava, no Rio de Janeiro, a sua missa de sétimo dia. De posse de todo o material estava o jornalista Maurício Azevedo, incumbido pelo seu editor de preparar matéria sobre Távora, que falecera há poucos dias. “A missão em que o velho marechal falhou”, título da matéria, no entanto, chegou a custar muito caro ao seu autor que teve a sua demissão sumária requerida pelas autoridades policiais.

O episódio, porém, ficou como uma prova, sobretudo, do comprometimento dos chefes militares do II Exército. O “Exército civilizado e respeitador da dignidade humana” do tenente-coronel Azambuja. O mesmo Exército que teria a sua “bela imagem” fragorosamente destruída menos de um ano depois, quando, após os assassinatos frios e covardes do jornalista Wladimir Herzog e do líder metalúrgico Manoel Fiel Filho, o presidente Ernesto Geisel, pressionado pela opinião pública e às voltas com uma engrenagem de violência e corrupção já insustentável, demitia o seu comandante, o general Ednardo D’Ávila Mello, o que viria também acontecer mais tarde com o próprio ministro do Exército, general Sílvio Frota.

POLÍTICOS VACILAM MAS VÍTIMAS PEDEM “APENAS JUSTIÇA”

Enquanto as forças no poder se mantinham impassíveis diante da aflição e dos apelos de familiares de desaparecidos como Fernando Santa Cruz Oliveira, que eram vítimas de acusações de subversão, terrorismo ou revanchismo, o Congresso Nacional na prática se mantinha amordaçado, na medida em que os pronunciamentos de parlamentares não eram divulgados pela imprensa, nem mesmo pela “Voz do Brasil”, cuja audiência sempre foi insignificante.

Mas o Congresso, com as eleições de 1974, ganha novo ânimo,

pois a oposição conquista dezessete cadeiras no Senado, contra apenas cinco do partido do Governo, que apela para mais um casuísmo e cria a figura do Senador Biônico, que preenche um terço das cadeiras daquela casa do Legislativo. Na esteira daquela vitória, que mostrou a insatisfação da sociedade com o regime, o Deputado Lisâneas Maciel, do então MDB, levanta a questão da retomada da luta pelos Direitos Humanos, defendendo a criação de uma CPI.

As gestões na bancada comprovam que os parlamentares, em sua maioria, temiam representar o sentimento oposicionista que os elegeram e surge em conseqüência uma sugestão para que o Presidente do Partido, Deputado Ulisses Guimarães, procurasse o Presidente da República em nome dos parentes dos torturados e desaparecidos. Não foi possível o contato com o General Geisel e a bancada decidiu convocar o Ministro da Justiça, Armando Falcão, entrincheirado num *bunker* na Península dos Ministros, medida que foi rejeitada pelo partido do Governo, a Arena. O ambiente ficou tenso em Brasília, de repente nova onda de cassações, atingindo os Deputados Nadir Rosseti e Amauri Muller.

“No dia 1.º de abril de 1976 — conta o noticiário da época — nada parecia indicar, às primeiras horas, que o dia seguinte às cassações dos dois deputados gaúchos fosse tirar o Congresso de sua rotina. Apesar de inscritos no pinga-fogo, vários deputados ‘autênticos’ não compareceram ao chamado, preferindo aguardar um contato com Ulisses Guimarães. No início da tarde, porém, um discurso do Deputado Lisâneas Maciel, do MDB fluminense, faria o Congresso viver momentos de tumulto, tensão e medo”.

Diria Lisâneas: “O regime retira dos deputados oposicionistas a coragem de criticar membros das Forças Armadas, espalhados em todos os órgãos da administração pública e privada. E se não fazemos, é porque temos medo. Por medo, ainda, contemplamos mudos o assalto consentido às nossas riquezas naturais, a exploração infligida aos trabalhadores, o enriquecimento progressivo dos ricos e a corrupção que hoje é uma constante em quase todos os escalões”. Lisâneas dizia ser inaceitável exercer o mandato como *simulacros de parlamentares* e alertava o seu partido para o fato de que “absorvendo o esquema proposto pelo sistema, o MDB, torna-se culpável de assistir ao emprego arbitrário da força bruta, da opressão institucionalizada”.

Mais adiante, de modo contundente, ele afirma que “mais doloroso e grave que as cassações, é que com elas estamos nos

acostumando à falta de liberdade, à censura, ao desaparecimento de brasileiros, sua tortura e morte presumida". Era o inaceitável, o dedo na ferida do regime, e às 18 horas Lisâneas Maciel deixava de ser Deputado, atingido pelo AI-5, encerrando-se o primeiro capítulo da tentativa de constituição de uma CPI das torturas, que voltariam a ser denunciadas pelo cearense Alencar Furtado, Deputado pelo Paraná, líder do MDB que se referiu "aos órfãos do talvez e do quem sabe", durante um programa de televisão. Alencar também é punido em nome da "paz dos quartéis".

Após tais demonstrações de força, na sua estratégia de avanços e recuos, de medidas casuísticas para assegurar a permanência do regime, de recados tipo "segurem seus radicais" ou constatações como "bolsões sinceros, mas radicais" (do sistema, claro), o General Geisel levanta a censura à imprensa e decreta a revogação do AI-5, deixando para o seu sucessor um arsenal autoritário, que impedia a livre manifestação da sociedade.

Dentro desse clima, por 69 votos contra 57, a 10 de maio de 1979, a bancada do MDB se pronuncia a favor da criação de uma CPI sobre as torturas. Minutos depois, a liderança da Arena quebraria o acordo de indicações da CPI, preenchendo o número regimental de Comissões Parlamentares que podem funcionar em uma sessão legislativa.

Além desse fato, a própria reunião da bancada oposicionista que aprovou a idéia da CPI, foi tensa, marcada pelo medo de um confronto com o Governo. Mesmo parlamentares que demonstraram coragem pessoal na defesa dos presos políticos, chegaram a recuar, temerosos de ameaças que circulavam nos corredores da Casa. Os militares haviam comunicado — e os rapazes da Arena deram o recado, exagerando na dose — que não aceitariam sentar-se no banco dos réus.

Os deputados Airton Soares (SP) e Jorge Ueked (RS), respectivamente Presidente e Relator da Comissão Especial, sabiam da fragilidade da bancada e reforçaram o seu relatório com três depoimentos de vítimas da repressão. A bancada se reuniu por mais de quatro horas, a sala era refrigerada, mas as pessoas suavam, pois de um lado havia as ameaças do Governo e de outro a pressão dos Comitês de Anistia que exigiam um posicionamento claro dos deputados. Alguns como Marcelo Cerqueira e Modesto da Silveira, advogados de presos políticos, admitiam a possibilidade de uma reviravolta na hipótese de vingar a CPI.

Esse entendimento era acompanhado por José Costa, de Ala-

goas, que julgava a decisão “uma incoerência, na hora da anistia” e por Marcondes Gadelha, da Paraíba, que considerava “o problema ético e não político”, enquanto o Deputado Roberto Freire, de Pernambuco, achava a CPI “inoportuna”, posição também adotada por Alberto Goldman e Audálio Dantas, ambos de São Paulo.

A bancada estava dividida e a posição dos deputados Freitas Diniz, João Cunha, Francisco Pinto, Elquisson Soares, Marcus Cunha, Cristina Tavares, Edson Khair, Odacir Klein e João Gilberto, defensores da CPI, era considerada equivocada e capaz de comprometer o processo de abertura. Nesse clima, veio do Rio, Lisâneas Maciel, deputado cassado, visando ajudar a mobilização pró-CPI, que teve seu argumento decisivo nos depoimentos de familiares e ex-presos políticos, emocionando o plenário e convencendo aos deputados de que a Câmara não poderia se omitir, quaisquer que fossem os riscos.

O jornal *Movimento*, de 14/20 de maio daquele ano, descreve como dona Eagle Vanuchi Leme relatou o desaparecimento de seu filho, o estudante Alexandre, morto em 1973, em São Paulo, segundo testemunho de presos políticos: “Rogo a Deus, senhores deputados, em nome do meu filho, e em nome de todos os mártires das torturas, que criem a CPI. Não temos ilusões sobre sua limitação, mas é uma forma de luta e todos nós precisamos continuar lutando” afirmou, em lágrimas, dona Eagle. “Estava grávida e a violência provocou o aborto. Os torturadores diziam: vamos tirar o seu filho, pois você é comunista” relatou Rosalina Santa Cruz Leite, irmã de Fernando, referindo-se à sua prisão e a de seu marido. Rosalina afirmou em seguida: “é fácil dizer que devemos esquecer tudo em nome da conciliação nacional, enquanto existem tantas famílias procurando seus filhos, sem saberem se estão vivos e onde, se estão mortos e em quais cemitérios. Não queremos vingança, mas justiça”, concluiu. Finalmente Ivan Seixas, filho de Joaquim Alencar Seixas, que juntos foram presos em 1971, contou que no dia do assassinato do seu pai, ele pôde ler, de dentro de uma viatura policial, o anúncio da morte numa manchete de jornal, pendurado numa banca de revista. Mas seu pai estava vivo, ao seu lado, e logo depois seria morto com uma paulada no crânio.

CPI Ingênua? Revanchista?

Ao lado dos argumentos de revanchismo, ingenuidade, impotência — o Congresso não tem forças para proclamar os crimes dos que estão no poder — havia o relato de Ivan Seixas, de dezesseis anos de idade, que sintetizava a brutalidade da repressão e as razões dos que defendiam a CPI, apesar das dificuldades de obter resultados satisfatórios. Numa palavra, eles admitiam que “a CPI registrará o que aconteceu no Brasil durante 15 anos e esperamos que depois um novo Chefe do SNI — Serviço Nacional de Informações — não se torne o Presidente do Brasil” (referência ao General João Batista Figueiredo).

O jornal *O Estado de S. Paulo* registraria a opinião de tais parlamentares expressando a certeza de que “a CPI não poderia trazer os torturadores para o banco dos réus, mas registraria as violências contra os direitos humanos”. Essa linha de pensamento era defendida pelo Cardeal de São Paulo, Dom Evaristo Arns, que ao entregar uma carta ao Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, explicou ao *Jornal do Brasil* (1.º de abril de 1978) que “quando se publicam essas coisas, há um aspecto muito importante, porque se elas não forem públicas, poderão acontecer de novo, num período assim em que se perde a memória histórica. É este o lado trágico de tantas questões na história, de coisas que acontecem e não se tem a coragem de publicá-las”.

Diante de tais argumentos, de pressões legítimas e bem intencionadas, os recados dos quartéis chegaram antes de uma decisão do MDB, da oposição ao regime. Em março, ao se inaugurar a sessão legislativa, a revista *Isto É* publicava texto de Antônio Beluco Marra, sob o título “Nem CPI nem punição, dizem os militares”, onde oficiais advertiam que “se vierem buscar algum dentro das Forças Armadas para depor em uma CPI, então pode acontecer como na Proclamação da República”. No mesmo tom, o líder da Arena, Deputado Nelson Marchezan, alertava a oposição: “se vierem provocar o Exército, a abertura está terminada”. Era a campanha de intimidação, diante da qual os partidários da CPI argumentavam com Pierre Cassin, principal redator da Carta Universal dos Direitos Humanos: “Ao denunciar a violência do passado e do presente, evita-se a violência do futuro”.

A CPI não se constituiu e o aparelho de repressão reapareceria com os atentados à OAB, ao Riocentro, ou com agentes envolvidos em escândalos financeiros, como o da CAPEMI, que matariam Ale-

xandre von Baumgarten, num processo de queima de arquivo. O Chefe do SNI de Brasília, General Newton de Oliveira Cruz, quatro anos depois seria o executor do Estado de Emergência, decretado sobre o Distrito Federal, visando fazer passar, no Congresso Nacional, o decreto do arrocho salarial (2 065) ou então, como aconteceu mais tarde, comandando a repressão na votação da Emenda Dante de Oliveira, que visava restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República.

Primeiras Tentativas

O poeta e deputado J. G. de Araujo Jorge, um dos mais ousados defensores da CPI, em artigo na *Tribuna da Imprensa*, traçou um quadro dos anos de angústia da 7.^a Legislatura, de 1970/74: "... em companhia do então Deputado Marcos Freire, de Lisâneas Maciel e alguns outros, denunciámos, da Tribuna da Câmara, dezenas de casos que chegavam ao conhecimento do Poder Legislativo. Mas, os nossos pronunciamentos não chegavam à opinião pública. Falávamos para microfones desligados. Era como se o Congresso Nacional tivesse paredes de eucatex, cuidadosamente montadas para que o povo não tomasse conhecimento dos atos mais desapiedados de terrorismo da repressão neste país. Em vão clamamos por justiça no caso de Rubem Paiva (ex-Deputado)".

Como afirma o Deputado Araujo Jorge o clamor por justiça, na Câmara, era em vão. Mas se não sensibilizou o Governo, não o fez recuar de sua postura repressiva, contribuiu evidentemente para ampliar a resistência no próprio Congresso Nacional e gerar a convicção das forças sociais de que o Legislativo podia ser um instrumento de pressão, de luta, de denúncia, apesar de sua condição de "poder desarmado".

Mesmo com suas vacilações, recuos, que deixaram no vazio o apelo de Lisâneas Maciel em 1975 pedindo uma CPI, que determinaram a estratégia da retirada em 1979 e depois em princípios de 1982, quando se renovou a tentativa de apurar as violações aos direitos humanos, o fato concreto é que o empenho e a coragem de muitos dos seus integrantes, contribuíram para algumas punições, para a desativação dos DOI-CODIs. É certo que se avançou pouco, permanecem impunes ou promovidos elementos que se destacaram na brutalidade e hoje gozam de impunidade, mas há a perspectiva de se fazer justiça, que não tem o caráter de vingança, nem de

revanchismo, como sempre insinuaram os envolvidos na repressão, mas busca sobretudo evitar que outra vez a nação venha ser vítima de atos tão desumanos e de tanta selvageria.

“PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA”

Essa busca de justiça, de punição para evitar a ira cega dos “homens” do poder, para conter o Estado nos limites da lei, evitando a prática de torturas e assassinatos, está exposta com clareza no depoimento de Rosalina Santa Cruz Leite, de 10 de maio de 1979, na Câmara Federal, quando a bancada do Movimento Democrático Brasileiro — MDB — debatia sobre a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as violações aos Direitos Humanos.

“Sou ex-presa política e irmã de Fernando Santa Cruz, preso político desaparecido em 1974. Estou aqui para dar meu testemunho como membro da Comissão de familiares dos presos desaparecidos, do Comitê Brasileiro de Anistia — São Paulo, e como ex-presa. Venho pedir que votem a favor da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Direitos Humanos.

Sou de uma família profundamente atingida pelos decretos, pelas prisões, torturas, assassinatos, resultado do clima de terror instaurado em meu país, a partir de 1964. O primeiro atingido foi meu irmão Marcelo, expulso da Faculdade de Direito do Recife em 1969, quando cursava o 4.º ano, cassado pelo decreto 477 que expulsou da vida acadêmica muitos estudantes que, como ele, lutavam por uma Universidade crítica que formasse profissionais comprometidos com a luta dos explorados e oprimidos. Foi difícil para todos nós ver Marcelo durante três anos lutando para reorganizar sua vida, proibido de frequentar a Universidade e sem poder continuar seus estudos. Foi comovente a homenagem de seus companheiros de turma no dia da formatura. Entretanto, por conta dessa interrupção Marcelo terminou a Faculdade três anos depois de seus companheiros. O caso de Marcelo, senhores, não é isolado. Foram muitos os estudantes brasileiros atingidos pelo Decreto 477, incorporado hoje aos regimentos das Universidades brasileiras.

Fui presa pela primeira vez em 1971 e, como a maioria dos presos políticos dessa época, fiquei de início 52 dias incomunicável.

Gostaria de lembrar — não em minha defesa, mas para melhor caracterizar a violência indiscriminada — que eu e o meu companheiro na época da prisão — apesar de ter militância política efetiva em uma organização clandestina armada — éramos funcionários públicos, eu Assistente Social do Banco Nacional de Habitação e meu marido engenheiro agrônomo do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; fomos seguidos a partir dos nossos locais de trabalho e torturados desde a hora da prisão.

Durante os 52 dias iniciais, fomos levados de local em local. Fiquei inicialmente no DOPS da Guanabara, durante 3 ou 4 dias, passando por uma série de torturas comuns naquela época a quase todos os presos políticos: choques elétricos na vagina, nas orelhas, nos pés, além de socos e pontapés, de muitas ameaças e torturas psicológicas. Fui presa com o meu companheiro e fomos torturados quase sempre juntos, despidos e encapuçados. Quando minha família estava na iminência de me descobrir, fui transferida para o DOPS do Estado do Rio de Janeiro em Niterói, onde fiquei cerca de 14 dias, sofrendo o mesmo tratamento.

Senhores deputados: é difícil para mim lembrar estes fatos. É difícil reconstruir o passado. Quero lembrar aos senhores que este era o cotidiano de todo preso político, não era nada excepcional ou alguma coisa que estivesse acontecendo só comigo. Nos 14 dias que passei no DOPS — Estado do Rio — os sentimentos que mais lembro são de medo, de impotência, de solidão diante de todo o poder e de toda impunidade que aqueles homens possuíam, senhores da minha vida e da minha morte.

Um dia em desespero eu lhes pedi: 'me matem'. E lembro quando um torturador me olhou friamente e disse: 'Não, não vou te matar. Vou te fazer em pedacinhos. Eu tenho tempo. Eu tenho tempo. Eu vou te tirar o que quero, te torturando quanto tempo eu quiser'.

Senhores, esta era a lei da impunidade que fazia de cada torturador um ser todo-poderoso. Ali eu estava sozinha com o que eu era, com a minha condição de classe — de classe média que nunca tinha levado um tapa no rosto, que aprendera desde cedo a não levar desaforo para casa e que fora estimulada a reagir quando agredida, por quem quer que fosse. Por não me amedrontar na defesa de uma causa justa, tendo que engolir toda aquela agressão, toda aquela violência.

No DOPS — Estado do Rio — eu fui um dia suspensa pelos braços (na véspera eu havia dito aos torturadores que estava

grávida) e recebi joelhadas na barriga até descer a hemorragia e fiquei dois dias na enfermaria. Depois — já 20 dias depois de presa — fui levada ao DOI-CODI da Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Ali conheci outro tipo de tortura, comum a todos os presos políticos que por lá passaram na época de 1971/72. Lá não era só soco, choque elétrico, pau-de-arara. Era a geladeira. Uma cela preta — o teto preto, as paredes pretas, o chão preto. Lá dentro, despida, fechar e abrir os olhos era a mesma coisa. Não via nada. Ouvia sons estridentes, ruídos às vezes muito finos, que doíam nos ouvidos, ou ruídos grossos, fortes. Era a temperatura muito fria, gelando os ossos, fazendo doer todo o corpo. Era outra hora um calor insuportável, sem comer, sem beber, e o escuro me fazendo perder a noção do tempo. E as saídas para os interrogatórios numa sala toda branca. Era a chamada tortura psicológica, orgulho do general Silvío Frota. Havia lá seis “geladeiras” dessas, sempre cheias de presos.

Depois de viver tudo isto, quando cheguei ao coletivo e ouvi o depoimento das outras presas, minhas companheiras de cela, pasmem, senhores deputados, eu ainda me horrorizei com o que elas me contaram, o que haviam vivido, os requintes de violência e cinismo. Eu mesma como militante política não concebia a dimensão exata do que acontecia nos porões da ditadura militar.

Todo o meu interrogatório foi junto com o meu companheiro. Eu assistindo às sessões de tortura dele e ele às minhas. Durante todo o nosso interrogatório, como o da maioria dos casais que eram presos juntos, a relação homem-mulher estava muito presente, sendo explorada o tempo todo. . .

Fiquei 10 meses presa clandestinamente sem culpa formada. Só depois de 10 meses é que fui levada pela primeira vez à Auditoria Militar para a qualificação e o juiz que me ouviu me considerou em estado de choque, devido às torturas recentes. E, senhores, eu já me encontrava presa há 10 meses. Nem a lei deles, a lei da Segurança Nacional, que eles fizeram era cumprida. Durante esses 10 meses iniciais, fui duas vezes seqüestrada do quartel onde me encontrava e levada novamente ao Centro de Tortura do DOI-CODI na Barão de Mesquita e novamente trancafiada em ‘geladeira’ e submetida a interrogatórios intermináveis, com choques elétricos.

Nesse processo, só fui julgada três anos depois da minha prisão, e condenada a um ano, que já havia cumprido. Quando saí, não acreditava que pudesse passar por uma experiência mais dolo-

rosa. Pensava que havia vivenciado a experiência limite da minha vida. E, senhores deputados, eu me enganava.

Um ano depois, meu irmão Fernando foi preso. O quinto irmão, irmão mais moço muito querido! E a prisão dele nos levou, a família inteira, a uma busca interminável pelos centros de tortura do País, DOI-CODI, DOPS de várias cidades: do Rio, onde ele morou e eu fui presa, de São Paulo, onde morávamos na época, e de Recife, de onde nós somos. Começou a peregrinação pelas portas dos quartéis, ante-salas das relações públicas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica. E nós sendo achincalhadas na nossa dor. Diante de nossos argumentos, eles retrucavam irônicos: 'Sumiu? Vai ver fugiu de casa! Brigou com a mulher e resolveu dar o fora. Sabem? existem muitos que fazem isso. Vai ver um dia volta...', e assim por diante. E a gente ouvindo aquilo tudo e o desespero crescendo, impotentes diante de tanta insensibilidade e tanta brutalidade.

Pelo que eu tinha vivido, ficava a certeza de que a busca tinha de ser rápida, que a sobrevivência de Fernando era questão de tempo, de sorte. Talvez da sorte de chegar na pessoa certa, na hora certa. Por outro lado, nós estávamos sozinhos, à mercê deles. Não havia como tornar pública a prisão, a injustiça, pois não havia imprensa livre e falar de tortura, dizer que ela existia, era crime. A única forma foi tentar o *habeas corpus* que sabíamos seria negado, pois preso político não tem direito a *habeas corpus* pela Lei de Segurança Nacional. Mas servia para localizar o preso. Impe-tramos vários e nada. Continuaram negando a prisão de Fernando.

Nós não desistimos e continuamos insistindo nas portas de quartéis e dos centros de torturas do Exército, Marinha e Aeronáutica, apesar de ameaçados e seguidos pelas ruas quando saíamos destes lugares. Eles tudo fizeram para que disistíssemos. Eu e o meu companheiro fomos novamente presos em abril de 1974, dois meses depois da prisão de Fernando, numa tarde, quando saíamos de uma entrevista com o relações públicas do II Exército, em São Paulo. Fomos levados para a OBAN (Operação Bandeirantes) e ficamos ali 11 dias. Levei choques elétricos na "cadeira do dragão" e muita palmatória, enquanto meu companheiro ficou no pau-de-arara levando choques. Entretanto, o pior nesta prisão foi o envolvimento do meu filho André, de apenas 5 meses. Meu irmão Marcelo também foi detido nesta ocasião. E tudo nos leva a crer que estas prisões eram uma forma de nos intimidar para pararmos de procurar Fernando e de denunciar sua prisão.

Numa constante tentativa de nos fazer desistir, eles ameaçavam a todos, principalmente quando perceberam que estávamos dispostos a ir até o fim. E eles diziam: 'se vocês voltarem aqui e continuarem insinuando que seu irmão está preso, vocês é que serão presos, todos, porque vocês são subversivos, têm antecedentes de várias pessoas que já foram presas na família. São todos subversivos e comunistas'.

Mas a gente não desistia, não esmorecia, pois não perdíamos a esperança de encontrar Fernando com vida. E nesta procura muitas portas foram se fechando, uma após outra. Outras nem mesmo se abriram. Mas a verdade é que nem todas as pessoas se negaram. É gratificante lembrar que nesta época de medo e de solidão encontramos solidariedade também de vizinhos e amigos, de alguns parentes e até de pessoas que nem conhecíamos, como alguns parlamentares de oposição e de várias personalidades públicas que intercederam de várias formas por Fernando.

Ninguém podia fazer muito e a gente sabia. Há vários filhos de oficiais das forças armadas que foram presos e torturados, como é o caso do neto do marechal Lott. Eu mesma tinha uma companheira de cela maravilhosa, filha de um almirante, que não conseguiu livrá-la da tortura nem da prisão. Porém, a solidariedade se concretizava de outra forma, na visita ou no telefonema do parente ou amigo, pela palavra afetuosa, pelo abraço carinhoso. Muitas vezes até sem palavras. Lembro como mamãe e papai ficavam e ficam reconfortados com estas manifestações e recordam esses gestos sempre que nos falamos.

Muitos, entretanto, fugiam da gente nestes tempos. Nem mesmo um telefonema de condolências formais deram. Tinham medo de se comprometer, de perderem empregos, de ficarem mal vistos — medrosos. Outros, sabemos, chegaram a justificar as torturas e o assassinato, com expressões como 'guerra é guerra', 'quem vai pra chuva é pra se molhar', etc. Verdadeiros monstros, coniventes por estarem de acordo com tais crimes. E, pior, se sentem cidadãos honrados e decentes.

Muitas tardes fui à Cúria Metropolitana de São Paulo apenas pra poder estar com outras família, como a minha, praticamente para chorar juntos, trocar informações e conversar com D. Paulo, alguém sempre pronto para nos ouvir, para nos ajudar. Outro local onde íamos quase todos os dias eram os escritórios dos advogados de presos políticos. Era aí que a gente descobria um novo caso, uma outra mãe, outra família na mesma angústia, vivendo situação

semelhante à nossa. Aí começou a nossa organização: a Comissão de Familiares de Presos Políticos Desaparecidos, que mais tarde se integrou ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).

Esgotada a fase de bater às portas de quartéis e centros de torturas, começamos a escrever cartas. Escrevemos muitas e muitas cartas. Escrevemos a muitos dos senhores deputados aqui presentes e os pronunciamentos que foram feitos por alguns dos senhores aqui nesta casa foram muito importantes para tornar pública a nossa busca. Escrevemos ao Sr. Presidente da República, aos Ministros de Estado, à mulher do Presidente, às mulheres dos Ministros, a pedir que pelos seus filhos nos ajudassem a localizar Fernando. Afirmávamos que queríamos que ele fosse julgado, não pedíamos nada além do cumprimento da lei. E a maioria dessas cartas não foi nem sequer respondida.

As famílias dos desaparecidos políticos têm muito em comum além da luta, da dor e da saudade. Por não termos tido o corpo que dá a certeza da morte, torna-se difícil para nós familiares imaginar o parente morto. Eu mesma por muito tempo alimentei a esperança, e até hoje às vezes ainda tenho, misto de sonho e loucura, de ver, a cada toque de campainha em hora não esperada, Fernando chegando, voltando depois de longo sofrimento, sorrindo aquele mesmo sorriso da última vez.

Talvez por isso acreditamos em tantos boatos ao longo destes anos, como no boato de que alguns dos desaparecidos ainda estavam vivos, muito tempo depois, no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, em São Paulo, e quase enlouquecemos para localizá-los ali. Depois, no boato que Fernando estava totalmente desmemoriado, preso na Base Aérea do Pará. Lembro também do desespero da mãe de Ieda Santos Delgado, que recebeu vários telefonemas de uma mulher que dizia ser sua filha e que ligava alta madrugada consolando-a, dizendo-se viva e prometendo que voltaria um dia. No seu desespero, aquela mãe não conseguia distinguir a voz da filha. Faz seis anos e Ieda não apareceu nem deu mais notícias.

Todos esses boatos pareciam fazer parte de plano macabro da repressão para nos torturar mais ainda e nos enlouquecer. Poderia ficar horas aqui contando cenas do cotidiano das famílias dos desaparecidos.

Senhores deputados: se me permitem, gostaria de narrar mais um episódio que, devido às conseqüências, considero importante no caso de Fernando. Na nossa busca, procuramos também a Cruz Vermelha no Rio e ali fomos recebidos por um professor que já

tinha localizado alguns prisioneiros políticos. Este professor, Gastão Jacinto Gomes, chegou a nos dar informações concretas sobre Fernando. Entretanto, um dia o professor, muito nervoso, nos chamou e informou: 'Não tenho mais notícias para dar a vocês e não voltem mais aqui'. Amedrontado, confessou: 'O coronel que era meu contato considera o caso encerrado'. E acrescentou: 'Eu tenho medo por mim e por vocês, por isso, não vou revelar o nome do coronel'. E recentemente uma das minhas irmãs encontrou esse professor por acaso e me contou: 'Eu o vi de longe. Tá tão velho, eu tenho medo que ele morra sem que dê seu testemunho.' Enquanto não pudermos apurar todos os fatos, muitas famílias como a nossa vão perdendo as poucas testemunhas, vão sumindo os indícios. Por isso, senhores deputados, a CPI dos Direitos Humanos é fundamental hoje. Este seria o espaço privilegiado para os atingidos e/ou seus familiares e companheiros estarem trazendo as testemunhas, indicando os responsáveis diretos, arrolando indícios a serem investigados e apurando denúncias. Claro que sabemos dos limites das iniciativas, pois compreendemos que ainda é impossível trazer para o banco dos réus os culpados. Porém, é hora de começar a investigar. E nesse sentido a CPI dos Direitos Humanos seria não só oportuna, mas necessária, pois nos dará a cobertura que precisamos para iniciarmos uma ampla coleta de documentação e informações sobre tais crimes.

Certamente que as torturas, mortes e desaparecimentos de presos políticos devem ser compreendidos dentro do quadro do terrorismo de Estado que se implantou em vários países da América Latina, para impedir o avanço do movimento operário e popular. Não podem ser vistos como excessos incontroláveis de agentes isolados do aparelho repressivo do Estado. Nem como responsabilidade individual de um ou outro sádico. É fato que o sistema organizou-se para efetivar esta terrível tarefa. Recrutou e adestrou agentes especializados, principalmente entre o quadro de oficiais das Forças Armadas. Destinou verbas, aperfeiçoou aparelhos como os DOI-CODI, CENIMAR, CISA, etc., premiou seus melhores executores e vem impedindo até hoje qualquer ação mais efetiva dos setores da sociedade que visam esclarecer, responsabilizar ou punir os envolvidos em tais crimes.

Hoje, o governo brasileiro faz promessas de abertura e democratização e, em contrapartida, a sociedade civil, as camadas populares e os trabalhadores, se reorganizam para impor esse processo. É hora de o MDB, como partido de oposição, aproveitar a

oportunidade que tem de indicar CPIs e tomar posições firmes e claras sobre questões cruciais como a dos assassinatos políticos e de tortura. Basta de conciliações em nome de um 'pacto de paz', que, no fundo, justifica a conivência com os militares, no seu desejo de continuar no poder e de conduzir o processo irreversível da redemocratização do País. O que os militares pretendem com o seu 'pacto de paz' é se auto-anistiares e se manterem no poder.

O momento exige não só que iniciemos uma coleta ampla de documentação e informações sobre estes crimes, como também o esforço para sua divulgação. E acredito que com o avanço da democracia e com o fim do governo dos militares teremos espaço não só para denúncias como para a apuração total dos fatos e responsabilização dos culpados. É hora de avançarmos e tentarmos conquistar o direito de investigar esses crimes contra a humanidade e desmascarar até onde vai a anunciada abertura política dos militares e principalmente tornar público mais uma vez o comprometimento do governo e das Forças Armadas com estes crimes.

Entre todos os crimes praticados pela ditadura militar, o 'desaparecimento' do preso seqüestrado sem deixar pistas se reveste de um caráter especial e por isso quero destacá-lo. Estes presos não foram levados legalmente para os organismos oficiais de repressão política existentes, como os DOI-CODI, OBAN, DOPS, CENIMAR, CISA, etc. Nós investigamos minuciosamente na época, através de contatos com familiares que visitavam pessoas detidas nestes organismos, como também com os presos que eram libertados, e concluímos que meu irmão, como a maioria dos desaparecidos, não passaram por celas coletivas destes órgãos. Se ali estiveram, foram escondidos. Estou convencida que Fernando, como muitos outros presos dados como desaparecidos, foi levado para os centros de extermínio existentes aqui no Brasil, iguais ou piores que os da Alemanha Nazista¹. Não podemos, senhores deputados, pôr uma

1. Dois anos depois deste depoimento, a ex-presa política Inês Etiene Romeu, sobrevivente por acaso de uma destas casas da morte, a casa de Petrópolis, narrou num depoimento comovente aos jornais e TVs do País o que ali se passava. Ela localizou a casa, indicou o nome do proprietário e de quem a alugava. Denunciou com bastante provas os envolvidos nos crimes praticados naquela casa onde ela ficou detida por três meses, ocasião em que viu o preso Joaquim Mariano da Silva, até hoje desaparecido. Também revelou pistas de que Carlos Alberto Soares de Freitas (desaparecido desde 1971) por ali passou, além dos presos desaparecidos na época: Paulo de Tarso Celestino e Eleni Guariba. A atitude do governo brasileiro, principalmente

pedra em cima de denúncias como as referentes ao Sítio 31 de Março, de propriedade do senhor Fleury, e de casas alugadas por oficiais das Forças Armadas, onde, sob ordem de militares muitos brasileiros foram sumariamente exterminados depois de torturados.

Esses presos — não sei por qual motivo, nem por qual lógica — não foram mortos por 'acidentes de tortura' ou por excessos de repressão durante os interrogatórios. Não, estavam desde o momento da prisão marcados para morrer. Talvez alguns devido a sua condição de direção política de organizações. Outros, como parte de um plano para exterminar organizações de esquerda. Por que alguns dirigentes tiveram sua prisão reconhecida e outros não? Por que mataram militantes de base? Não há lógica. Só os responsáveis por tais crimes poderão nos dizer, quando julgados.

Tenho certeza que muitos brasileiros foram presos para "desaparecerem", como vem acontecendo também com argentinos, uruguaios, chilenos. Só que no Brasil a repressão política teve um caráter mais seletivo e menos sangrento do que a da Argentina e a chilena, por exemplo. Porém, não restam dúvidas de que existiram no Brasil campos de extermínio de presos políticos, com a supervisão e controle do governo federal e das Forças Armadas.

E enquanto existir a impunidade neste País, enquanto não for revelada toda a verdade sobre estes casos e responsabilizados e punidos os culpados, nós, todos os brasileiros, estaremos à mercê de que isso volte a acontecer. Não teremos tranqüilidade em relação ao futuro de nossos filhos.

Senhores deputados: a luta pela elucidação e esclarecimento total de tais crimes não pode ficar mais nas mãos dos familiares e dos ex-presos. É preciso que toda a sociedade civil organizada assuma esta tarefa histórica. Para que mais tarde, quando a história deste período for reconstituída, não se envergonhem de terem se

do ministro Walter Pires, foi a de acusar Inês de revanchista e de ameaçá-la publicamente. Houve um verdadeiro pavor por parte das Forças Armadas de que as investigações prosseguissem. Eu pessoalmente conhecia esses fatos na ocasião do meu depoimento para a CPI dos Direitos Humanos, pois a própria Inês havia me revelado quando estivemos presas juntas, numa cela na Vila Militar no Rio. Entretanto, como Inês ainda se encontrava presa e não tendo ainda revelado os fatos publicamente como pretendia, eu não tinha o direito de fazê-lo. Mas eu tinha certeza do que dizia. Existiram as casas de morte — os centros de extermínio no Brasil. E sabia que Inês os denunciaria um dia.

omitido. É como já disse Wladimir Herzog: 'Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra os outros, perdemos, também, o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados'.

Senhores deputados: não é revanchismo, não é vingança. É simplesmente desejo de justiça. É ódio de classe que me faz insistir, continuar lutando para esclarecer os fatos e punir os culpados, compreendendo que esta luta é longa e que não se esgota aqui e que não terei mais o meu querido Fernando com vida.

Continuarei lutando para esclarecer até o último desaparecido. Não só por Nando, mas por todos que como ele morreram lutando para transformar a sociedade em que vivemos. Continuo, em memória daqueles que mesmo fisicamente tendo sobrevivido às torturas não conseguiram continuar vivendo: por Frei Tito, por Maria Auxiliadora Barcellos, por Solange Lourenço Gomes¹. Continuo por mim, pelos meus filhos, para que nunca mais aconteça. Espero que os senhores façam a sua parte”.

Os companheiros

Fernando de Santa Cruz Oliveira, desaparecido em fevereiro de 1974, aos 26 anos de idade, fazia parte de uma juventude inquieta, sonhadora, preocupada em debater as questões básicas da nação e contribuir para a solução dos seus problemas. Num regime de liberdade, num clima de democracia, jovens como Fernando, na sua ânsia de participar, influir nas decisões, quando muito teriam sofrido a pena privativa de liberdade, quer estivessem integrando organizações legais, defensoras de mudanças pacíficas, quer participassem de entidades convencidas de que somente a luta armada poderia mudar os rumos do país.

Mas o clima político do país, quando Fernando começou sua militância, não respeitava o direito de pensar, de discordar, de atuar politicamente, pois os militares que chegaram ao poder em 64, assim como seus aliados civis, estavam decididos a executar uma “opera-

1. Frei Tito: enforcou-se na França.

Maria Auxiliadora: jogou-se sob o metrô em Berlim. Havia sido trocada pelo Embaixador Suíço.

Solange: companheira de cela no Rio, nove anos depois saiu da prisão e jogou-se da janela do apartamento em que morava.

ção limpeza”, sob pretexto de varrer o perigo comunista, perigo que na verdade era uma fantasia e que na prática não passava de argumento para deter as conquistas sociais.

Por força dessa postura, em meio a promessas nunca cumpridas de redemocratização, o regime autoritário cuidou de desarticular os movimentos estudantis, sindicais, os partidos políticos, numa escalada repressiva em que não faltou a colaboração de especialistas dos Estados Unidos, treinando quadros no país ou em entidades no seu próprio território.

A palavra de ordem era combater o inimigo interno, provocar reações, ódios, e assim assegurar a institucionalização da ditadura, que seria justificada, na sua perpetuação, com o perigo comunista, com a necessidade de combater o terrorismo e assegurar a tranqüilidade e a paz social da nação. Nessa marcha, ampliou-se o combate entre profissionais bem treinados e amadores que, em muitos casos, não sabiam sequer manejar uma arma de fogo, iam para o sacrifício forçados pela perseguição implacável do regime ou ficavam condenados a viver na clandestinidade ou no exílio.

As entrevistas que se seguem, de companheiros de Fernando, dão a dimensão exata dos quadros que o regime perseguia como perigosos e que também serviam de bode expiatório para manter sua política antinacional.

3.^a parte

OS COMPANHEIROS, A DOR DA FAMÍLIA

Os companheiros

As entrevistas seguintes são feitas com companheiros de geração e luta de Fernando, cuja relação segue abaixo:

José Arnóbio Alves Pereira (Noba), industriário

Lília Maria Gondim Leitão, economista

Judas Tadeu Lira Gabriel, artesão

Roberto Franca Filho, advogado e presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife

Dinare de Figueiroa Pereira, socióloga

Théo Leitão Figueiredo, economista

José Arnaldo Amaral, advogado e Prefeito de Olinda

Marcelo Santa Cruz, advogado

IV

OS SONHOS JUVENIS

GERALDO SOBREIRA — Como vocês conheceram Fernando Santa Cruz?

ARNÓBIO (NOBA) — Conheci Fernando em maio de 1967, naquela manifestação que saiu da Assembléia Legislativa. Ela passou pela Faculdade de Direito e subiu a rua Santa Izabel. Foi quando houve a prisão dele, de Ramirez Maranhão do Vale, José Carlos Moreira de Melo, Carlos Brasileiro e Daniel Ferreira de Oliveira.

G. — Que idade tinha Fernando?

N. — Fernando tinha 17 ou 18 anos. Era secundarista do Colégio Carneiro Leão. Ele fazia um trabalho mais a nível geral. A gente não. A gente fazia o trabalho a nível geral e tinha o trabalho localizado na escola. Havia um comprometimento com a luta. E na casa de todo o mundo um quebra-pau com a família.

G. — Falando nisso, o que você acha que levava aquelas pessoas a ter tanta força na militância? Pergunto assim por haver convivido também com elas e considerá-las, na época, absolutamente ingênuas do ponto de vista político-ideológico, além de um tanto ignorantes de uma visão histórica.

N. — Havia de qualquer maneira uma certa herança. Por exemplo, eu vivi 64. Mas mesmo quem não presenciou 64, viveu um clima de constantes discussões, de efervescência política. Havia, ainda, contatos com a Igreja, através de grupos por ela mantidos, onde se dava espaço para discussões, trabalho em conjunto, mesmo que em diferentes níveis de avanço político.

G. — Eu gostaria que todos respondessem à mesma pergunta.

TADEU — Eu acho que isso foi fruto das contradições que o pessoal vivia, diante do problema educacional. Pequenas coisas que eram colocadas pra gente, como o baixo nível de ensino dos colégios estaduais, as precárias condições materiais existentes, etc. No Colégio Estadual de Pernambuco (CEP), por exemplo, houve uma ocorrência para mim histórica. Era governador o ex-senador Nilo Coelho. O Colégio viveu um momento que eu nunca vi no M. E. daqui de Pernambuco, mesmo no movimento universitário. Houve homens em luta mesmo. Os alunos do turno da manhã, da tarde e da noite reivindicavam quinze pontos, dos quais apenas um foi rejeitado pelo governador — justamente aquele que era contra o acordo MEC-USAID.

N. — Em 67, o Secretário de Educação era Roberto Magalhães. Tivemos uma entrevista com ele no Palácio. Uma comissão, se não me engano, de oito alunos. Culminou com a derrubada de Albérico Porto da direção do Colégio. Esta foi talvez a primeira grande luta do movimento secundarista da época.

T. — A partir daí, começamos a despertar para a necessidade de lutar por melhores condições de ensino e compreender que aquelas melhores condições só viriam com a derrubada do regime. De qualquer forma, tenho a impressão de que a gente pouco estudava a questão política. Pouco se lia. Pouco se refletia. Éramos, com raras exceções, simplesmente ativistas.

ROBERTO FRANCA — Conheci Fernando nas manifestações de 67, em função daquele processo de abertura que houve em 67/68, interrompido com o AI-5. Travamos um conhecimento maior em 68, quando, depois das eleições políticas, tivemos a eleição e reestruturação da Associação Recifense dos Estudantes Secundaristas (ARES). Houve um encontro nacional aqui em Pernambuco. Em 69, nós fomos estudar no mesmo colégio, por designação da diretoria da ARES, da qual fazíamos parte, ao lado de Antonio Sérgio, Noba, Tadeu e Eudes.

EDUARDO HOMEM — A sua iniciação é coincidente com a de Fernando?

R. F. — Foi paralela à de Fernando, porque acho que se deu dentro desse clima 67/68. Quer dizer, eu não vivi 64, pois ainda estudava

o 2.º ano ginasial. Então, comecei a participar politicamente com 16 anos, quando fazia o 1.º Clássico no Nóbrega. De lá saíram, inclusive, várias pessoas para uma atuação política depois.

G. — É a participação da Igreja na formação da esquerda brasileira?

R.F. — Não é da Igreja, pois o Salesiano e o Marista eram colégios religiosos e não havia estímulo à participação política. No Nóbrega, houve uma influência muito grande dos seminaristas espanhóis. Traziam uma concepção mais aberta. Mas, como dizia, em 69, por decisão consensual, matriculamo-nos no Colégio Estadual. O Colégio era estratégico pela combatividade e ficou com poucas pessoas, depois da repressão do AI-5. Então, eu vim do Nóbrega e Fernando do “Colégio Carneiro Leão”.

LILIA — Terminei o ginásio num colégio de freiras (Academia Santa Gertrudes) e fui para o Colégio Estadual do Recife, onde encontrei o movimento de eleições para o grêmio estudantil. Fiquei na turma de Ana Lúcia e através dela conheci Fernando. Eles ainda namoravam, na época. E aí a gente começou a militar. Eu me lembro de que a primeira coisa de que eu participei fora da escola foi de uma reunião na Igreja Nossa Senhora de Fátima, aqui, em Olinda, com um grupo de jovens do qual Fernando fazia parte. Nós nos reuníamos com o Padre Henrique, que foi assassinado pela repressão e pelo major Ferreira, este do “Escândalo da Mandioca”.

R. F. — Inúmeras reuniões que se faziam, principalmente depois de 69, eram em igrejas. Aqui, nós estamos exatamente em frente ao famoso suadouro, que era uma pequena escola, anexa a essa Igreja de São Paulo.

G. — É bom lembrar que eram reuniões clandestinas.

L. — É claro. Totalmente diferente de hoje, quando, se a gente quiser, faz reunião até em mesa de bar. Bom, a partir dos debates nesse grupo de jovens de Olinda, eu fui me aproximando mais de Fernando e Ana. Posso dizer que devo minha iniciação política a ele. Foi quem me abriu os caminhos.

G. — Eu acho interessante essa coisa de renúncia de vida. Muitos

sustentam que nesses grupos se vivia muito mais do que a rapaziada que a gente considerava “alienada”.

L. — Essa questão de renúncia de vida é uma questão decorrente do fato de que a gente vivia totalmente para aquilo. Quer dizer, você não tinha os hábitos dos jovens de sua idade.

G. — O que era que se curtia mesmo?

L. — Rapaz, a gente curtia muito umas serenatazinhas na frente da casa de Ana, na praia, com Ricardo Leitão tocando violão.

R. F. — Eu acho que essa questão do sacrifício era real. A gente sacrificava coisas muito importantes, a vida familiar, a vida afetiva. Havia uma dedicação muito forte, considerando nossa faixa de idade. Tínhamos, então, muita responsabilidade e um volume de trabalho muito grande. Em 1969, quando eu estava no Colégio Estadual, as pessoas tinham medo da gente, tinham medo que a gente fosse cobrar alguma coisa que elas não tinham mais condições de dar. Usava-se muito, na época, a expressão “debreagem”, quer dizer, pessoas que não agüentavam o volume.

G. — Vivíamos um pouco o mito do revolucionário. Faço esse depoimento: todo mundo se achava revolucionário. Andava com um livro de Giap ou de Lênin debaixo do braço, o dia inteiro, pra lá e pra cá.

E. H. — Se essa vida de militante implicava em um sacrifício pessoal muito grande, a contrapartida devia ser uma elaboração de fantasia, de sonhos, não nesses termos, mas a nível de planos. Dentro desse quadro, como se situaria Fernando?

R. F. — É difícil ter a visão de todo esse conjunto de fantasias. Mas uma coisa concreta era a idéia que tínhamos de que iríamos mudar o regime em pouco tempo. E isso levava várias pessoas a não se documentarem, a não terem nenhuma regularização de vida civil, com carteira de identidade, carteira de motorista, etc. Acreditávamos em 68/69 que iríamos estabelecer áreas livres no país e conseguiríamos, em pouco tempo, derrubar a ditadura. Para nós, que não tínhamos vivido 64, as manifestações de 68 eram tão grandiosas que se acreditava numa mudança política substancial em pouco tempo. Veio o AI-5 e foi o grande desastre.

FRANCISCO DE ASSIS — O que estaria na origem da nossa opção pelo movimento estudantil talvez fosse mais uma revolta geral contra um estado de coisas que se percebia apenas sensorialmente. Revolta contra os valores morais existentes e as injustiças sociais, sem maiores teorizações ou um conhecimento aprofundado da realidade.

G. — E você, Zé Arnaldo? O que o levou à militância foi a falta de bebedouro no colégio ou a sua formação político-familiar-colegial?

JOSE ARNALDO — O primeiro contato que tive com Fernando foi quando de minha chegada do interior do Estado (Garanhuns). Era o ano de 1967. Eu tinha 15 anos de idade e se estava em plena Guerra dos 6 Dias, entre Israel e os árabes. Eu era defensor de Israel e conheci Fernando numa discussão a respeito. Ele já colocava suas posições anti-sionistas.

G. — Como é que era a militância em Garanhuns?

ZÉ — Era feita na UEG (União dos Estudantes de Garanhuns). Também fazíamos política partidária no interior, aquela coisa de filho de político.

G. — E como foi a integração aqui?

ZÉ — Bom, eu cheguei de Garanhuns, engajei-me na luta, mas era completamente alienado. Fazia política por fazer. Quando cheguei ao CEP, um dos primeiros militantes que conheci foi o Fernando. Uma coisa que me chamou muito a atenção foi o fato de encontrar meia dúzia de colegas que se dedicavam de corpo e alma ao M. E. Passavam o dia todo trabalhando. Terminei me engajando numa tendência, por sinal diferente da de Fernando. Eu era Opinião e ele Vanguarda. Apesar disso, mantínhamos um relacionamento extremamente fraterno.

R. F. — Acredito que ninguém teria nada a dizer de pessoal contra Fernando. Porque o temperamento dele era muito tranqüilo, muito calmo, tímido. Fernando era extremamente tímido. Foi uma coisa que me ligou muito a ele. Talvez pelo fato de ser também um pouco tímido. Eu tinha vários colegas da mesma tendência, mas com

Fernando, além de uma identidade política — que eu acho que era temporária —, existia uma grande amizade. Eu acho que, naquela época, as identidades políticas eram as filigranas. A gente não poderia dizer que eram permanentes aquelas posições.

EDUARDO — E na militância, que tipo de militante ele era? Uma pessoa de massa ou mais organizador?

ZÉ — Eu acho que Fernando era, primeiro, organizador, um cara que estava presente em todos os atos, desde as pichações, panfletagens, às passeatas e comícios. Era um cara que conversava com todo mundo, discutindo atentamente com cada um.

N. — É difícil qualificar rigidamente que tipo de militante ele era. Por exemplo. Inicialmente, houve o problema dele não ter massa para trabalhar. Ele não fazia trabalho no colégio onde estudava, porque não havia condições. Depois, ele fazia um trabalho a nível geral, em termos de Estado. Quer dizer, ele chegava no CEP e talvez fosse o último a falar, porque não tinha identidade com aquela massa. No entanto, ele sempre participou das elaborações a nível da tendência e se encontrava entre os cinco mais importantes, em termos de formular as coisas, discutir.

ZÉ — Ele foi um excelente formador de quadros dentro do M.E. E não explorava isso. Fazia as coisas muito naturalmente, com excelente bom humor e certo ar distraído.

L. — Tão naturalmente e distraído que vou contar um fato. Na época em que estava sendo montado o Conselho da ARES, Fernando saiu para olhar o local, uma fazenda em Camaragibe. Ele deu a seguinte indicação: “você vai pela estrada, onde tiver um trator parado, você entra”. Muita gente se perdeu, porque, na hora do trabalho, o trator começou a andar.

R. F. — Passamos a noite toda numa kombi, procurando a referência do trator parado.

G. — E a formação política, como é que se dava? Quais eram os livros que essa rapaziada lia?

ZÉ — No M. E. havia a tentativa das pessoas entenderem as coisas,

se “aprofundar” intelectual e politicamente. Um companheiro nosso, garoto de 14 anos, decorou todo o livro de Politzer. “Princípios Fundamentais de Filosofia”. Os livros básicos eram o Politzer (o citado), “A Origem da Família, da Propriedade e do Estado”, de Engels, e alguns textos de Lênin. No caso de Opinião, a gente lia alguma coisa sobre Ho Chi Minh, Mao Tsé Tung.

T. — Eu sempre li muito pouco. Naquela época, principalmente Giap. Muita gente leu Giap naquele momento.

N. — De 67 para 69, houve umas mutações políticas nas tendências principalmente na nossa. O que se lia naquela época era Regis Debray, Caio Prado Jr., (“A Revolução Brasileira”), Guevara e Althusser. “O pensamento de Mao” é um novo estágio, iniciado em meados de 68.

E. — Vocês liam os livros por obrigação?

R. F. — Não. Era uma coisa por curiosidade, a gente estava descobrindo.

N. — E por necessidade também, quer dizer, tínhamos que acompanhar.

ZÉ — Você tinha que ter discussões teóricas, tinha que responder às questões dos outros e às suas também.

MARCELO SANTA CRUZ — A gente lia muito também os documentos produzidos pelas tendências. Os livros, geralmente, a gente lia em grupo, sendo Politzer o exemplo clássico. Formava um grupo de 4 ou 5 pessoas e procurava discutir por capítulo, usando certo método. Mas o dia-a-dia mesmo dos estudantes, na época, era discutir e analisar os documentos das tendências.

E. — Fernando escrevia?

M. — Escrevia, como todos os outros escrevíamos, discutíamos, etc. Quer dizer, os documentos das tendências não vinham assinados. Vinham simplesmente com o nome da tendência, Opinião ou Vanguarda.

G. — E na agitação de rua, como é que ele era?

ZÉ — Houve um Congresso da UBES, preparado por Vanguarda. O Bernard Jofre, diretor nacional da entidade, estava aqui ajudando a preparação. Saímos com Bernard do CEP para fazer um comício relâmpago no Mercado de São José. Paulo Pontes, Fernando, Ramirez, o pessoal todinho foi pro Mercado. A reação caiu de pau. Quem se atracou com os policiais foi exatamente Fernando. Ele tirou o banquinho de um cantador e jogou na polícia.

N. — Salvo engano, falaram nesse comício o Eudes, Zeca, Bernard e eu. Quando eu tava falando é que o policial veio com o revólver. O cara veio me agarrar e eu corri. Foi um corre-corre geral. O Eudes foi preso, mas fugiu pela janela do Comissariado. Bernard também foi preso.

M. — Nessa época, os estudantes já estavam saindo mais das lutas específicas, dentro dos colégios, para ganhar as ruas. Fizemos manifestações de apoio aos camelôs. Marcelo Melo era um secundarista que monopolizava aquele negócio. Os camelôs já tinham um banco à sua disposição.

E. — Por que os camelôs?

M. — Por que eram as mais freqüentes vítimas da violência, na época.

R. F. — Outro exemplo dessa extensão do movimento para fora dos colégios foi a greve dos trabalhadores rurais do Cabo. Foi a primeira greve depois de 64. Jarbas Passarinho veio, se hospedou na casa de Padre Melo.

M. — É. Passarinho era ministro do Trabalho. Veio discutir com os camponeses e logo após sua partida foram presos e barbaramente torturados o Luis Medeiros e o Elenaldo. O Luis, não suportando mais as torturas, pulou do primeiro andar da Secretaria de Segurança. Fraturou a coluna e hoje se encontra paralítico em Brasília. Ana Lúcia, mulher de Fernando, era quem levava documentos das tendências para entregar na Casa de Detenção, enquanto Elenaldo esteve preso.

L. — Eu quero lembrar que a primeira passeata aqui, em Recife, depois do AI-5, foi dos estudantes secundaristas. Saiu do Colégio Oliveira Lima e foi até a antiga FAFIPE. Foi comandada pela ARES e Fernando era de sua diretoria.

M. — Houve grandes manifestações. Quando do assassinato de Edson Luis, no Rio de Janeiro, houve mobilizações em todo o país. Aqui, juntamos cerca de 25 000 pessoas. Houve aquela manifestação da Igreja de Santo Antônio e aquela do Moderno, nas quais muita gente foi presa. Até o filho do Barreto Campelo, que estava recém-operado, levou uma pisa que obrigou a Cruzada Democrática Feminina a protestar contra a violência.

ZÉ — É importante registrar algumas vitórias, como no caso do Oliveira Lima, que não tinha vagas e inscreveu gente além da sua capacidade. As lutas, principalmente do movimento secundarista, levaram a ser fundado um outro colégio, o Pereira da Costa.

L. — Que abrigou todo o movimento estudantil secundarista daquela época.

G. — E os Partidos Políticos legais, onde é que estavam nessa história toda?

R. F. — Pelo menos para nós, militantes do M.E., não eram considerados. Era a campanha do voto nulo.

C. A. — O movimento estudantil no conjunto, com pouquíssimas exceções, negava a participação na política institucional e no processo eleitoral. Isso dificultava enormemente a aproximação e quem pretendia participar dos partidos políticos legais era tratado de forma bastante hostil.

G. — E depois do AI-5, como é que as coisas ficaram?

R. F. — Houve uma mudança radical nos métodos da repressão. O clima mudou. Não havia mais ação de massas. Alguns grupos, pelo nível de combatividade anterior, continuaram tentando fazer alguma coisa, articulando desesperadamente. As reuniões eram trancadas, sigilosas, em residências, nos fundos das Igrejas, em apartamentos. Os “bedéis” do Colégio eram informantes. Havia professores que também informavam. Quando, em 1969, iniciamos a campanha pelo Diretório e novas eleições do grêmio, sabíamos que éramos vigiados pelos “bedéis”, pelos professores e até pelo diretor, que recuou profundamente, assumindo posições policialescas. A campanha do grêmio se desenvolveu em péssimas condições e as palavras de ordem eram escritas em selos ou etiquetas gomadas,

pra colar nos banheiros. Não obstante, estávamos com chapa para disputar, quando aconteceu um fato bruto, que deixou mais nítida a natureza da nova tática da repressão. Numa noite, em que por sorte nossa a maior parte do grupo remanescente estava fora do CEP, estourou uma bomba no primeiro andar do Colégio. Imediatamente, a polícia cercou o prédio e impediu a eleição para o grêmio, alegando o clima gerado pela bomba. Não havia, materialmente, tempo para a polícia chegar no colégio com a rapidez que chegou (menos de cinco minutos). Foi nessa época que eu, Fernando e Zé Arnaldo estudávamos o terceiro ano Clássico no CEP e a gente tentava fazer alguma coisa. Com grande dificuldade, porque além da repressão os estudantes estavam bastante aterrorizados.

ZÉ — A partir de 69, começavam a nascer os DOI-CODIs. Antes, era um esquema de Secretaria de Segurança. As pessoas eram bem conhecidas e identificáveis. Houve casos em que sob a pressão de amigos, familiares, soltavam os estudantes. O diretor do Colégio (Souto Neto) interferiu algumas vezes pessoalmente e conseguiu êxito em certas ocasiões. A partir de 69, começou realmente o terror, com a repressão torturando nos quartéis. Os remanescentes do M. E. foram forçados a fazer opções: ir para a ilegalidade, ficar em funções de apoio ou “cair fora”.

R. F. — Em função disso, de que muitos colegas foram para a ilegalidade, quero dar um testemunho importante. Por exemplo, a minha prisão em 69, juntamente com Lília, me salvou da clandestinidade. Porque muitos assumiram essa condição, por imposição do sistema. O sistema não dava mais retorno, como nos casos de Ramirez, Paulo Pontes e outros. Pessoas que não podiam mais ter uma vida normal, porque a ditadura não permitia isso. A alternativa era a clandestinidade e a luta armada. O sistema impôs essa ida sem retorno e precisava dos “subversivos” para se justificar.

M. — Repercutiu intensamente no M. E. esse clima de violência. O atentado ao companheiro Cândido — então presidente da UEP — ocorreu justamente em 69 na ponte da Torre, como trabalho dos órgãos de repressão, sendo acusado o Major Ferreira e Luís Miranda. Logo depois, foi a morte do Padre Henrique, quando ocorreu grande manifestação dos estudantes, realizada em clima emocional. Saímos pixando e passamos toda noite no velório. Me

lembro que Ramirez pichava o tempo todo, todas as paredes. Foi preso também, Osvaldo Lima Filho, deputado cassado e hoje deputado federal. Os padres e freiras reagiram com os crucifixos.

R. F. — Alguns tentaram continuar com ações de massas, mas o resultado era um isolamento cada vez maior. Daqueles que foram presos, como no meu caso e no de Lília, muitos sobreviveram. A prisão foi um ano de meditação. Paradoxalmente, foi um ano em que a gente estava seguro!

C. A. — Numa das tendências (Opinião), a percepção que se tinha era que havia um avanço das forças da contra-revolução, mas que nós tínhamos que responder a isso com novos avanços das forças revolucionárias. Tínhamos que manter o mesmo ímpeto, o mesmo elan de atividades que havíamos mantido naquela situação híbrida, indefinida de antes. O fechamento do sistema — de todas as brechas e de qualquer atividade legal ou semilegal — não propiciou no caso a revisão tática que se impunha.

M. — Para Vanguarda, a perspectiva não era de isolamento. A preocupação era tentar o movimento de massas. Vanguarda não via a luta armada como um fato imediato, enquanto Opinião já a considerava um fato presente.

N. — Em uma apreciação mais abrangente, penso que se equivocaram não somente os que fizeram a luta armada. Equívoco foi também pensar em luta de massas com aquele nível de repressão. Equívoco foi não haver entendido a mudança qualitativa da repressão no Brasil.

G. — Enquanto Opinião assumia a política de organizar uma resistência armada, Vanguarda ficava defendendo a guerra popular que era uma coisa mítica. Existia uma política chamada de integração com as massas trabalhadoras. Saiu muita gente do M. E. para trabalhar nas fábricas ou no campo. Não sei se Fernando entrou nessa história quando saiu daqui.

N. — Mas isso havia antes mesmo do AI-5.

G. — Antes do AI-5 sim, mas depois isso aumentou. Eu queria saber se Fernando foi um quadro remanejado para o Rio?

M. — O clima de repressão começou a atingir não só Fernando, mas as outras pessoas da família. Primeiro, Rosalina foi para o Rio. Depois, foi a vez de Eudes, que não tinha mais como viver aqui. Luis Miranda invadia freqüentemente a casa do avô dele. Em seguida, foi Ramirez, que já saiu clandestino. Fernando e Eudes ainda puderam partir dentro da legalidade, com documentos e tudo. Fernando foi trabalhar como pesquisador na Chisan.

T. — Houve uma mudança conjuntural com o AI-5. Nós que fazíamos Vanguarda e Opinião, tínhamos lideranças junto à massa. Paulo Pontes, Eudes, Noba, Ramirez, Zeca, entre outros. O Fernando jogava papel importante como articulador. Nossa estratégia era denunciar essa nova conjuntura à massa, mas a repressão e a intimidação eram tão grandes que dificultavam concretamente o procurado respaldo, pelo simples fato de que as pessoas tinham medo. Em que pese alguns erros na execução de tarefas, a nossa atuação política era uma resposta ao momento. O movimento secundarista teve um saldo positivo, não apenas para nós que participamos, mas pela influência que tivemos junto a nossos colegas. Hoje, lutamos por liberdade, por democracia, pelo fim do regime e aprendemos as mais variadas formas de atuação e resistência. Este é um patrimônio das nossas lutas secundaristas.

R. F. — Houve equívocos de análise política da época, mesmo que a gente recebesse documentos elaborados por universitários, por pessoas de melhor nível teórico. Na verdade, muitas dessas análises eram excessivamente otimistas. As análises do desdobramento da luta popular eram normalmente mais otimistas do que a prática viria provar. Desconheço que tenha havido documentos com a clareza que temos hoje. Porém, o que somos agora construímos naquela época. Realmente, havia um clima nacional de perplexidade.

ZÉ — No momento em que um punhado de jovens, numa faixa de 15 a 20 anos de idade, lutava contra uma máquina internacionalmente montada, isto representa um fato muito importante no M. E., como nunca aconteceu em nossa história. Na redemocratização, houve grande luta estudantil, mas nunca da forma que ocorreu entre 66/70. Esses anos foram de uma riqueza imensa, que hoje se reflete em nossa prática. Evidentemente, equívocos são cometidos ainda hoje. Ninguém pode assegurar que as diversas análises que estão sendo feitas sobre a conjuntura nacional estejam inteiramente

corretas. Quando nos lançamos na militância, havia uma repressão artesanal, que evoluiu para uma repressão científica, que não dava margem a muitas opções.

M. — Antes de Fernando ir para o Rio, ele discutiu com o pessoal que tinha a mesma posição dele. A ida foi um ato pensado, refletido. As pessoas com quem ele mais se dava sendo presas ou impedidas de atuar. Eu tinha sido cassado pelo Decreto 477, estava na Europa. Ele era ligadíssimo a mim e isso também refletiu na opção de ir para o Rio.

R. F. — Eu estive com Fernando, por cinco dias em Laranjeiras, durante esse período em que ele estava desempregado. As discussões políticas giravam em torno de alguns documentos internos que circulavam entre AP e uma tendência do PC do B, que na época defendia a luta armada no Araguaia.

M. — Foi um racha. Metade do pessoal da AP passou para o PC do B. Os que permaneceram na AP tinham Jair Ferreira de Sá (Dorival) como dirigente, junto com Doralina Rodrigues.

R. F. — Uma coisa que marcou muito Fernando nos últimos anos foi a solidariedade aos companheiros perseguidos. Uma de suas últimas missões foi vir ao Recife tentar, junto à família de Humberto Câmara Neto, obter uma procuração para poder constituir advogado no Rio. Nenhum advogado aceitava, na época, impetrar *habeas corpus* sem uma procuração.

M. — O problema ocorreu quando o escritório de Modesto da Silveira e Osvaldo Mendonça, impetrou *habeas corpus* em favor de um filho de general, a pedido da organização. O exército deu em cima e o general negou que tivesse dado autorização. O Osvaldo foi chamado. Eles queriam saber quem havia contatado o escritório e o Osvaldo tentou explicar que não precisava de procuração. Eles insistiram que tinha sido a organização e queriam saber os cabeças. O general, pai do rapaz, disse que não queria que ninguém impetrasse *habeas corpus* para o filho dele. Daí por diante, gerou esse clima. Existia entre os advogados a preocupação de adotar o mínimo de precauções. A família de Humberto negou autorização, alegando que não poderia comprometer outros membros da família.

C. A. — Vamos falar sobre os últimos contatos com Fernando.

R. F. — A última imagem que ficou foi um encontro muito agradável em Boa Viagem, numa serenata de fim de ano. Sempre ativo, preocupado com as pessoas, mantinha pra mim um comportamento realmente comovente. Guardo muitas lembranças de Fernando, mas acho que essa preocupação com os companheiros ressalta e reafirma tudo aquilo que a gente sempre achou nele, o calor humano que nos emocionava a todos.

N. — O último contato foi em dezembro de 73, quando ele veio tratar desse negócio de Humberto. A gente conversou muito. Estivemos longamente com Antonio Sérgio, que havia saído da prisão, em Salvador. Falamos sobre Ramirez, de quem éramos amigos íntimos. Soubemos dos detalhes da sua morte: a simulação do tiroteio onde morreram Lourdinha, que era mulher de Paulo Pontes, Ranúzia, Almir, Bartolomeu. Foi Fernando que contou, comovido, como tinha sido realmente o desfecho da morte desse pessoal.

R. F. — Em nosso último encontro, Fernando falou-me sobre Ramirez, que lhe confessara estar num caminho sem retorno, depois do assassinato de seus maiores amigos. Ramirez estava disposto a não parar a luta, que representava o compromisso com os companheiros mortos.

ZÉ — O último contato que tive com Fernando foi em janeiro ou fevereiro de 1973, no aeroporto de São Paulo. Eu trabalhava numa Companhia de Aviação e tinha ido fazer um curso por lá. Como a tensão estava violentíssima, a gente teve muito pouco tempo de conversa. A lembrança maior é, num plano, a afetividade de Fernando, e noutro, sua firmeza. Aliás, estas eram pra mim as duas maiores qualidades de Fernando, em sua permanente militância.

SENTIMENTO DE PERDA E REVOLTA

Este é o depoimento de Jair Ferreira Sá, na época, dirigente da APML e companheiro de lutas de Fernando Santa Cruz. Jair revela seu espanto pela gratuidade da eliminação de Fernando pelo aparato militar. A antropofagia política nos anos da repressão praticou muitos atos de mórbida gratuidade.

Quando conheci Fernando, nos duros anos de luta política, chamava-me Dorival. Creio mesmo que Fernando nunca veio a saber meu nome verdadeiro, pois já há muito eu me encontrava na clandestinidade, forçada pelo regime, e assumindo funções de direção numa organização política que também foi levada, em 1964, à clandestinidade.

Na época, nossa organização tinha sofrido aquilo que viria a ser o golpe mais profundo, em setembro/outubro de 73. Já o conhecia através de outras pessoas, especialmente de Doralina e mesmo do companheiro Felipe, “desaparecido” em outubro de 73, cujo nome verdadeiro era Humberto de Albuquerque Câmara Neto, também oriundo do movimento estudantil de Pernambuco. O filho de Fernando e Ana viria a ter o nome de Felipe, numa homenagem a Humberto.

Diferente de mim, Fernando não havia ingressado na vida clandestina, conseguira até então manter-se na legalidade. E quando muda para São Paulo, ele o faz, de novo, abertamente. Lá, possuía emprego e residência fixos e conhecidos, diferente de nós que andávamos então nos desvãos da clandestinidade forçada, vivendo em aparelhos, vivendo nossas vidas através de “pontos” de encontro. Ou de desencontro, como ocorreu com Fernando.

Ele havia se disposto a fazer uma articulação para nós. Nada de grave. Ligar duas pontas. E o encontro que foi fazer no Rio e do qual não voltou mais, era um “ponto” com Eduardo Collier. A seguir, o encontro era conosco, eu e Doralina. Mas Fernando não apareceu. E depois tampouco Eduardo. A malha repressiva havia tragado e triturado mais alguns nas suas sombras.

Quando Fernando “desapareceu”, ao nosso sentimento de perda, de dor, se somava uma profunda revolta. Afinal, mesmo diante dos mais absurdos critérios que o regime usava então para definir nossas periculosidades e, quem sabe, decidir nossos destinos, Fernando não estaria — não tinha motivos para estar incluído em qualquer dessas listas negras — a não ser, sim, a de ter ligação com uma organização. Mas, isto, em geral, nunca levaria ao assassinato, puro e simples. Aos poucos, a resposta provável foi se desenhando: deveriam saber da sua ligação conosco e o apertaram naquilo que queriam desbaratar — o cabeça da Organização. E disto, não há nenhuma dúvida, Fernando não abriu nada. Fernando também pode ter sido testemunha de prisão de companheiros, pode ter reconhecido alguém — dentre aqueles cuja prisão o regime negava — e tinham decidido pela sua eliminação física. A verdade,

que certamente viremos a conhecer, demorará, entretanto, algum tempo ainda para vir à tona.

Vivemos o tempo que nos foi dado viver, como dizia o poeta, ao pedir para as novas gerações que tivessem alguma indulgência ao julgarem nossas lutas, nossos sonhos, nossas derrotas.

Rio de Janeiro, dezembro/1983

Jair Ferreira Sá

EM VEZ DO DIA, VEIO A NOITE

José Eudes de Freitas, cunhado de Fernando, atualmente Deputado Federal pelo PT do Rio de Janeiro, relata aqui as lutas enfrentadas por sua geração, que julgava iminente, no curso das lutas estudantis, a derrubada do Governo. Uma geração onde, alguns, apesar de tudo, conseguiram sobreviver e participar de todos os momentos tensos da história recente do país, além de tirar lições e não deixar morrer os sonhos.

Primeiros Passos

A gente se conheceu em 66. Começávamos então a percorrer os caminhos da vida com nossos próprios pés, jovens secundaristas em Recife. Juntos participamos da retomada do movimento secundarista, da reconstrução do Grêmio do Colégio Estadual, de Pernambuco, da Associação Recifense de Estudantes Secundaristas (ARES) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

Era o início de uma dura aprendizagem. Sabíamos que estávamos todos, com as vidas tuteladas pelos “briosos” generais de 64. Mas a distância imensa entre a consciência da opressão e a sua materialização, seria uma trilha agreste para nossa geração. O Regime, passada a sua fase pseudolegalista com seus caricatos IPMs, já parecia ter conhecimento de que o medo e a intimidação, seus pilares de sustentação, necessitariam de ações mais abrangentes. Num rearranjo interno, algumas lideranças civis da “Redentora” eram alijados, deixando clara a marca de um Governo Militar, de um Regime Militar. Na política institucional, débeis reações se fizeram ouvir, com a dissidência primeira da “Redendora”, automeada Frente Ampla, de Lacerda e outros. No roldão dos fatos, como tudo

que tivesse vida, nós secundaristas de Recife, víamos-nos transformados em ameaça ao Governo. Indignados com o Acordo MEC-USAID, que traçaria os rumos para o caos atual de nossa educação e aprofundaria nossa dependência tecnológica, ganhamos as ruas. Manifestações se sucediam em todo o país, em Pernambuco fizemos greves nos colégios, na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Católica. Em nossas passeatas, além da simpatia passiva dos passantes, um aliado: os camelôs da Rua Nova e da Duque de Caxias.

Mas, o regime precisava de sua ordem, para o seu progresso. Uma teia de agentes e dedo-duros, que já conosco conviviam “preguiçosamente”, é acionada com plenos poderes. Homens como Bartolomeu Gibson, Luis Miranda, Moacir Sales, torturadores do DOPS e da Polícia Federal, tornaram-se personagens de nosso dia-a-dia. Com eles a violência, o arbítrio, o terrorismo.

Da legalidade de nossas ações, passamos à sutileza da semi-legalidade. Com o aumento da repressão política, nossos Congressos foram empurrados para os canaviais de Pernambuco. Ironias da história, nossa resistência encontrava nas verdes minas da exploração secular de nosso povo, o segredo imposto ao nosso movimento.

O AI-5 em 68, foi apenas um passo adiante num rumo conhecido. O Rei estava nu. Sabíamos de seus objetivos anti-povo, sua subserviência aos “Irmãos da América do Norte”, sua disposição para o monólogo. Nossas vidas estavam comprometidas, estávamos “marcados”, nossos sonhos adiados para um fim que acreditávamos tão próximo: a derrubada da ditadura. No Rio de Janeiro ocorrera a Passeata dos Cem Mil; as Greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), nos diziam ser impossível que o regime sobrevivesse muito tempo.

Mas quando esperávamos o dia, veio a noite. Tão surpreendente em sua violência incontida, que passávamos horas debatendo nossos critérios de segurança. Tentávamos descobrir a lógica demoníaca da repressão. Se não nos tornávamos invulneráveis, encontrávamos, ao menos, uma segurança interior, que nos permitia prosseguir na luta. Fernando e eu já militávamos numa organização política clandestina, a Ação Popular Marxista-Leninista. De origem católica, a AP descrevera um curioso roteiro de radicalização teórica, concomitante à radicalização da conjuntura político-econômica e social do País. Disputávamos acirrada luta pela hegemonia do movimento estudantil com outra organização do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), de origem evidente. Inspirados pelo maoísmo,

buscávamos as respostas para a revolução brasileira no desenvolvimento histórico da China. O PCBR as buscava na Rússia de 17. Nós propúnhamos a guerra popular prolongada, com o cerco dos camponeses sobre as cidades. Eles, a luta armada urbana, e o levante operário. Nossa guerra jamais foi além de uma preparação primária, em campos de treinamento no interior. A deles, limitou-se a algumas ações de expropriação (assaltos à bancos, e outras formas de levantar recursos). A guerra do regime foi mais evidente, mais abrangente, atingindo os sindicatos, os grêmios, os políticos de oposição, os diretórios estudantis, associações de bairros e as organizações clandestinas.

E aí, nós que acreditávamos ter visto tudo, experimentado a dor dos cárceres e da tortura, o terror da vigilância constante e implacável, a ameaça, muitas vezes levada a cabo contra nossos familiares, a fome e o desalento que se apossara do País, vimos então surgirem os desaparecimentos.

Pessoas como eu e você que me lê, viam-se seqüestradas, torturadas, assassinadas e simplesmente desaparecidas. Essa forma nova de terror, que, posteriormente, espalhou-se em escala infernal pelo Cone Sul de nossa América, mas que encontrou aqui, em terras brasileiras, seu útero original. Pessoas como Fernando, friamente assassinadas, mas tornadas diabolicamente eternas, na dúvida angustiada de seus companheiros, familiares e amigos.

Alguns tentam, maliciosamente, condenar essas lembranças como um “revanchismo inconseqüente”. Tornam-se com isso, involuntariamente ou por consciência, cúmplices de uma política de terror. Recuso-me a realizar a aritmética clínica, que visa tornar ameno o que aqui ocorreu, comparando-se com as cifras do terror argentino ou uruguaio. E isso, porque compreendo que a política terrorista do regime militar brasileiro, é um fenômeno em escala mundial, de que fomos predecessores no Continente Americano. Não é casual a participação de nossas forças armadas na intervenção da República Dominicana, em 1965. A máquina de repressão aqui armada foi também um laboratório de técnicas repressivas, exportadas posteriormente, exatamente para o Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina. (!) Muito mais do que a eliminação física da oposição, o Regime Militar implantou uma política de medo sobre as massas. E, nesse aspecto, a repressão política e a violência policial comum formavam faces convergentes e indissociáveis. Recentemente, um policial militar me revelava que no início da guerra contra a “subversão” o DOI-CODI, o DOPS e similares, utilizaram-se de policiais

comuns em suas equipes. “Nós estávamos afeitos ao combate. Já tínhamos nossas baixas na guerra das ruas.”

Os desaparecimentos no Brasil, não foram uma forma militar de eliminar a oposição, mas uma ação política cuidadosamente executada. Os eventuais “excessos” ou “acidentes de trabalho” eram explorados, rendendo juros e dividendos na contabilidade do terror de Estado. Os desaparecimentos não eram causados por um esforço de “queimar arquivo”, de eliminar provas. Muitos companheiros assassinados sob tortura tiveram seus corpos entregues às famílias, em caixão lacrado. Policiais compareciam ao velório. Não havia uma preocupação em ocultar, mas, sim, em difundir. Nada de discursos, ou defesas, apenas o fato: Fulano foi preso e morreu (às vezes vago, um “suicidou-se”). As lágrimas da família, o medo dos amigos, os informes das organizações clandestinas, formavam uma teia de sussurros. Mas com os desaparecimentos, o terror trouxe o inimaginável. O mistério natural da morte, era agora transformado numa ameaça para a qual ninguém, em sociedade alguma deste mundo, está preparado.

Sumiu. Todo mundo sabe, mas ninguém viu. É evidente que a truculência de um Burnier, que permitiu testemunhas no desaparecimento de Stuart Angel, eram fissuras inevitáveis no véu de segredo. Mas, e Fernando? E Honestino? E tantos outros?

É inegável que esses últimos vinte anos nos traumatizaram. O regime o sabe, e nos acena sempre com o fantasma dos “bolsões radicais resistentes à abertura”. Me parece a velha tese do russo Pávlov, do sininho que fazia o cachorro salivar. Mas, eu me pergunto, se em 1980, o “acidente de trabalho” do Riocentro, já não nos trouxe a evidência, que a impunidade é o maior incentivo ao “retorno”. A Argentina é hoje um espectro real para alguns setores do regime. Mas muito mais do que uma revanche, o que assistimos na Argentina é a um esforço, para o qual mesmo setores das classes dominantes argentinas parecem dispostos a enfrentar, de desmontagem de um poder que ousou sobrepor-se ao próprio Estado e à Nação como um todo. A desmilitarização dos Estados no Cone Sul é uma imposição histórica, a ser efetivada com a serenidade e a justiça, que, pelos menos até agora, parece ser a tônica do processo argentino.

Eu não quero nenhuma vingança. Mas quero esperança para mim e meus filhos, de que tais fatos jamais tornarão a acontecer. Um Brasil voltado para sua classe trabalhadora, para seu povo, não poderá ser um País emasculado e amnésico. Um novo Brasil está

nascendo. Quando lutamos pelo restabelecimento das eleições diretas, temos claro que nos move um sonho já antigo, de pôr fim a esse regime. Foi isso que vi, na Praça da Sé. E quando a chuva encobriu os rostos da multidão, pude sonhar acordado, que Fernando finalmente voltara.

MEU AMIGO, MEU IRMÃO FERNANDO:

Um dia após Fernando ter sido preso, dois companheiros ainda o esperavam para um encontro previamente marcado. Desse encontro, porém, a repressão não chegou a tomar conhecimento.

Doralina Rodrigues era uma dessas pessoas. Em seu depoimento, a lembrança do “revolucionário combativo, do homem digno, do amigo leal”. De quem pagou com a própria vida o preço dessa lealdade.

1969 — AI-5, repressão, perseguição, torturas, assassinatos.

Participando da diretoria da UNE, fui para Recife, onde, dentre outros amigos, conheci Fernando.

Reencontrei-o depois no Rio. Já estava casado com a Ana. Trabalhando, estudando, participando ativamente da luta política, nas condições tão adversas do início dos anos 70.

Eu já era uma clandestina então, levando uma vida marginal — sem verdadeira identidade, sem família, sem trabalho.

Nós, clandestinos, sentiamo-nos isolados e solitários, pois a ditadura impingia-nos a condição de portadores de possíveis desgraças — podíamos ser presos e assassinados a qualquer momento.

Nesta situação, muitas vezes sentíamos o medo no olhar de muitas pessoas, com quem nos encontrávamos, sentíamos-lhes a rigidez do abraço ou do aperto de mão e a voz a lhes sair meio trêmula, com dificuldade.

É verdade, também, que acima de tudo, as pessoas respeitavam nossa opção, se solidarizavam conosco e nos ajudavam no que podiam.

Mas, na época, poucas vezes era possível se perder aquela sensação de que povoávamos um mundo à parte, o mundo dos marcados pelo regime.

O Fernando tinha vida legal, endereço certo e sabido, emprego,

família, mulher e, posteriormente, filho. Fernando tinha tudo aquilo que tanto as pessoas buscavam preservar.

Mas, quando ele vinha ao nosso encontro, ele vinha com aquele seu andar solto, com tanta ternura no olhar e tamanha tranqüilidade ao falar, que nunca poderei esquecer-me daquele cumprimento de sempre, “oi, baixinha, tudo bem?”.

Como não freqüentávamos as casas uns dos outros, nossos encontros se davam nas ruas, onde discutíamos política, nossas questões pessoais, falávamos sobre os amigos comuns, sobre o que nos viesse à cabeça.

Nestes encontros com o Fernando eu me sentia menos “máquina política”, mais gente, menos marginal.

Quando seu filho estava prestes a nascer, um companheiro a quem Fernando muito admirava pela sua capacidade política e a quem era muito ligado afetivamente, estava vivendo graves dificuldades pessoais e enfrentando muitos problemas políticos. Este companheiro — Humberto de Albuquerque Câmara Neto — também assassinado posteriormente, usava então o nome de Felipe.

Pois foi este o nome que Fernando e Ana escolheram para seu filho.

Pela primeira vez, com certeza, muita gente pôde ver, ser prestada a alguém em vida, não no auge da glória, mas em meio a extremas dificuldades, homenagem tão bela e tão sentida.

Quando nasceu o Felipe, algumas vezes nós o levávamos para passar o dia em nossa casa de clandestinos, que nem seus pais podiam freqüentar. Da primeira vez que o levei ele foi mordido por umas formigas, e eu me lembro que nas vezes que se seguiram, o Fernando sempre dizia: “olá, hein baixinha, não vá colocá-lo em cima do formigueiro”.

Era a única recomendação que me fazia. Não se referia às feras que estavam à nossa procura e que poderiam atacar também seu filho. Confiar a mim, perseguida política, seu filho querido, não era um gesto insano como muitos podem pensar; era uma atitude tão humana, e tão sensível, que poucos podem ter ou até mesmo entender.

Face às divergências políticas que surgiam, Fernando não se exaltava, não assumia atitudes sectárias, não passava a ver nos próprios companheiros novos inimigos, como fazíamos. Ele enfrentava tudo com tranqüilidade e com abertura, qualidades raras então.

Fernando tinha mais respeito pelas pessoas, do que por posições políticas que, eventualmente, estas defendessem.

Fernando foi assassinado. Foi assassinado exatamente numa época em que tudo fazia pela defesa dos companheiros presos e pela preservação daqueles que conseguiram escapar da repressão.

Fernando viajava, procurava as famílias dos presos, arranjava advogados, denunciava as prisões. Fernando compartilhava da tristeza que nos dominava, mas também da luta dos desaparecidos. E acabou por se tornar um deles.

Apesar de seu endereço certo, de trabalhar, de estudar, de sua documentação legal, a ditadura não o poupou. Ele se colocara frontalmente contra a miséria, a exploração, a repressão. Formara-se não só um combatente do povo, mas um amigo leal de todos os que lutavam por seus mesmos ideais.

E isto, o regime não podia permitir, pois não somente se alimentava da fome e do suor dos trabalhadores, como do sangue de quantos se colocassem do seu lado.

Bem sei, que o Fernando deu sua vida também por mim, pois ele sabia como encontrar-me, podia ter-me entregue à repressão, e não o fez. Jamais o faria.

Posso não ser digna deste gesto, mas outros tantos companheiros com trabalhos políticos que também ele preservou da repressão, certamente o são.

Ficou-nos o seu exemplo de revolucionário combativo, de homem digno, de amigo leal.

Dei a meu filho, o seu nome. Uma pálida homenagem a quem me deu tanto em vida e até com a própria morte.

“ONDE ESTÁ MEU FILHO?”

Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira lembra muito a personagem central do livro *A Mãe*, de Gorki. Como Pelagué, trata-se de uma mulher simples, mas que abriga dentro de si a grandeza daqueles que não cedem diante da dor e das injustiças.

Ambas tiveram suas vidas marcadas pelas atrocidades cometidas por um regime autoritário. E foram marcas que atingiram profundamente a família Santa Cruz: a expulsão de Marcelo da Universidade pelo Decreto 477; as torturas cometidas contra Rosalina; a prisão e o desaparecimento de Fernando.

Como no livro, ela se agiganta, apesar de todo o sofrimento. E, com todas as suas forças, ousa desafiar todo um aparelho repressi-

vo, exigindo o reconhecimento público dos crimes praticados em nome de uma pretensa "segurança nacional". Neste momento, ela se transforma na mãe de todos aqueles que, ao lado de seu filho, tombaram vítimas da repressão implantada no Brasil a partir do golpe militar de 1964.

No dia 03 de dezembro de 1983, dona Zita concedeu, durante mais de três horas, entrevista aos autores deste livro. Na entrevista, ela apresenta Fernando: sua infância, seu temperamento forte e afetuoso, seu ingresso na militância estudantil e política, seu papel de filho, irmão e pai.

Durante todo esse período, dona Zita envolveu-se num dramático processo de busca de informações sobre o destino de Fernando. De sua casa, em Olinda, nunca admitiu se mudar; o seu telefone ainda conserva o mesmo número. Tudo movido por uma esperança que, apesar de tudo, ainda está muito longe de morrer. Por isso, sua pergunta ainda está no ar.

GILVANDRO FILHO (GIL) — Dona Zita, em princípio, como a senhora traçaria um retrato do Fernando, seu filho? Como foi, por exemplo, a sua infância?

D. ZITA — Foi uma infância normal, uma vida normal como todos os meninos daqui, de Olinda. Ele era alegre, brincalhão, gostava muito de praia, tinha muitos amigos, era muito querido por todos. Pelos irmãos, então, era queridíssimo. . . .

GIL — O que ele mais gostava de fazer?

D. ZITA — Bom, ele gostava muito de futebol, era torcedor do Santa Cruz. No dia em que o Santa Cruz jogava, nesse dia, ele ia à missa de Fátima, e chorava, quando o Santa Cruz perdia. Isso, ele já rapazinho. Era o único do Santa Cruz, seus irmãos Marcelo, João Artur e Lincoln torcem pelo Sport. Mas Fernando era daqueles torcedores doentes, que tinha verdadeira paixão pelo seu clube.

GLÓRIA BRANDÃO — Quantos filhos a senhora teve?

D. ZITA — Tive dez filhos. Fernando era o quinto deles.

GIL — E na escola, como Fernando era como estudante? Quais os colégios em que ele estudou?

D. ZITA — Bom, ele sempre foi um pouco "trabalhoso". Ele era

muito levado, sempre foi, gostava de brincar, fazia muitas trelas, coisas mesmo de criança. . .

GLÓRIA — Tem sempre aquela criança que exerce sobre as outras um espírito de liderança. Fernando era assim?

D. ZITA — É, ele tinha muitos amigos, a casa vivia cheia. Mesmo depois que ele foi para o ginásio, que já tinha aquelas idéias meio assim. . . de movimento estudantil, a casa vivia cheia de amigos dele, rapazes da sua idade.

GIL — Já que ele era levado, trabalhoso, como a senhora diz, dá para lembrar algum caso dele, sobretudo na infância, alguma trela?

D. ZITA — Ah, tem. . . Uma vez, uma estante grande que tinha lá em casa, cheia de livros, e meu marido Santa Cruz era louco pelos livros e não deixava ninguém mexer. Quando foi um dia, ele (Fernando) pegou um serrote e tava lá, serrando a estante. . . Nessa época, ele tinha uns 12 anos. Quando Santa Cruz ia saindo para o trabalho e viu aquilo, voltou depressa pra mim, e disse: “Zita, troca a roupa desse menino que eu vou levá-lo para o hospício, que ele deve ser louco”. Aí, Fernando arregalou os olhos e ficou todo desconfiado, pensando que fosse mesmo verdade. . .

GIL — No Dom Vital, no ginásio, como é que ele era! Como era Fernando como estudante?

D. ZITA — No Dom Vital, ele, às vezes, tinha atritos com o professor Jorge, com dona Maria de Lourdes, eles faziam bilhetes mandando me chamar. . .

GIL — Que atritos eram esses?

D. ZITA — Ah, era sempre por questão de notas, quando o professor bota uma nota baixa e o aluno acha que merece uma nota maior. Ele ficava solidário com os colegas, sempre Fernando muito prestativo. . . Em casa, ele ganhava uma mesada, uns 100 ou 200 cruzeiros naquela época, pois bem, ele distribuía tudo com os irmãos.

GIL — Ele era muito “mão aberta”. . .

D. ZITA — Muito mesmo, . . . Olhe, o sonho dele, como de muito menino de sua idade, era ter uma dessas calças Lee, me aperriava que queria porque queria e eu fui e comprei uma calça Lee para ele. Vocês se lembram de um menino, o Luís Medeiros, que era de Minas e que fazia movimento estudantil? Pois bem, esse menino estava por aqui, ia viajar para Minas e não tinha roupa. Um dia, Fernando volta do Colégio, nessa época ele estudava no Colégio Estadual e chega com uma calça toda velha, rasgada. Eu perguntei: “menino, o que houve, cadê a tua calça nova?” e ele disse: “Ah, mãe, eu dei ao Luís, ele ia viajar e não tinha uma roupa e então eu troquei a minha calça pela dele”. Olhe que a coisa que ele mais queria era ter aquela calça . . .

GIL — Ele era muito dado. Ele devia ser também muito querido, não era?

D. ZITA — Claro. Sempre quando é Natal, parece que eu estou vendo . . . ele sempre me chamava de “velha Zita” . . . até hoje, quando é Natal, eu escuto a sua voz me chamando . . .

GIL — Dona Zita, Fernando era alegre, brincalhão, “mão aberta”, querido . . . Mas, ele era brigão?

D. ZITA — Não, ele era também muito calmo nisso, muito tranqüilo.

GLÓRIA — Ele gostava de estudar?

D. ZITA — Não, de estudar ele não gostava muito, não. Mas tirava boas notas. Ele gostava de ler e aprendia com muita facilidade. Talvez por isso mesmo ele não gostasse de estudar. Há um fato interessante: eu estava no Rio de Janeiro, quando ele fez vestibular para a Faculdade de Direito. Ana Lúcia ficou muito aflita, pensando que ele não passaria, e perguntou: “Fernando, como é que foi, você passa?” e ele disse: “passei, não”. Quando Ana Lúcia foi ver, estava lá o nome dele no quadro. Ela gritou: “Fernando, você passou, e passou entre os primeiros lugares”. E ele respondeu: “Mas eu fui um dos últimos a sair e, por isso, pensei que não fosse aprovado” . . .

CHICO DE ASSIS — Dona Zita, voltando um pouco, como foi a primeira prisão de Fernando? Como a família reagiu?

D. ZITA — Bom, teve aquela passeata, aliás, permitida pelo governo...

GLÓRIA — Nessa época, a senhora sabia que Fernando tinha algum envolvimento político?

D. ZITA — Ah, ele tinha, sim. Eu acho que era o próprio ambiente de casa. Quase todo mundo lá em casa era meio liberal, mais socialista. Eu nunca criei meus filhos com esses preconceitos, tratar mal empregados... por exemplo, não, eu sempre procurava evitar essas discriminações.

CHICO — Nessa época, 67/68, eu fui muitas vezes a sua casa, era amigo de Marcelo e acompanhei Fernando também no início... Como é que a senhora vê essa inclinação de seus filhos para a política, para a oposição?

D. ZITA — Bom, desde pequenos eles todos ouviam Santa Cruz falar... Tinha um tio deles, Augusto Santa Cruz, que era um revolucionário. Eu mesmo admirava muito o Prestes, adorei ler o "Cavaleiro da Esperança"... e penso que tudo isso deve ter influenciado nele (Fernando) e nos outros.

CHICO — Dona Zita, o que a senhora sentiu no período da busca, da dúvida, da prisão de Fernando... A senhora sentiu entre os amigos, entre as pessoas que eram mais amigas, algum medo dessas pessoas, algum receio no relacionamento na busca?

D. ZITA — Não, eu senti mais solidariedade, principalmente dos amigos de Fernando. Foram muito solidários. Quando Ana Lúcia esteve aqui, eles, inclusive se cotizaram para dar dinheiro para ela voltar para o Rio... Mas entre a família... Quer dizer, muita gente criticava, achava que aquilo era uma coisa que desmerecia o nome da família, não é? Tanto a minha como a de Santa Cruz. Eles sentiam muito medo, os tios, as tias, que às vezes não aceitavam o fato...

CHICO — E a senhora, qual a sua atitude em relação a essas pessoas?

D. ZITA — A minha atitude... a mim eles não criticavam porque... eu nem sei porque... eles me respeitavam.

CHICO — Nunca houve assim... uma crítica?

D. ZITA — É... eu não dava muita liberdade para que me criticassem. Eu mesma, quando ia falar, dizia que não achava errado o que ele havia feito, que a pessoa que tem um ideal e sabe lutar por ele e dar até a sua vida por esse ideal, acha que isso é uma coisa muito nobre, uma coisa extraordinária. E ele é meu filho e eu tenho muito orgulho... Tenho saudade, mas também tenho muito orgulho dele.

GLÓRIA — A senhora, em nenhum momento, pensou que se ele não tivesse se metido em política, nada disso teria acontecido?

D. ZITA — Não, em nenhum momento. Ora, ele gostava daquilo, ele achava que era o ideal dele, era a vida dele. Tudo na vida dele era isso, esse ideal que ele tinha. Eu sempre dizia, como digo aos outros, que quem tem um ideal e luta por ele, deve saber lutar, lutar com lealdade. E dizia “se você cair, se vier a acontecer alguma coisa, você seja leal com os seus companheiros”. Eu acho que isso é essencial na pessoa: a lealdade.

GLÓRIA — Então, a senhora se orgulha muito...

D. ZITA — Me orgulho muito dele. Dele ter dado a vida por um ideal e não ter traído um só companheiro. Tenho muito orgulho, muito...

GIL — A senhora lembra desses companheiros de Fernando?...

D. ZITA — Não de muitos. Só do Ramirez, daquele menino... O Roberto Franca, que chegou até a ser preso, daquela menina, a Lilia, eles sempre iam lá em casa.

CHICO — Agora, qual era o sentimento que a senhora experimentava nesse processo massacrante que é a busca? Procurar Fernando, as portas fechadas, as desculpas, as evasivas...

D. ZITA — Ah, era uma coisa muito deprimente, porque amargura muito a pessoa... só mesmo quem passa por isso... como sua mãe, não é, que passou e que pode entender. É muito, muito... A gente ir, ver as mentiras, porque prometem, “eu faço, eu faço”, e a gente sabendo que tudo aquilo é mentira, não é?

GLÓRIA — Quando a senhora começou esse processo de procura incessante em busca de informações, a senhora ainda tinha aquela convicção de que ele estava preso em algum lugar?

D. ZITA — É, inclusive, a gente foi até à Cruz Vermelha.

CHICO — A senhora esteve com D. Paulo Evaristo, não é?

D. ZITA — Não.

GIL — Mas D. Paulo participou de toda aquela luta...

D. ZITA — Participou diretamente com os meninos. Com Rosa e com os meninos que estavam em São Paulo com ele.

GIL — Dona Zita, após a prisão de Fernando, houve algum tipo de pressão à família?

D. ZITA — Com os meninos no Rio, sim. Márcia, inclusive, foi ameaçada: se ela continuasse a procurar, ela ia se dar mal. Márcia, talvez Marcelo, não sei. Sei bem de Márcia. Agora, aqui, em Pernambuco, a gente não sofreu nenhuma ameaça, nada. Nunca foram à minha casa. Não me lembro bem de nenhum ter sofrido algum tipo de ameaça.

GLÓRIA — E a senhora nunca notou o telefone censurado?

D. ZITA — Ah, o telefone era censurado, sim. Acho que sim.

CHICO — E Dr. Lincoln, como é que ele reagiu?

D. ZITA — Ele... Eu tenho um espírito mais forte, mais lutador, não é? Mas ele, por causa do que aconteceu a Fernando logo muito cedo, se aposentou e teve muitos problemas de doença. Tudo isso resultado desse negócio que ele não se conforma em ver. Ele diz assim: "como é que meu filho desapareceu assim, tão moço? Por quê? Mesmo que ele tivesse culpa, que fosse julgado... queria vê-lo preso, e não assim, desaparecido". Então, eu acho que isso deve ter influído muito na saúde dele. Eu, como tenho um espírito mais forte... Mas, ainda hoje, a gente... fica com aquele peso no coração, aquela mágoa, não é? A pessoa só pode avaliar quando

perde um filho. Então, principalmente, quando chega o Natal, quando chegam essas festas em que se reúnem todos e falta aquele... Sempre fica faltando aquele, não é? E aquele que a gente não sabe nem de que maneira sumiu. E como eu digo às outras mães, quando vou levar um consolo, um apoio: “não, vocês choraram, mas sabem que seu filho está morto, sabem de que maneira morreu, eu nem tenho isso pra me consolar”... Eu não sei de que maneira meu filho morreu, ou onde ele está enterrado, ou o que aconteceu com ele, nada disso eu sei... Tudo isso é uma mágoa muito grande, algo pesado demais para uma pessoa agüentar...

GLÓRIA — A senhora nunca teve nenhuma informação, mesmo de quem foi preso naquela época?

D. ZITA — Não, nunca. As últimas informações a respeito do paradeiro de Fernando foram aquelas dadas no quartel, em São Paulo, quando Márcia entregou ao soldado uma sacola com o nome de Fernando Augusto de Santa Cruz. Quando o rapaz voltou com a informação, tinha acrescentado o sobrenome, Oliveira, dizendo que ele se encontrava ali. Quando voltamos, três dias após, eles negaram a prisão. Então, como é que ele sabia do nome completo?

CHICO — Agora, como é que a senhora cobraria do governo, hoje?

D. ZITA — Ah, como eu cobraria? Que ele desse uma resposta, como fez o governo da Argentina com as mães de lá, dizendo que os desaparecidos tinham sido mortos mesmo. Então, o governo brasileiro devia era ter essa honestidade de dizer às pessoas que não procurassem mais, que eles tinham morto mesmo, tinham... não era? Eu acho isso, que devia ter... eles deviam ter essa honestidade de dizer. E não a pessoa ficar sempre nessa dúvida, não é? Porque Felipe mesmo, ele não sabe se tem pai vivo ou morto, ele sabe? Não, ele não sabe. Se a gente perguntar, meu filho, você tem pai? Ele não pode dizer: “não, não tenho”, ele não sabe. Ele hoje é um menino, já com 12 anos, que já entende alguma coisa. Mas, se tem pai morto ou vivo, ele não sabe.

CHICO — Então, desse processo todo, o aspecto mais doloroso é esse, não é?

D. ZITA — É, é a dúvida. E sempre entre todas as coisas, a dúvida é a pior. Uma certeza, por pior que seja, é sempre melhor que a dúvida. . .

GLÓRIA — E a “satisfação” que Armando Falcão quis dar. . .

D. ZITA — Ah, mas aquilo foi uma nota muito mentirosa. . . ele não respeitou nem mesmo os sentimentos das pessoas, não é? Dar aquela nota foi uma falta de consideração, de respeito ao sentimento alheio.

GIL — E mesmo aquele pouco que ele deu, deu depois de muita pressão. . .

D. ZITA — De muita pressão e deu assim, não é? Como é. . . que todas aquelas pessoas eram, não sei o quê, eram pessoas de alta periculosidade, eram isso, eram aquilo, estavam clandestinas. . .

GIL — É, parece que a partir daí, passou a haver também um sentimento coletivo de busca, não foi? Das outras famílias. . .

D. ZITA — Foi. Mas, geralmente, as pessoas, as famílias tinham medo, não é? Têm medo. . . já receavam por outro filho, por um emprego, por isso, por aquilo. . . A pessoa sempre fica receosa, devido à pressão do governo. Num governo ditatorial. . . não havia segurança. Hoje, ainda não há segurança, não é mesmo?

GLÓRIA — A senhora, pouco depois de Fernando, a senhora teve uma filha presa, a Rosa. . .

D. ZITA — Não, foi antes.

GLÓRIA — Foi antes? Bom, mas teve aquela história de uma ligação, meia-noite, para o apartamento em que a senhora se encontrava. . .

D. ZITA — Foi, aí levaram. . .

GIL — A senhora foi “convidada” a ir até onde ela estava. Como é que foi isso?

D. ZITA — No carro. . .

GIL — Como é que foi o contato?

D. ZITA — O contato? Porque o pessoal do quartel telefonou lá para o apartamento, e eu duvidei. Eu disse depois que eu queria ver minha filha, pois lá em Pernambuco eles usavam de fazer isso, quer dizer, eles “suicidavam” os presos políticos, essas coisas... “Então o que o senhor está dizendo, que ela está presa e está garantida? Mas eu não estou acreditando”. Então, quando foi à noite, eles me telefonaram dizendo que eu, de madrugada, por volta das duas da manhã, eu descesse do prédio, sozinha, não chamasse ninguém, e fosse que eles iriam me mostrar minha filha... Fui no carro cheio de metralhadoras e eles contando histórias de prisões por outros soldados, e eu sentada atrás, calada...

GIL — A senhora fez essa viagem normalmente, ou eles puseram alguma máscara, algum capuz, algo assim?

D. ZITA — Não, eu fui normalmente. Eles me levaram até o presídio.

CHICO — Isso quantos dias após a prisão de Rosa?

D. ZITA — Ela já tinha sido transferida de Niterói para o Quartel-General, para aquela prisão da Ilha... Durante 52 dias ela ficou incomunicável, ou seja, desaparecida.

GIL — Dona Zita, nesse percurso, houve alguma ameaça contra a senhora, ou então alguma “conversa mole” deles?

D. ZITA — Ah, diziam que o carro estava correndo assim por medida de garantia, porque se algum grupo se aproximasse, eles atiravam, faziam e aconteciam e tal. Então, um virou pra mim e perguntou: “a senhora de onde é?” E eu calada. Ele insistiu: “a senhora de onde é, da Paraíba?” Acho que ele quis dizer que eu era “mulher-macho”, porque tava ali. Foi só o que eu respondi: “não, sou de Pernambuco, mesmo”.

GIL — A senhora chegou a vê-la?

D. ZITA — É, chegou lá, ele me acompanhou...

GIL — E ela foi torturada?

D. ZITA — Eu creio que sim. Ela disse que foi, eles disseram que não. Mas, os pés dela, os dedos dos pés, quando eles me mostraram, estavam cheios de mercúrio cromo. Todo assim. . . Eu perguntei: “o que foi isso?”, ela ficou calada. Aí o oficial responsável por ela, disse: “não, não foi nada”.

CHICO — Era o choque elétrico. . .

D. ZITA — Era.

GLÓRIA — Com o movimento pela anistia, o que é que a senhora pensava em torno de tudo aquilo?

D. ZITA — Foi um movimento muito importante. Tinha tanta gente fora do país, tanta gente presa e pra todo mundo a liberdade é sempre uma coisa maravilhosa.

GLÓRIA — Com o reaparecimento desse pessoal, a senhora esperou a volta de Fernando?

D. ZITA — Não, não. Não esperava por Fernando, que ele voltasse, porque eu sabia que ele não estava preso em canto algum.

GLÓRIA — Mas, pelo menos alguma informação, alguma coisa. . .

D. ZITA — Não, nunca esperei muito. . . não. Eu sou muito realista.

GLÓRIA — Houve também o encontro da senhora com o Golbery, um encontro ou foi uma carta, uma correspondência. . .

D. ZITA — Ele prometeu, não é? Ele, inclusive, disse que tinha uma gaveta onde estavam os nomes dos que provavelmente estavam vivos e dos que estavam mortos. Mas ele não disse pra gente, não.

GLÓRIA — Depois teve a CPI da Tortura, ou a tentativa de se formá-la. . .

GIL — Houve um movimento de parlamentares para reabrir tudo aquilo, pra ver onde estava aquele pessoal desaparecido. . .

D. ZITA — Ah, aquilo me deu esperanças, porque, inclusive, eles disseram que iriam levar o governador e tudo. Mas quando a gente chegou ao Congresso, e todo mundo certo de que iria assistir à sessão, aí entrou o Comando Militar todinho formado. Então, os deputados saíram e vieram pedir desculpas, que a gente podia ficar numa escada que havia junto, mas que não podia entrar no plenário. Eu acho que eles chegaram para dar ordem para ninguém entrar.

GLÓRIA — Dona Zita, naquele período em que a senhora buscava informações, a senhora chegou a sentir algum medo? Porque, veja bem, tem muitos parentes de pessoas que passaram pelo mesmo problema de Fernando, e que jamais ousaram falar com alguém.

D. ZITA — Medo, não. Nunca senti medo, não. A gente sente, assim, um certo receio, porque é uma coisa desagradável a gente entrar num quartel, principalmente com aquele aparato todo, aquele negócio... já impunha um certo receio, mas medo, não. Eu acho que o desespero é tão grande da pessoa que pouco tá ligando a vida, não é?

GLÓRIA — E ainda hoje continua essa articulação da senhora com famílias de outros desaparecidos, ou essa coisa encerrou?

D. ZITA — Não, nunca mais nenhuma família nos procurou. A mim, não. Não sei se elas continuam buscando, eu creio que sim. A não ser a família de Rui Frazão, não tenho mais notícias de outra que continue procurando.

CHICO — O que a senhora acha?... Porque hoje o país está vivendo uma situação já bastante diferente...

D. ZITA — É, daquela época, é.

CHICO — ... mesmo com contradições, com retrocessos...

D. ZITA — existe uma certa liberdade.

CHICO — ... mas existe uma consolidação desse processo de abertura. A senhora não acha que esse seria o momento em que as famílias pudessem...

D. ZITA — Cobrar do governo?

CHICO — ... é, pressionar, cobrar, para obter esclarecimentos.

D. ZITA — É, que asseverem que ele morreu, não é? Dêem o atestado. Acho, mas não sei se as famílias querem. Eu, por mim...

GLÓRIA — E com relação aos políticos de maneira geral, a senhora teria uma confiança de que, pelo menos, a maioria deles, ou grande parte daqueles políticos que hoje se encontram na oposição, eles estariam dispostos a lutar nesse sentido?

D. ZITA — Ah, não, eu não acho... muito poucos... Eles não iriam se arriscar. Eu não acho provável. Agora, nessa campanha toda, poderiam ser citados os parlamentares de oposição que mais apoiaram, como Jarbas Vasconcelos, Sérgio Murilo, Fernando Lira, Marcos Freire e Marcus Cunha.

GIL — Está fazendo mais de 10 anos do desaparecimento de Fernando. Como é que a senhora está vendo todo esse movimento em torno do caso dele, as homenagens a ele prestadas, este livro, como a senhora vê tudo isto?

D. ZITA — Eu acho que o livro é mais uma maneira da gente denunciar este fato que estarrece o povo, estarrece os que dele tomam conhecimento. Eu mesma quando conto... uma vez eu falei do caso de Fernando numa fila do INPS e o povo ficou duvidando. Eles sempre dizem: "Ah, mas não é possível", e eu respondo: "é, é possível, sim". Realmente, num país que queira ser uma democracia, é absurdo que haja casos como este, de pessoas sem culpa formada, sem nada, desaparecendo assim, sem ninguém sabe por quê...

CHICO — É, porque, principalmente depois de passado todo esse tempo, as pessoas tendem a ir esquecendo...

D. ZITA — É, elas esquecem, terminam esquecendo.

CHICO — ... o clima vai mudando, não é mais aquele clima de repressão, de violência... Então, para uma pessoa que não viveu isso...

D. ZITA — É, isso vive mais nos meninos, que eles nunca vão esquecer. Eu, que nunca posso esquecer, não é? Mas as pessoas, não. Até entre os próprios amigos... Me surpreendeu bastante a atitude do Zé Arnaldo, quando ele colocou no manifesto dele, ao se candidatar à Prefeitura de Olinda, o nome de Fernando. Eu fiquei muito grata, muito sensibilizada e achei uma atitude nobre, uma atitude bonita a dele. Foi uma coisa que eu nunca esperei. Mas acho que as lembranças de Fernando só vão viver eternamente na gente, na família, nos irmãos, talvez nos sobrinhos, na geração dele. O tempo mesmo é quem se encarrega de apagar tudo.

CHICO — E hoje, o que ficou disso tudo? Qual é a sensação que a senhora tem depois desse tempo todo, de tudo o que aconteceu?

D. ZITA — Eu hoje tenho um orgulho muito grande de ver como os meus filhos são unidos. Foi uma busca difícil, em que não houve um só irmão que se negasse a procurar, a sentir o problema... Essa solidariedade tão grande que eles têm um pelo outro. Então, isso eu acho lindo e espero que eles continuem sempre assim.

A FAMÍLIA SANTA CRUZ: DOR E RESISTÊNCIA

Tristeza, revolta, angústia, impotência. São sentimentos comuns à família de um desaparecido político. A família Santa Cruz também sentiu tudo isso, à medida que buscava, nos quartéis e nas secretarias de segurança, uma informação que pudesse indicar o paradeiro de Fernando. As respostas, no entanto, eram sempre as mesmas, algumas disfarçadas por uma aura de bondade, outras, embora mais sinceras, declaradamente acintosas, de desprezo, de deboche.

Existe, porém, um outro lado: a solidariedade dos amigos e de todas as pessoas que não aceitavam as atrocidades praticadas. Uma solidariedade que se manifesta nas horas mais graves, quando a dor e o desespero já beiram o insuportável. Nessas horas, uma palavra de conforto, de estímulo para continuar na luta, fizeram, muitas vezes, esquecer a agressão dos militares ou a omissão dos coniventes.

O desaparecimento de Fernando também provocou em seus

irmãos a conscientização, o desejo de lutar e lutar sempre em busca de um mundo novo, sem injustiças, sem regimes repressivos, sem desaparecidos políticos. Um sentimento que atingiu, sobretudo, os mais novos, ao mesmo tempo que consolidou o posicionamento e as experiências dos mais velhos.

Rosalina, Marcelo, Maria Auxiliadora (Dodô), Célia, Márcia, Elzita (Zitinha), Eleonôra (Loura), João Arthur (Tuca) e Lincoln, irmãos de Fernando, expressam, com seus depoimentos, esses aspectos de uma forma muito clara. São flagrantes da vida de uma, entre as centenas de famílias brasileiras que vivem, hoje, um drama comum: não recuperar seus filhos; não enterrar seus mortos.

ROSALINA: Fernando, meu querido

Faz exatamente dez anos daquele sábado de Carnaval em que você se foi, sem jamais nos deixar. Revejo você saindo da água, sorriso largo, pele morena, na praia do Leme, naquele sábado. A nossa despedida, e não sabíamos.

Perdi, como você perdeu, muitos companheiros queridos. Uns muito próximos, como "Breno", "Bigode", "Raimundo", "Regina", "Lígia", "Marcos", "Ciro" e "Mariano"¹, companheiros-amigos, que, em determinado momento da minha vida, convivi cotidianamente.

Que geração sofrida a nossa, de perdas e dor. Sofri muito com todas essas perdas, porém, quando aconteceu com você, foi diferente de tudo que eu já havia experimentado. A dor foi infinitamente maior. Com você foi diferente, você é meu irmão, meu amigo, meu confidente, irmão mais moço, meio-filho! É uma loucura, mas eu tinha a certeza absoluta de que envelheceríamos juntos e, como eu era mais velha, morreria antes!

E mais, a militância que você assumia numa organização que não fizera opção pela luta armada, tua atuação como quadro de base, tudo isso fazia com que eu acreditasse, que por não seres um "barra pesada" (como a gente chamava aqueles que tinham ações armadas ou cargos de direção), jamais aconteceria com você. Rememoro meu medo, quando ficaste afastado da Ação Popular, de que

1.. Carlos Alberto Soares de Freitas (Breno); Antônio Joaquim Machado (Bigode); Raimundo Gonçalves Figueiredo; Maria Regina Lobo Figueiredo; Lígia Maria Salgado Nóbrega; Marco Antônio Pinto de Oliveira; James Alen Luz (Ciro) e Mariano Joaquim da Silva.

você optasse pela luta armada imediata, entrando na "VAR"¹. Não o fizeste e isto me deixara mais tranqüila.

Porém, de repente, você não existia mais. Acontecera também com você. E eu não podia mais olhar teus olhos, tocar tua pele, sentir teu abraço terno, compartilhar um cotidiano de afeto, de descobertas e de cumplicidade.

Sobrevivi a ti, mas com tua morte, fui assassinada e torturada cem mil vezes mais do que em todas as sessões de tortura que passei nas minhas prisões.

Nando, com tua prisão e o teu assassinato, a nossa família se recriou, ampliou-se a consciência política de todos nós e a nossa união e solidariedade em todos os níveis. Fortaleceu-se, e isto eu gostaria que soubesses, dentro de cada um de nós a interiorização do verdadeiro sentido de estar vivo. O sentimento pleno de justiça e liberdade e, especialmente, uma generosidade muito maior diante da vida. Compreendemos também, ao vivermos este tempo difícil, o verdadeiro valor da solidariedade dos amigos e parentes. Nando, eu queria te dizer muitas coisas, contar da falta que me fazes! Queria poder romper a madrugada num papo longo, insone, terno, cheio de confidências e de cumplicidade, como em outras madrugadas do passado.

Queria te contar que ao me distanciar e repensar todo o passado, descobri muitas coisas... uma delas é que a POLÍTICA, quando não é feita com prazer, vontade plena e amor, passa a ser algo pesado, mal-humorado, sectário e cheio de cobranças, se reduzindo a acerto de contas, causando sofrimentos, e reforçando muitas neuroses. Lembro da noite, que nós dois discutimos longamente que a Revolução não se faz apenas com a razão, que a racionalidade é fundamental, mas o coração, a emoção é essencial.

Acredito que foste um exemplo do militante desta nova forma de fazer política, pois nunca tinhas respostas prontas para tudo, e não tinhas medo de dizer "não sei", nem de reformular tuas posições frente a argumentos mais convincentes. Pela tua capacidade de ouvir e aprender com os companheiros. E, principalmente, por veres em cada companheiro uma pessoa com qualidades e defeitos, e não apenas um militante. Por jamais deixares de amar e respeitar os teus amigos de infância, colegas de colégio e de trabalho, mesmo aqueles que não iam pelo teu mesmo caminho.

1. Vanguarda Armada Revolucionária Palmares.

Queria te contar do meu caminho até o feminismo — uma verdadeira revolução em minha vida. Queria que tiveste acompanhado o ascenso do movimento operário e popular pós-79, as greves do ABC Paulista, o surgimento do Partido dos Trabalhadores, conhecido o LULA. E já que gostavas tanto de futebol — o Sócrates, o Wladimir, a democracia Corintiana, a campanha pelas diretas. O nascimento de Marina e Tiago e o crescimento do André.

Termino, transcrevendo um trecho de um poema de Pedro Tierra, lindíssimo, que, sempre quando leio, lembro você.

“Hoje não estás comigo
e, entretanto, vives
em mim, na boca de meus irmãos
no povo regressando à praça
no gesto dos que prosseguem...
sobretudo vives na manhã de teus olhos
que a noite não apagará

hoje não estás comigo
e, entretanto vives

Recolho teu gesto interrompido
(e queima no peito uma saudade definitiva)
para recompô-lo
durante a jornada”.

Nando, estás em mim, nos nossos irmãos, continuas nos nossos filhos e na luta do teu povo. Para mim você é uma presença e um estímulo constante.

MARCELO: O governo tripudiava com as famílias

Quando Fernando foi preso, a minha impressão era de que sua prisão seria legalizada e que ele, sendo um preso político, iria ser torturado, o que era uma rotina na época. Mas, que um dia seria solto, voltaria ao nosso convívio. Nós já tínhamos uma experiência anterior — a prisão de Rosa — um processo muito duro, muito angustiante. Mas, com Fernando, os dias foram passando e o desespero foi crescendo. Nenhuma informação era obtida.

Toda a família, então, entrou em um processo desesperado de busca, onde cada minuto era fundamental. Uma pessoa querida, um irmão nosso, estava sendo torturado. A gente acreditava que

era preciso divulgar ao máximo, a fim de conseguir que ele fosse salvo. Na época, a imprensa estava muda. Não noticiava nada, nem mesmo que se havia impetrado *habeas corpus* em favor de um preso político. Os canais com que se contavam eram a OAB, a ABI, a Igreja e o MDB, através de alguns dos seus parlamentares. Então, era denunciar, gritar, enviar cartas a deputados, ministros e outras autoridades, e procurar contatar pessoas que tivessem algum tipo de acesso aos órgãos de repressão. Esses contatos eram de porta em porta, no Rio de Janeiro, São Paulo e em Pernambuco. Ficamos nesse processo mais ou mais ou menos um ano, surgiram outras famílias e a busca se tornou coletiva.

O pior de tudo era ver a nossa impotência diante da máquina repressiva e a falta de respeito ao ser humano, que era uma constante por parte de setores do governo e das forças armadas. Pessoas como o deputado José Bonifácio Andrada, que tripudiava com as famílias, numa época em que nós nos encontrávamos mais desestruturados. Ele dizia que ninguém estava desaparecido, que “o cara tinha brigado com a mulher e fugira de casa”. O próprio Armando Falcão declarou oficialmente que não havia desaparecidos políticos no Brasil. O general João Batista Figueiredo, que era chefe do Serviço Nacional de Informações, recebeu inúmeras cartas dos familiares dos desaparecidos, e nunca se dignou a dar uma resposta. O seu silêncio significava conivência com os crimes praticados naquela época. Temos que admitir que ele, por seu alto posto e pela função específica que desempenhava, inerente ao cargo que exercia, tinha pleno conhecimento de tudo o que ocorria nos órgãos de repressão, caso contrário, temos que admitir que a segurança deste país corria sérios riscos.

É absolutamente falso o argumento de que o governo não tinha controle da repressão, de que os crimes eram praticados por forças subalternas ou paramilitares, que era um trabalho de grupos isolados que aqui e ali cometiam alguns excessos. Acreditamos que a impunidade daqueles tempos fez com que, mais tarde, explodissem bombas no Riocentro, na OAB e outras que saíram explodindo por aí.

Hoje, já temos a certeza de que Fernando foi covardemente assassinado. As informações colhidas extra-oficialmente nos dão essa certeza. No âmbito do governo, no entanto, nunca nos disseram nada. Por isso, é muito importante deixar registrado neste livro que crimes foram cometidos e não apurados. Assim como, igualmente, é importante apontar tanto as pessoas que se omiti-

ram, como destacar as que se posicionaram, mesmo correndo todos os riscos. Mostrar, enfim, às pessoas que não viveram aquela época, o que realmente aconteceu. Ao mesmo tempo, é uma forma de perpetuar a imagem e a lembrança dos companheiros que participaram da luta política e foram assassinados, tornando-os presentes nas lutas de hoje.

AUXILIADORA: Desaparecido para sempre

A última vez que estivemos com Fernando foi em dezembro de 1973, dois meses antes do seu desaparecimento. Ele veio ao Recife, acompanhado pelo seu filho Felipe que, na época, tinha menos de dois anos e era a maior alegria de sua vida.

Fomos esperá-lo no aeroporto e no trajeto até a nossa casa, em Olinda, logo percebemos todo o seu sofrimento diante de tudo aquilo que era praticado pela máquina repressiva. Era uma época em que se ceifavam vidas humanas, assassinavam jovens que se opunham ao regime. A maioria era composta de estudantes como Fernando, além de companheiros de organização.

Logo depois, Fernando convenceu meus pais a passar uns dias com ele, em São Paulo. Na volta deles a Olinda, eu recebi um telefonema do meu irmão Marcelo, comunicando a prisão de Fernando e me incumbindo da difícil missão de transmitir a notícia para o restante da família.

Mesmo com todo o choque que a notícia me causou, não consegui aquilatar a gravidade do acontecimento, muito menos a trajetória que, a partir dali, iríamos percorrer na esperança de reencontrarmos nosso irmão.

Mamãe passou a denunciar a ilegalidade da prisão de Fernando em todos os lugares. Muitas foram as pessoas que, mesmo sem nos conhecer direito, nos ajudavam sempre, de uma forma ou de outra. A apreensão fazia com que mamãe me telefonasse quase que diariamente, em altas horas da madrugada, demonstrando angústia e preocupação com os outros filhos que moravam no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Para nós é difícil não lembrar a tristeza de papai. Seus gemidos de dor eram ouvidos à distância, sempre que pensava onde poderia estar seu filho.

Em nossa memória está muito clara, a imagem de Felipe perguntando por seu pai. O seu medo quando avistava um militar qualquer, pois, para ele, espelhava o assassino de Fernando. E isto

aconteciam, igualmente, com nossos filhos e sobrinhos, uma vez que era impossível deixar de transmitir para eles todo o nosso sofrimento.

Meu desespero crescia à medida que tinha que dar apoio a meus pais e irmãos adolescentes, comunicar-me com os outros que moravam no Sul, além de coordenar contatos no Recife, em busca de informações e fontes de denúncia.

Como meus pais não tinham condições de ir ao Rio de Janeiro, viajei com a finalidade de obter informações sobre o paradeiro de Fernando, bem como assistir ao julgamento de minha irmã Rosalina e do seu marido, Geraldo Leite, igualmente apanhados pela repressão política.

Foram dias de muita dor, de muita tensão. Sabíamos que num regime policial sem controle, como o que vivíamos, ninguém estava a salvo de perseguições e violências. Estávamos conscientes dos perigos que ameaçavam a nossa sobrevivência e a dos nossos filhos. Questionávamos a ilegalidade das prisões arbitrárias, como a de Fernando, e isto a repressão não aceitava.

Meu regresso do Rio de Janeiro, porém, foi muito mais triste. Sem nenhuma notícia concreta de Fernando, víamos cessar até as informações extra-oficiais. Surgiam novos desaparecimentos e mortes de outros presos políticos, sempre camuflados em “tiroteios”, “suicídios” e “atropelamentos”. Nossas esperanças foram diminuindo. Fomos nos convencendo de que não teríamos Fernando entre nós, descontraído, rindo, brincando, discutindo, lutando pelos ideais que ele tanto acreditava. Fernando havia desaparecido para sempre.

Nossa preocupação atual é que casos como o de Fernando não fiquem no esquecimento. É continuando nossa luta que o desaparecimento de meu irmão e de tantos outros poderão ser um dia esclarecidos. Quem cometeu ou foi conivente com tais crimes, temos essa esperança, será um dia julgado, e punido, para que nunca mais aquelas coisas voltem a acontecer em nosso país. . .

CÉLIA: Nando queria ajudar a todos

Nando era, entre os meus irmãos, de quem eu mais gostava. Talvez pela proximidade de idade, também pelo temperamento e pela afetividade. Sentia em Nando um irmão protetor; sempre que havia aquelas brigas, tão freqüentes entre irmãos, eu tinha nele muito mais que um irmão, um aliado e um amigo. Ele defendia os

mais fracos: entrava nas discussões sempre em defesa daqueles que se encontravam em desvantagem.

Apesar de eu ser uma pessoa tímida e fechada, eu conseguia conversar com Nando, pois ele se chegava com aquele seu jeito afetuoso e aberto, e o papo terminava saindo.

Lembro que, quando adolescente, eu começava a namorar alguém que os meus irmãos não gostavam, e, muitas vezes, reagiam, agredindo ou xingando a pessoa. Nando não se metia diretamente, mas, depois, arranjava um jeito de aproveitar uma oportunidade para conversar comigo. Explicava por que não gostava da pessoa, dizia o que achava, se tinha esse ou aquele defeito, mas nunca me obrigava a nada.

Quando fiz o vestibular para Odontologia e fui aprovada nas duas faculdades — na Federal de Odontologia e na FOP (Faculdade de Odontologia de Pernambuco) — ele fez tudo para que eu optasse pela Federal, preocupado com a minha formação política. Disse: “Celinha, vá para a Federal, lá você terá mais condições de crescer politicamente, a FOP é muito reacionária, é um ambiente estreito”.

Depois que eu fiquei sozinha e voltei a morar na casa de meus pais, com toda a barra de assumir sozinha uma filha, lembro que Nando conversou longamente comigo, falando sobre as dificuldades que eu iria enfrentar aqui, pressionada por todo tipo de preconceitos e de pressões. Depois que a barra pesou mais, ele me convidou para ir para São Paulo, se dispôs a procurar emprego comigo, a me ajudar em tudo. Tentava vencer o meu medo de sair de Recife, de tentar construir outra vida.

Nando era muito carinhoso, afetivo, terno. Sinto muitas saudades dele.

MÁRCIA:

Há muito que vocês que estão escrevendo o livro sobre o desaparecimento de Fernando vêm me pedindo um depoimento sobre o fato ou algumas palavras sobre Nando.

Já tentei várias vezes fazê-lo. Desculpem-me, mas o livro sairá sem o meu depoimento pois não consigo fazê-lo apesar de Nando estar sempre presente em mim. Assim como não consigo escrever também não consigo esquecer a dor e o desespero dos primeiros dias, meses, anos desta busca desesperada; no princípio por notícias, depois pela constatação da morte. Hoje pelo corpo,

pelo esclarecimento de tudo, pela punição dos responsáveis. Começo a escrever e as lágrimas já me escorrem pela face, a garganta aperta, sei que não terei nunca palavras para descrever a dor, a revolta.

Ao escrever estas linhas o governo brasileiro fala em conciliação nacional, em esquecimento e se eu não aceito nem o esquecimento, nem o perdão sou chamada de revanchista. E o pior é que às vezes até eu me sinto neurótica por não esquecer, por continuar lutando para saber, para esclarecer tudo e ultimamente me sinto muito sozinha nesta luta, tenho a sensação que só nós os familiares é que ainda temos tão presente o desejo de justiça, pois para a sociedade brasileira, que hoje enfrenta tantos problemas, estes fatos fazem parte do passado. . . Sinto uma vontade enorme de gritar bem alto que não podemos pensar assim, estes foram crimes contra a humanidade e é necessário que não mais se repitam e para que não se repitam é no mínimo necessário julgá-los e puni-los. A idéia do livro é muito importante, recupera a memória, é uma forma de cobrar e nos dar forças!

Muito obrigada a vocês pela sensação de não estar sozinha. Queria escrever sobre Nando, nossa infância, sua generosidade diante da vida, sua alegria de viver, sua luta por um mundo justo e livre, não sei escrever não consigo. . .

ZITINHA: uma carta para Fernando

Fernando,

Para mim é muito difícil falar de você. Principalmente, sobre a sua perda, que tanto me angustia e machuca. Até hoje, dentro de mim, há sempre uma pergunta: por que foi com você? Será, também, que foi pouco o meu esforço em procurá-lo? Se eu me fizesse de louca dentro dos quartéis, será que o salvaria? Quantos dias você ficou sofrendo? Tenho certeza que você pediu para me avisar. Sabia que eu não tinha nenhum envolvimento político, e que era uma irmã muito querida por você.

Você, Fernando, me lembra muito a minha adolescência, onde os seus amigos eram a minha paquera. Desse período, de "jovem guarda", de "que tudo mais vá pro inferno", tudo me lembra você de uma forma especial. Foi um período que, além de irmãos, éramos bastante amigos. Depois, seguimos caminhos diferentes, você

se casou e foi morar no Rio de Janeiro; eu também casei e fiquei morando de um lugar para outro, até que meu marido foi fazer um curso em Porto Alegre e, ao término deste, tínhamos cinco estados para optar. Escolhi São Paulo por causa de você e de Rosa. Lembro que telefonei para mamãe, em Olinda, no Natal de 1973, dando a notícia. Você estava passando as férias lá e ficou radiante de alegria. Ofereceu-nos a sua casa até que arrumássemos um lugar para morar, e falou da alegria que Felipe ia sentir, que ele seria muito amigo da minha filha Patrícia, que tinha a mesma idade dele.

Fui para São Paulo, mas fiquei na casa de Rosa, pois, nessa época, o Felipe estava doente. Mesmo assim, nossos contatos eram freqüentes, não passamos um dia sem nos comunicarmos. Lembro da primeira vez que saímos todos juntos e fomos ao Play Center. Você parecia um garoto, cheio de vida, alegre e brincalhão. Correu em todos os brinquedos, até naqueles mais perigosos que eu não tinha nem coragem de me aproximar. Jamais poderia imaginar que a vida, que nos uniu tantos anos e nos separou por algum tempo, voltasse a nos unir para, logo depois, nos separar definitivamente.

O seu desaparecimento é doloroso, inexplicável, é abusivo e cruel. Nunca pensei que pudessem existir na face da terra, pessoas tão bárbaras e desumanas, quanto aquelas que te assassinaram e assassinaram tanta gente.

Na segunda-feira de carnaval, bateram à minha porta. Era Ana Lúcia, apavorada, que vinha me dar a notícia: “Zitinha, Fernando foi preso”. O choque abafou uma outra notícia que, eufórica, eu ia dar para ela: “estou grávida”.

Ana me deu algumas instruções, e eu fui à casa de vocês ver se a polícia tinha ido lá, e trouxe sua empregada para minha casa.

Fiz tudo aquilo, mas, sinceramente, não me desesperei com a notícia de sua prisão. Talvez por já ter vivido essa experiência dentro de nossa família, inclusive com você mesmo. Com o passar dos dias e dos meses, porém, crescia o mistério quanto ao seu destino, ao mesmo tempo em que crescia a minha barriga. Onde você estava? “Está no Rio, em São Paulo, Minas Gerais, Recife”... e nada.

Foi muita dor, angústia e sofrimento, Fernando. Então, em novembro de 1974, no meio de todos esses espinhos, nasce uma flor chamada Alexandra. Pensei em dar teu nome a ela, mas vacilei. Afinal, havia ainda muita esperança dentro de mim, uma esperança de reencontro. Na verdade, também quis poupá-la de toda essa

dor, de toda essa saudade que atinge duramente a todos nós, que é a tua perda.

LOURA: A Solidariedade nos deu força

Aqui na nossa casa, em Olinda, ficamos, de início, atordoados com a notícia da prisão de Nando, embora soubéssemos que ele tinha atividade política. Meu pai doente, estava convalescendo de uma fratura na perna. Minha mãe, enfim todos, procuravam de uma forma ou de outra evitar comentários, até que se tivesse uma notícia mais concreta, para evitar o agravamento do estado de saúde dele. Havia a esperança de que tudo se resolveria bem.

Nesse tempo, experimentei um forte sentimento de solidariedade dos amigos. Tinha o Jarbas Vasconcelos, cuja mulher era minha colega na Universidade Católica. O Sérgio Murilo, que nos atendia a qualquer hora, e, desde o início, se prontificou a fazer o que fosse possível. O Marcus Cunha, que havia sido preso alguns dias antes, justamente por denunciar arbitrariedades e violações de direitos contra pessoas aqui, em Pernambuco. D. Helder, que nos recebeu várias vezes e nos deu muito conforto. O Dr. Inaldo Lima, que agüentou todas as minhas crises nervosas, transmitia confiança e carinho, e se dedicou, efetivamente, na busca de alguma informação para a localização de Fernando.

Esta solidariedade veio, até mesmo, de pessoas como o Cel. médico Montezuma, que demonstrou interesse em nos ajudar, procurando sempre, espontaneamente, checar as informações recebidas. Várias vezes nos telefonou, confirmando ou mesmo dando novas informações. Isto significou para mim e mamãe um conforto muito grande. Pela nossa própria experiência com outros militares, sabíamos ser uma exceção. Lembro de uma vez em que eu e Célia fomos ao IV Exército na expectativa de uma notícia, e um oficial foi logo nos jogando na cara: "Se for comunista, merece mesmo estar morto; se é comunista, por que vocês estão aqui, procurando?"

O tempo passou, hoje sou casada, três filhos, porém continuo não esquecendo, nem aceitando o que se passou com Nando. Compreendo melhor a dor de mamãe. Hoje sou mãe.

Todos nós mantemos viva a sua imagem, sempre presente em todos os momentos, mesmo quando não falamos diretamente seu nome.

A forma de passar a luta de Fernando para outras gerações

que crescem e, geralmente, desconhecem o que aconteceu, é continuar denunciando, cobrando uma resposta das autoridades.

Meu filho mais velho chama-se FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ.

TUCA: A repressão no quadro de avisos

Um dia, quando voltava do colégio, poucos meses depois que Nando foi preso, passando ao lado do quartel-general do IV Exército, na Rua do Príncipe, ouvi uma pessoa pedindo ajuda. Não dava para ver o seu rosto, mas o seu braço acenando entre o basculante e sua voz angustiada me chamou atenção, e eu parei. Fiquei algum tempo sentado na calçada em frente ao quartel, tentando descobrir alguma coisa, na esperança de ser Fernando, até que um soldado veio e disse que ali não se podia ficar parado e que eu teria de continuar andando, pois tratava-se de área de segurança. Eu argumentei que tinha gente chamando e ele justificou que era um doente mental que estava em tratamento psiquiátrico, pois, ao lado, ficava o Hospital-Geral do Exército. Ao chegar em casa, telefonei para uma das minhas irmãs, ela começou a entrar em contato com outras pessoas para saber quem havia sido preso por aqueles dias. Nunca conseguimos identificar aquele homem. Entretanto, o coronel-médico Montesuma, procurado pela família, confirmou a existência de presos políticos naquele local, porém afirmou que teria obtido informações de que Fernando não se encontrava aqui, em Pernambuco. Este fato me marcou muito, pois, tempos depois, soube que Fernando teria passado por Recife. Uma dúvida que ficou, nunca poderei ter certeza se aquele aceno não era de Nando.

Isto aconteceu poucos meses após o seu desaparecimento, e retrata a nossa angústia e o nosso desespero por notícias ou pistas, presentes em todos os momentos.

Com o desaparecimento de Fernando, todos nós passamos por uma mudança muito grande, afetiva, com uma maior união entre os quatro irmãos que ainda moravam em Recife; e política, pois, a partir daí, procurei ler e conhecer mais profundamente as idéias políticas, e passamos a nos preocupar não só com os nossos problemas, mas com os problemas das inúmeras famílias que, como a nossa, tinham alguém desaparecido. Denunciando os diversos casos de companheiros de Fernando, como Ruy Frazão, Humberto Câmara Neto, Ramirez Maranhão do Valle, Honestino Guimarães,

Eduardo Collier Filho, entre mais de uma centena de opositores ao regime que, de uma hora para outra, sumiram, sem que ninguém soubesse informar o seu paradeiro nem as autoridades reconhecessem sua prisão.

Com o desaparecimento de Fernando e, conseqüentemente, meu envolvimento maior nas questões políticas, passei a enfrentar algumas barras, sobretudo com relação à postura de alguns professores meus.

Houve uma vez, eu me lembro muito bem, que o diretor e proprietário da Faculdade de Ciências Humanas Esuda, Pedro Emanuel Muniz Barreto, fez afixar no quadro de avisos da minha turma uma foto em que eu participava de um ato do comitê Brasileiro de Anistia. Era uma época em que os estudantes haviam decidido por uma paralisação das aulas, e a direção da Faculdade estava apavorada. A intenção do diretor era a de me intimidar, de me rotular de comunista e agitador para o conjunto dos meus colegas.

No dia seguinte, interrompi a reunião da diretoria e disse que me orgulhava de participar da luta pela Anistia dos presos políticos. Que isto não funcionaria como ameaça, pois também me orgulhava do meu irmão e até gostaria que todos soubessem que tenho um irmão lutador, e, mais ainda, que a luta de Fernando não terminou com a sua prisão e desaparecimento. Depois, me dirigi à minha turma, onde estava afixado o aviso e reafirmei esta posição para os meus colegas.

A última vez que estive com Fernando foi à época do desaparecimento de Humberto Câmara Neto, dois meses antes de sua prisão. A repressão estava maior do que nunca, ele me pareceu tremendamente angustiado, principalmente ao falar das mortes e torturas de companheiros. Nesse dia, sentei com ele num bar e batemos um longo papo. Nando, emocionado, disse: "esse pode ser até o último ano que venho aqui, que estou tomando cerveja com você, revendo pessoas amigas, queridas, revendo Olinda". O regime endurecia cada vez mais e isso estava lhe tirando do convívio dos amigos, apesar dele próprio não estar sendo pessoalmente caçado ou procurado pelos órgãos de segurança, razão pela qual ele estava se dispondo a procurar, viajar, se expor na busca de esclarecer e contatar com as famílias dos presos, além de fazer "ponte" entre pessoas clandestinas, procuradas. Era cada vez maior o seu envolvimento, a sua participação, a sua vontade de lutar. Antes de deixarmos o bar, um dos amigos que estava conosco

perguntou por que ele não deixava tudo aquilo, não voltava para Recife. E ele respondeu: "isso é como uma bicicleta, se eu parar de pedalar, caio também".

A luta política, a defesa de seu povo, era para Fernando o próprio sentido de estar vivo. Abandoná-la, seria como sair da vida.

LINCOLN: O exemplo de Fernando me fez crescer

Eu me lembro muito bem da última vez que Fernando esteve conosco. Encontrei-o cabisbaixo, triste, pois foi logo após o desaparecimento do seu companheiro e amigo Humberto Câmara Neto. Ele veio para manter contato com a família; avisá-los; tentar mostrar, pessoalmente, a gravidade do fato, conscientizá-los para uma busca intensiva. Voltou do encontro com os familiares de Humberto muito deprimido, deitou na rede e começou a conversar comigo sobre o que estava se passando no país, como estava intensa a repressão aos grupos políticos naquela época. Lembro que seus olhos se encheram de lágrimas ao me contar da morte do seu amigo nas lutas estudantis, Ramirez Maranhão do Valle, assassinado pelas forças de segurança no Rio de Janeiro.

Na época do desaparecimento de Fernando, eu tinha pouco mais de 16 anos. Como muitos jovens, eu não tinha ainda um pensamento político formado. Gostava muito de futebol e vivia em um clima que o próprio sistema transmitia para a juventude, de um Brasil Tri-Campeão. Hoje sei que toda aquela euforia visava desviar a atenção do povo e da juventude em especial, de problemas sérios que estavam ocorrendo e, ao mesmo tempo, acobertar a repressão política.

A partir daí, eu comecei a mudar. As revistas de futebol foram substituídas por leituras que me possibilitassem entender melhor, me situar melhor diante dos fatos. Ao mesmo tempo, surgiu em mim um sentimento muito forte, uma necessidade grande de denunciar as arbitrariedades, de me envolver, efetivamente, na luta. Era a própria defesa da liberdade que, para mim, passou a ser questão prioritária.

Logo que entrei na Universidade, procurei participar do movimento estudantil, para melhor contribuir com a luta que se travava no seio da sociedade que, pessoalmente, atingia a minha família. Era a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Um espaço concreto, onde poderíamos denunciar e cobrar das autoridades o que acontecera com Fernando e demais companheiros

desaparecidos. Antes da formação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) as denúncias e cobranças eram muito dispersas e difíceis, principalmente para a gente que morava aqui, em Olinda, pois não tínhamos uma prática política de atuação.

Nossa preocupação atual é conservar a imagem de Fernando como ele era, e sempre denunciar, ocupar qualquer tipo de espaço para colocar o seu caso e dos demais presos políticos desaparecidos. Não deixar nunca que caia no esquecimento. Mesmo sabendo que esta questão não é uma bandeira que mobilize em determinadas conjunturas, nós nunca vamos recuar um milímetro sequer. Queremos esclarecer o que aconteceu com nosso irmão, queremos justiça. A nossa família vai continuar lutando para cobrar um direito que temos, que é saber quem matou Fernando e colocar os criminosos e seus mandantes na cadeia.

É a nossa luta permanente. Manter vivo na memória o que aconteceu. Mostrar também que a luta de Fernando sempre vai existir. Até mesmo perpetuar a sua memória, através dos Fernandos e Fernandas que nasceram em nossa família. Uma forma muito carinhosa de recordá-lo.

FERIDAS NÃO CICATRIZADAS

— Valeu a pena?
Tudo vale a pena
quando a alma
não é pequena

Fernando Pessoa

A chamada guerra adversa, na ideologia da Segurança Nacional, se trava entre estrategistas militares contra o povo em geral. Este episódio, narrado por Ana Lúcia, ocorreu entre 1967 e 1973, envolvendo estudantes secundaristas do Recife. O nome de muitos deles ficará presente apenas na memória de seus companheiros e familiares. Eram jovens de classe média que, a princípio, não tinham a consciência revolucionária. Havia um sentimento difuso da injustiça social, que se discutia nas sacristias das igrejas. Havia lutas específicas por bebedouros e vidraças quebradas no Colégio Estadual de Pernambuco. Na medida em que enfrentava a repres-

são, o grupo de Ação Popular crescia politicamente e adquiria uma consciência de luta.

Esse depoimento abre feridas que ainda não foram cicatrizadas. E quando se mexe, doem, apesar de já fazer 10 anos da prisão e morte de Fernando. Às vezes, fico tentando pensar se valeu a pena morrer. Valeu. Hoje estou segura disto.

Conheci Fernando, exatamente, no dia 21 de maio de 1965, no dia do meu aniversário de 15 anos — Fernando tinha 17 anos. Logo depois, numa dança, numa festa junina do colégio, nós começamos a namorar, namoro igual a todos os namoros dos adolescentes. Até uns dois anos depois, quando Fernando foi preso numa passeata estudantil. Nessa época, eu só tinha 16 anos e ele tinha 18, e nós conseguimos esconder o fato e garantir que ele ficasse no Juizado de Menores, onde teríamos maior acesso às visitas.

A partir desse momento, intensificou-se o nosso processo de militância e uma mudança na qualidade da nossa relação. Até então, não havia um grande compromisso. Nos ligamos à Ação Popular. Meu nível de consciência era realmente muito baixo e acompanhei-o para construirmos uma relação juntos. Militávamos numa tendência estudantil secundarista da Ação Popular, chamada Vanguarda. Era um grupo estudantil muito grande, com o nível de relacionamento muito rico, onde se discutia todo tipo de coisa, da política à sexualidade, onde eu considero que crescemos muitíssimo.

Acabando a escola, em final de 69, engajamo-nos em uma militância regular. Aí, sim, em 68 e 69, com dedicação exclusiva, a militância era dos dois, e nós nos amávamos, nos curtíamos muito, começamos a ter relações muito cedo, devido a todo esse crescimento em relação à vida. No final de 69, quando a repressão se intensificou, Fernando foi acusado de colocar umas bombas no Colégio Estadual de Pernambuco. Era uma provocação, que não poderia ter outra origem senão do próprio aparelho repressivo. Ele foi procurado em casa, estava doente, e escapou pela porta da cozinha. A partir daí, vimos que não tínhamos mais espaço em Recife.

De forma relâmpago resolvemos nos casar, o que aconteceu no dia 15 de janeiro de 1970, na Prefeitura de Olinda. Fomos para o Rio de Janeiro. O partido passava por grandes dificuldades, enfrentando um novo tipo sofisticado de repressão. Para enfrentá-la, tivemos que passar a organizações parapartidárias.

No final de janeiro, chegamos ao Rio, dois jovens, eu com 19 e Fernando com 21 anos, e encontramos vários companheiros presos. Durante três anos, trabalhamos em uma empresa, até irmos para São Paulo.

Em 1972, nasceu o nosso filho Felipe. A relação do Felipe com Fernando era uma relação muito bonita, muito forte. Fernando assumiu junto comigo as responsabilidades sobre Felipe. Era um pai para todas as tarefas, desde lavar fraldas, fazer mamadeiras, acordar de noite, levar pra creche, buscar na creche. Enquanto eu trabalhava o dia inteiro, Fernando ficava com Felipe, e quando eu chegava, Felipe já tinha tomado a sopa e já estava dormindo. E eu sentia ciúmes e dizia que Felipe gostava mais de Fernando do que de mim. E me dói que, para Felipe, Fernando seja apenas um nome na memória, uma fotografia na parede.

Em 1970, o companheiro Jorge Leal foi assassinado e, taticamente, nos afastamos do partido. Nossa responsabilidade política nos levou a apoiar a VAR - Palmares, e, mesmo discordando da política levada por ela, o fazíamos em nome da Revolução e dos interesses mais gerais. Permanecemos na mesma casa, ignorando a recomendação de sair, por questão de segurança. Não o fizemos, porque estávamos cansados de fugir. E tínhamos dúvidas se valia a pena uma militância na clandestinidade, em partido pequeno, com pouca inserção na sociedade, se nossas tarefas não implicavam muito mais riscos do que frutos para o movimento de massa. Esse foi um grande problema, saber se o sacrifício era feito no momento certo e se daria frutos. A clandestinidade absoluta nos levava a um isolamento. Só por ocasião das tarefas, podíamos nos encontrar. Não podíamos abrir a casa para ninguém. Não fazíamos novas relações com medo de comprometer as pessoas. Não levávamos à casa nossos amigos, os únicos amigos eram os da convivência partidária. Os companheiros não podiam saber nosso endereço, por questão de segurança. Aquele ambiente de clandestinidade e repressão nos endurecia muito, nos assustava muito. Lembro-me que nos assustávamos até com o simples toque da campainha. Tudo era tenso.

Em 1973, a situação estava muito difícil no Rio de Janeiro, perdemos o emprego, tínhamos Felipe para sustentar. Fernando conseguiu um estágio em São Paulo, eu trabalhava na PUC (Pontifícia Universidade Católica) o dia inteiro. Isso provocou um desgaste em nosso relacionamento, estávamos muito nervosos, muito cansados, muito tensos com as dificuldades econômicas e políticas.

A APML (Ação Popular Marxista-Leninista), que chamávamos de Ação Popular Socialista, chegava ao fim, com a queda de inúmeros companheiros e pelo processo de avaliação interna.

Em São Paulo, alugamos uma casinha muito gostosa, moramos na Rua Diana. Eu comecei a trabalhar e, logo em seguida, Fernando também, no Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo. Nossa relação começava a se fortalecer, quanto aos problemas pessoais causados pelo grande número de companheiros muito próximos que haviam sido assassinados. Aquilo havia nos abalado muito. Quando começávamos a nos recompor, fomos ao Rio de Janeiro. Fernando, casualmente, encontrou Eduardo Collier e marcaram um encontro. Em São Paulo, tinha caído todo mundo. Precisávamos recontactar o partido, pois queríamos retomar a militância que era o nosso objetivo principal. Já tínhamos estabilização econômica. A nível pessoal, tínhamos conseguido refletir a morte dos companheiros e a necessidade de continuar a construção partidária.

Vimos para o Rio de Janeiro no sábado de Carnaval, logo depois do aniversário de Fernando, que havia feito 26 anos em 20 de fevereiro. Fernando saiu para cobrir o ponto com Eduardo Collier e eu com Doralina Rodrigues. Volto para casa. Não sabia se Fernando viria ou não, apesar de termos combinado irmos ao cinema às 18 horas. Não voltou. Esperamos por ele durante muitos anos.

A princípio, pensei que ele tinha ido para Santa Tereza e, por alguma razão, ficado batendo papo com os irmãos, na casa da Márcia. Teria perdido o bonde, qualquer coisa assim. Não me preocupei muito por ele não ter vindo dormir em casa, embora este não fosse o seu hábito. Se não me engano, seria a primeira vez que ocorreria em quatro anos de casamento. No dia seguinte, de manhã, os irmãos de Fernando vieram nos apanhar para irmos à praia. Perguntei: cadê o Fernando? O pessoal disse: tá brincando?! De repente, a constatação dolorosa: fora preso.

Para a família, particularmente os irmãos, começou a busca incessante, os vaivéns, a incerteza, a dúvida. É muito difícil reproduzir em palavras o que eu senti com aquela separação repentina. Não conseguia imaginar meu casamento rompido por uma prisão e morte sem sepultura. É uma coisa muito difícil, muito difícil mesmo de ser trabalhado pela cabeça. De repente, aquela sensação de vazio imenso.

Nós estávamos sem militância. Fernando saía de casa pro tra-

balho, do trabalho para casa, gostávamos muito de passear no meio da garoa de São Paulo, passeávamos no meio da rua, saíamos caminhando, fazíamos compras em um supermercado perto de nossa casa, a feira defronte de casa. Era a primeira vez que morávamos numa casa mesmo. Gostávamos de receber os amigos, os irmãos, junto fazíamos sempre os almoços. Lembro-me quando Marcelo e Carol iam pra lá, Rosalina que almoçava sempre conosco nos finais de semana.

Nessa época, eu já tinha parado de tomar os anticoncepcionais, queria ter outro filho, e tudo isso de repente é assassinado. Fiquei sem dinheiro, sem casa, sem marido, um filho de dois anos para criar, com 23 anos. Não cheguei ao desespero por causa do apoio que Marcelo e Carol, particularmente, me deram e até de pessoas que eu não conhecia, que não eram amigas de perto. Foram muito solidárias. Essa era uma característica daquele período. Apesar da intensa repressão, as pessoas se uniram muito, eram solidárias, mais camaradas.

Vivi um processo de ânsia da volta, da esperança da volta. Durante os dois primeiros anos, mesmo depois que eu comecei a morar com Edu, achava que de um momento para outro Fernando podia aparecer. Apareceria machucado, ferido, e isso me deixava muito ansiosa. Este sentimento vai te desgastando, vai te consumindo, vai te destruindo a cabeça. Eu acho que outra coisa que me segurou muito foi a responsabilidade por Felipe. O mundo estava caindo sobre a minha cabeça, mas eu tinha que acordar, dar o leite para o meu filho, dar banho nele, levá-lo para passear, dar comida. Tinha que continuar vivendo, tinha que trabalhar para me sustentar e para sustentar meu filho.

Quando a campainha tocava, eu pensava que era Fernando. Olhava no meio da rua para ver se Fernando estava, quem sabe, talvez, teve amnésia e está solto por aí. Ficava toda contraída, meu corpo inteiro se contraía por qualquer coisa, qualquer tensão, uma coisa que eu superei muitos anos depois, aí já com a ajuda do meu novo marido. Durante esse ano e meio, foi tudo muito doloroso.

Lembro-me quando a neta do Marechal Cordeiro de Farias, uma das pessoas que estavam interferindo para ver se conseguia salvar Fernando, me chamou e disse: "Ana, eu preciso falar com você. O meu avô disse que desistia do caso, que não tinha mais jeito".

Fui a Brasília com D. Paulo Evaristo Arns, em agosto, — já

fazia cinco meses da prisão e desaparecimento de Fernando — levar os nomes dos vinte e dois desaparecidos que a Igreja estava pedindo solução à Casa Civil da Presidência da República, que, na época, era chefiada pelo ministro Golbery do Couto e Silva. O Golbery me falou que o meu caso era o único que tinha solução, que eu fosse para casa, que tudo seria resolvido. O que era uma mentira, pura sacanagem. E nós chegamos em casa muito contentes, muito felizes, aí foi que chamamos Felipe e dissemos: “Felipe, seu pai vai voltar, ele estava viajando. Era o que dizíamos para ele, o que acho que foi um erro.

Um ano depois, eu resolvi reconstituir minha vida e fui morar com Edu. Passava até cinco, seis horas da manhã, noites em claro, conversando sobre Fernando: se ele aparecesse, o que a gente faria? Me angustiava e me questionava se eu tinha direito de morar com Eduardo.

Acho que a certeza da morte de Fernando só veio muito tempo depois. É muito difícil enterrar uma pessoa que você não viu o corpo ser enterrado. Agora, só restava lutar para que fosse desvendado o caso e preservar a sua lembrança afetiva e carinhosa.

Uma coisa que me angustia muito é o fato de morar em Porto Alegre, onde se pode fazer muito pouca coisa. A impressão que dá é que a memória das pessoas é fraca. Esquecem os mortos do período da ditadura militar, esqueceram os nossos mortos, os nossos heróis, as pessoas que deram suas vidas para derrubar essa ditadura e construir uma sociedade mais justa. Sempre que tenho oportunidade, eu dou o meu depoimento. Quando saiu a lei da Anistia, me desarticulei completamente. Senti que cada vez mais ia ter menos espaço para conseguir fazer com que a ditadura assumisse a morte de Fernando. Dei esse depoimento na Assembléia Legislativa, para forçar a ditadura militar a assumir as mortes, pois, pra mim, o momento era aquele. Eu pensava: ou nós fazemos alguma coisa agora, ou perdemos o bonde, não vamos mais conseguir.

E está cada vez mais difícil fazer a denúncia, para que as pessoas reflitam, pensem o que foi aquilo entre 68 e 78, e, somente assim, poderemos entender aquele momento e seus personagens. A juventude de hoje não sabe o que foi a década de 70. Vejo que na Argentina, com a queda da ditadura, se abre o processo de averiguação dos assassinatos. Aqui ninguém fala nisso, nenhum partido, nem o PT, PDT, PMDB, ninguém.

Pensei muito antes de fazer este depoimento e espero que contribua com o livro, para colocar o nome de Fernando em um lugar

de destaque, para lembrar à ditadura militar que os crimes cometidos não vão ficar impunes. De uma forma ou de outra, nós vamos dar o troco, vamos cobrar. E o meu medo é que isso passe, que a consciência fique cada vez mais distante, e que as pessoas não se importem com essa luta, e esqueçam o passado. Essa luta de vocês é uma luta minha, é uma luta de Felipe, é uma luta de todos os nossos camaradas, companheiros e amigos”.

Felipe tinha pouco menos de 2 anos, quando da prisão e desaparecimento de seu pai. Mesmo sem lembrar como ele era, guarda consigo a imagem de sua vida e de sua luta, imagem esta transmitida por sua mãe, seus tios, pelos companheiros e amigos de Fernando. Hoje, com 12 anos, Felipe é uma criança feliz, que leva uma vida normal, como todos os meninos de sua idade. Talvez um pouco mais amadurecido pela árdua luta desenvolvida pela família durante todo esse tempo. A carta de Felipe, que aqui reproduzimos é um documento importante para complementar este livro, e ao mesmo tempo constitui um momento de amor, de pureza, e, igualmente, de consciência de um tempo que ele não viveu, mas que deixou marcas profundas em toda a sua geração.

Porto Alegre, 02 de dezembro de 1983

Todo mundo podia pensar que eu escreveria uma carta triste mas não, eu escreverei uma carta dizendo tudo o que eu acho.

Eu tenho uma idéia de como era meu pai, devia ser um homem que lutava contra a ditadura militar do presidente Médici que foi uma das que mais teve repressão, e morreu como muitos outros que tentaram o mesmo.

Eu hoje tenho uma vida feliz mas ele está na minha cabeça como o meu outro pai.

Sabe minha mãe casou de novo com um homem que eu considero muito meu pai tanto quanto o outro, pois tenho 11 anos e meu pai morreu quando eu tinha 2 anos.

Hoje moro em Porto Alegre e sou muito feliz torço pelo Internacional e faço muitas coisas como jogar na escolinha do Bráulio.

E ao fim de tudo eu acho que um dia alguém vai acabar com essa ditadura militar.

ANEXOS — DOCUMENTOS

Homenagem da UNE e do DCE da UFF
Homenagem de Olinda
Cartas de Sobral Pinto
Cartas do Marechal Juarez Távora
Cartas de Dona Elzita
Cartas da Comissão de Direitos Humanos
Artigos de Tristão de Athayde
Poema de Paulo Henrique
Relação das Vítimas da Repressão

CARTA-HOMENAGEM A FERNANDO SANTA CRUZ

Hoje quando faz dez anos do desaparecimento de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, a União Nacional de Estudantes engrossa a fileira dos seus familiares e amigos para dizer bem alto que o tempo não apagou, e jamais apagará, nosso desejo de justiça e nossa imensa revolta contra esse assassinato covarde e escondido que se convencionou chamar de “desaparecimento”.

Se um dia os ditadores enfurecidos pensaram que teriam o poder para sempre e que podiam eliminar seus opositores como se mata formigas, pensaram que o poder militar calaria para sempre os corações e mentes do povo, pensaram que eram donos da vida e da morte, hoje certamente tremem com a realização desse ato de homenagem a Fernando. Pois esse juiz implacável que é o tempo já condenou a ditadura militar, que hoje busca pôr a máscara de democracia mas tem as mãos sujas do sangue de Fernando Santa Cruz, Honestino Guimarães, Humberto Câmara Neto, Edson Luiz, Eduardo Collier e tantos mais. E não se trata de “revanchismo”, nem mesmo vingança, cobrar a vida desses homens, que tinham em comum a insubmissão ante a prepotência e a ânsia de liberdade para todo povo. Trata-se apenas de um princípio de justiça universal, o homem tem direito à vida e à liberdade, não nasceu para se “evaporar” em torturas.

Sabemos que na época do desaparecimento de Fernando, entre outros, o governo foi bastante pressionado por familiares de desaparecidos, pela igreja e até por entidades internacionais como a ONU e OEA. E para responder a essa cobrança a ditadura cinicamente se pronunciou oficialmente dizendo que os desaparecidos eram “terroristas”, “clandestinos”. Para a UNE é uma questão de

princípio dizer que grande parte desses desaparecidos, entre eles Fernando, orgulhosamente fazem parte da vida da própria UNE, sua construção, sua luta, sua reconstrução. . . Seus nomes são repetidamente nomes de entidades e eventos estudantis. E para os estudantes brasileiros terrorista é e será sempre, os verdugos assassinos desses homens e os seus cúmplices.

Achamos que a melhor homenagem que podemos prestar a Fernando, nesse momento, é continuarmos na luta. Hoje quando o regime dos generais está apodrecido e desmoralizado, quando o povo começa a se levantar numa grande onda nacional exigindo as eleições diretas para pôr fim ao regime militar, a UNE está nessa onda, no meio do povo, levantando suas bandeiras e seus princípios: ABAIXO A DITADURA, LIBERDADE POLÍTICA, e hoje levantamos bem alto mais uma bandeira que essa caminhada tortuosa nos obrigou a empunhar: "ONDE ESTÃO NOSSOS COMPANHEIROS DESAPARECIDOS?"

Como já disse o poeta: "você vai pagar
e é dobrado
cada lágrima rolada
nesse meu penar".

Olinda, 23 de fevereiro de 1984
UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES.

FERNANDO SANTA CRUZ
QUEM FOI, QUEM É:

Fernando, que hoje dignifica com seu nome e sua história o Diretório Central dos Estudantes da UFF, é um dos nossos muitos companheiros desaparecidos sob os extertores da ditadura militar instalada com o golpe de 64.

Sua trajetória política começou como a de muitos de nós, nos bancos secundaristas e grêmios recreativos.

Fernando vem de família combativa, de luta e dificuldades. Da pequena e adorável Olinda, passando pelo eixo Rio-São Paulo, trilhando o caminho da luta, da combatividade e do anseio por uma pátria melhor, soberana, justa e onde a palavra liberdade não fosse mero eufemismo, traçou seu destino.

Fernando, um sujeito alto e barbado, alegre e brincalhão, no dizer dos que com ele privaram a intimidade, é para nós um símbolo da resistência ao regime ditatorial que aqui se instalou. Viti-mando, no campo e na cidade, homens e mulheres, que tinham a grande expectativa de construção de um novo país, sem explorados e exploradores. Sonho? Se era, os carrascos do regime trataram de sufocar. Se não, cabe a nós prosseguir na sua luta, tomando-o como exemplo — desses exemplos que a “história oficial” faz questão de omitir e nós temos o dever de resgatar — pois saibam os senhores donos do poder que lá não se manterão para sempre.

Haverá um dia que todos nós, e em especial a classe trabalhadora desse país, há de tomar as rédeas do seu destino e fazer sua própria *história*.

Aí, quando esse dia chegar, os nossos muitos Fernandos hão de ser resgatados do obscurantismo fascista, da oficialidade histórica e haverão de ocupar o lugar com que, devidamente, esse novo tempo lhes aguardará, com honras e glórias.

Fernando, sua luta continua.

DCE - Fernando Santa Cruz
Universidade Federal Fluminense (UFF)

“DUAS MIL VEZES PRESENTE”

Revelou-se uma eleição disputadíssima — afinal era a primeira eleição livre realizada na Universidade Católica de Pernambuco desde 1968.

O ano, 1979. A eleição, o nascimento de fato do Diretório Acadêmico de Direito. Fundava-se, então, o primeiro diretório acadêmico de curso na Unicap, livre e democrático, desatrelado da legislação autoritária a que estavam submetidas as entidades estudantis. Modesto ponto de luz em um país ainda mergulhado nas trevas.

Em agosto do mesmo ano, a diretoria empossada convocou uma reunião ampla onde se escolheria um nome que traduzisse os objetivos e o espírito do Diretório recentemente criado. Compareceu um grande número de estudantes. Presidindo os trabalhos o companheiro Carlos Roberto Siqueira, fundador e primeiro presidente eleito do Diretório Acadêmico. Presentes ainda: Clóvis Amaral, Aldo Queiroz, Samuel Riff Junior, Arnaldo Godoy, entre outros companheiros.

Iniciada a reunião, nomes começam a surgir: Castro Alves, Tobias Barreto . . . Fernando Santa Cruz.

O nome de Fernando causou reações variadas. Alguns estudantes presentes não conheciam ou não tinham ouvido falar de Fernando; outros, com indisfarçável temor, colocaram obstáculos que, no fundo, eram de natureza ideológica.

Fernando Santa Cruz, por quê?

Porque Fernando era um brasileiro. Fernando era pernambucano. Porque era um jovem. Um estudante de Direito. Fernando morrera por não ter sucumbido ao silêncio das mordanças. Era um nome que traduzia a história presente de um país mergulhado em escuridão. O nome de Fernando Santa Cruz não se encontrava nos livros de história, nos compêndios de Direito, era verdade. Porém, Fernando estava mais próximo. Fernando era o colega, o companheiro, o vizinho, o primo, o irmão, uma realidade palpitante. E foi assassinado.

Os estudantes compreenderam. Deram ao Diretório o nome de Fernando. Sopraram o mofo das tradições bacharelescas, trocaram

a grandiosidade e a pompa pela atualidade de um exemplo indomável, o outrora pelo agora, o consagrado pelo consagrador.

Hoje, o Diretório Acadêmico de Direito Fernando Santa Cruz representa mais de dois mil estudantes. São cinco anos de existência e resistência democrática. São cinco anos e podemos dizer: Fernando Santa Cruz duas mil vezes presente.

Recife, 11 de janeiro de 1984

Diretório Acadêmico Fernando Santa Cruz
Presidente

PREFEITURA DE OLINDA

MENSAGEM N.º 004/84

Encaminha Projeto de Lei denominando
FERNANDO SANTA CRUZ ao Teatro
do Mercado Popular de Olinda.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência e seus dignos Pares, o Projeto de Lei anexo, que denomina de Fernando Santa Cruz ao Teatro do Mercado Popular de Olinda.

Entendo que, ao homenagear Fernando Santa Cruz, a Cidade de Olinda, fiel às suas tradições libertárias, estará cumprindo com um dever de justiça.

A vida desse jovem desaparecido, vítima da repressão instalada no país, após o golpe de Estado de 01 de abril de 1964, foi voltada para a defesa das liberdades democráticas e das lutas populares.

Pernambucano, de Olinda, nascido em 20 de fevereiro de 1949, Fernando iniciou os seus primeiros estudos nos Colégios de São Bento e no Olindense D. Vital. Iniciou o seu curso universitário, em 1972, na Faculdade de Direito da Universidade Fluminense, em Niterói.

Desde cedo, Fernando sempre manifestou a sua grande preocupação com os problemas sociais, políticos e econômicos do país. Essa preocupação fez com que tivesse efetiva participação no movimento estudantil.

Militante do movimento estudantil, foi preso em 1967, após participar de uma passeata, realizada no Recife, de protesto contra o acordo MEC-USAID. Permaneceu, ainda menor, preso durante oito dias. Fernando não se intimidou. Sabia que, somente através da luta popular, poderia se opor à repressão que esmaga o povo brasileiro. A luta desenvolvida por Fernando, passou a incomodar, cada vez mais os donos do poder.

Impossibilitado pela repressão política de continuar a sua luta em nosso Estado, Fernando, já casado com Ana Lúcia Valença, partiu para o Rio de Janeiro, onde continuou desenvolvendo intenso trabalho político.

No Rio de Janeiro nasceu o primeiro filho de Fernando, que se chama Felipe. Era Fernando, sempre solidário com seus companheiros, prestando uma homenagem ao seu amigo de luta, Humberto Câmara Neto, que usava o codinome Felipe, também morto pela repressão.

Em fevereiro de 1974, Fernando foi preso pelos órgãos de segurança na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com o jovem pernambucano, seu companheiro de luta, Eduardo Collier Filho.

As famílias de Fernando e Eduardo começaram a desenvolver esforços para descobrir o paradeiro dos dois jovens. *Habeas corpus* foram impetrados. Denúncias da prisão foram feitas no Senado e na Câmara Federal, através do então Senador Franco Montoro, e dos Deputados Federais Jarbas Vasconcelos e Fernando Lyra. A imprensa, inclusive do Exterior, denunciava o desaparecimento dos dois jovens. O Movimento Democrático Brasileiro protestou contra o desaparecimento, e exigiu imediatas providências das autoridades do país. O eminente jurista Sobral Pinto, em carta dirigida ao então Ministro Armando Falcão, manifestou sua repulsa. O Arcebispo D. Evaristo Arns, em diversos pronunciamentos, lançou o seu protesto. Toda a sociedade civil exigia uma resposta. Era a sociedade civil que Fernando tanto ajudou a mobilizar-se, mobilizando-se para reclamar o seu desaparecimento. O regime de repressão mantinha-se surdo, diante dos reclamos.

Um ano após a prisão de Fernando, pressionado pela opinião pública nacional e organismos internacionais, o então Ministro da Justiça Armando Falcão, declara oficialmente, que Fernando e Eduardo, juntamente com mais 25 lideranças políticas, eram clandestinos e caçados pelas forças de segurança. A inverdade oficial foi, de logo, desmascarada pela família de Fernando e pelos órgãos de imprensa.

Os donos do poder da época, que torturavam e matavam impunemente, planejaram, então, uma nova denominação: desaparecidos. Com esse sadismo, conseguiam torturar, não mais os “desaparecidos” que já estavam mortos, mas torturar os pais, as mulheres e os filhos dos “desaparecidos”. Assim, Lincoln de Santa Cruz Oliveira e Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira, pais de Fernando, foram torturados. Ana Lúcia Valença e Felipe foram, também torturados.

O desaparecimento de Fernando Santa Cruz completa hoje, dez anos.

Homenageando a memória de Fernando Santa Cruz, a cidade

de Olinda homenageia, também, as mulheres que não sabem se são viúvas e os filhos que não sabem se são órfãos.

A luta que Fernando desenvolveu, ao lado de inúmeros companheiros, vítimas da repressão, também, permitiu que hoje, o Executivo Municipal pudesse propor a essa Câmara, que fosse resgatada essa dívida histórica, social e política.

Certo de que o Projeto de Lei obterá a aprovação dessa Casa, renovo a Vossa Excelência e seus distintos Pares, meus protestos do mais alto apreço e consideração.

Olinda, 23 de fevereiro de 1984

José Arnaldo Amaral
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
Vereador Severino Arruda de Lima Irmão
DD. Presidente da
Câmara Municipal de Olinda
Olinda — PE.

LEI N.º 4423/84.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA decreta, e eu sanciono a presente lei.

Olinda, 20 de março de 1984.

José Arnaldo Amaral
Prefeito

Art. 1.º — Fica denominado FERNANDO SANTA CRUZ o Teatro do Mercado Popular de Olinda.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Casa Bernardo Vieira de Melo, em 19 de março de 1984.

Renan Lourenço de Melo

1.º Vice-Presidente

no exercício da Presidência

Marcos de Albuquerque Belfort

1.º Secretário

Daniel Marinho da Silva

2.º Secretário

Rio, 4 de abril de 1974

D. Márcia de Santa Cruz Freitas

Queira aceitar, com simpatia, os meus cumprimentos respeitosos, com votos de saúde sua e dos seus.

Cumpri a promessa que lhe fiz, de escrever ao Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão, para dele reclamar, em nome da própria lei da assim chamada Revolução Brasileira, uma providência eficiente, junto das autoridades militares, para que indicassem estas o local onde prenderam os jovens Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho e, também, para que suspendessem a incomunicabilidade em que vêm sendo mantidos.

Passo às mãos da Senhora a cópia da referida carta, que expedi para Brasília, devidamente registrada, e instruída com a cópia das duas petições redigidas pelo meu Colega Marcelo de Santa Cruz Oliveira, e dirigidas ao Exm.º Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar, petições estas que, por cópia, a Senhora me entregou no recinto do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Permita-me, Senhora, uma sugestão: aconselhe ao Dr. Marcelo que distribua, pelos Srs. Ministros do Superior Tribunal Militar, militares e togados, não apenas cópias das suas petições, mas também cópias da minha carta ao Ministro Armando Falcão. É possível que a minha argumentação, baseada na legislação promulgada pela denominada Revolução Brasileira, leve os Magistrados do Tribunal Militar a conceder a medida pleiteada para estes dois fins: indicar o local onde se encontram detidos os dois jovens e suspender a incomunicabilidade que eles estão sofrendo.

Dentro em minutos, entrarei a redigir uma carta para o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, dando a sua Excelência conhecimento do texto da carta que escrevi ao Dr. Armando Falcão, Ministro da Justiça e do desta carta.

Tomo, agora, a liberdade de lhe pedir que me comunique o resultado das petições de *habeas corpus*, redigidas pelo Dr. Marcelo e dirigidas ao Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar. Se o resultado for negativo, é meu propósito dirigir-me. eu

próprio, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, na esperança de que neste Conselho possa alcançar algum êxito.

Receba, minha Senhora, as homenagens da minha mais alta consideração e do meu superior respeito.

H. Sobral Pinto

Rio, 4 de abril de 1974

Ribeiro de Castro

Mando-lhe, para os fins que Você considerar mais úteis, a correspondência que estou redigindo para o Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão e D. Márcia de Santa Cruz Freitas, parente do jovem Fernando de Santa Cruz Oliveira e amiga do, também, jovem Eduardo Collier Filho.

Não devemos nos revoltar contra as autoridades que, escudadas na força militar, governam o nosso atribulado País. Devemos, porém, criar na Nação uma opinião pública esclarecida, consciente e disposta a defender nas urnas, nas Empresas públicas e privadas, no seio das famílias, na área das Universidades, os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, afirmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em Paris e na Declaração dos Direitos e Deveres do Homem, promulgada em Bogotá, Direitos estes que figuram, na sua quase totalidade, em todas as Constituições Republicanas, que já foram promulgadas no Brasil, de 1891 até 1969. O meio de que devemos utilizar, neste esforço incruento, é a palavra altiva, nobre e verdadeira. Onde quer que estivermos reunidos ou onde quer que nos entreguem uma tribuna, é dever nosso afirmar, com firmeza e coerência, que a força tem de estar sujeita aos preceitos do Direito, para que ela possa ser considerada legítima e respeitada.

As cartas que escrevo, meu caro Ribeiro de Castro, obedecem a este programa. Em vez de censurar, nas calçadas das ruas, em palestras com amigos, os atentados das autoridades públicas aos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, sem que tais censuras cheguem ao conhecimento das pessoas censuradas, prefiro censurar diretamente o ato, dirigindo-me à autoridade que o praticou. Às vezes, aquilo que merece censura não são atos, mas palavras, doutrinas, orientações políticas. Neste caso, a censura é mais delicada, porque fere a convicção ou as convicções daqueles que são os autores destas manifestações. É evidente que este método de censura acarreta riscos, mas, em compensação, é mais eficiente.

Não tolero, como Goethe as revoluções, porque estas contêm em si todos os atentados. Elas são como que um resumo das mal-

dades que o homem pratica em todos os setores, desde o religioso até o administrativo.

Comunicando-lhe que pode fazer desta o uso que lhe parecer mais conveniente, envio-lhe o meu fraternal abraço.

H. Sobral Pinto

Exm.º Sr. Ministro da Justiça
Dr. Armando Falcão

Consinta em receber os meus cumprimentos respeitosos, com votos de muita saúde pessoal e de todos os que são caros a V. Exc.ª

Como brasileiro, como jurista e como membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, tenho a honra de entregar a V. Exc.ª as duas petições de *habeas corpus*, apresentadas pelo advogado Marcelo de Santa Cruz Oliveira ao Exm.º Presidente do Superior Tribunal Militar.

As cópias das petições que ponho debaixo das vistas de V. Exc.ª foram-me entregues, a meu pedido, por duas Senhoras que compareceram, ontem, à Sessão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, que reiniciava os trabalhos inerentes às suas atividades legais. Tais Senhoras tinham comparecido à sede do aludido Conselho, a fim de pedir uma providência deste Órgão, no sentido de que seja cumprida a própria legislação baixada pelo regime militar, que vigora no País.

Pela leitura das petições, cujo texto, por cópia, ora apresento a V. Exc.ª, não poderá deixar de reconhecer que justa e procedente é a aflição das famílias de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e de Eduardo Collier Filho, presos e desaparecidos.

V. Exc.ª é Ministro da Justiça. Atente bem, Excelência, para esta posição: **MINISTRO DA JUSTIÇA**. O mais elementar preceito da Justiça serena, imparcial e corajosa é a obediência integral às determinações da lei. Aquilo que a lei ordena tem de ser cumprido e seguido. Esta é, Excelência, a sua mais severa e insofismável obrigação, isto é, fazer cumprir a lei, tanto pelos civis quando pelos militares.

Ora, sr. Ministro, a Lei de Segurança Nacional, atualmente em vigor, determina em vários de seus artigos que sejam observadas as disposições do Código da Justiça Militar, como passarei a indicar a V. Exc.ª nos trechos que se seguem:

1.º — Art. 58. Aplica-se, quanto ao processo e julgamento do Código da Justiça Militar, no que não colidir com as disposições da Constituição e deste Decreto-lei.

2.º — Art. 59, § 2.º. Se entender necessário, o Encarregado

solicitará dentro do mesmo prazo ou de sua prorrogação a prisão preventiva do indicado, observadas as disposições do art. 149 do Código da Justiça Militar.

3.º — Art. 60. Em qualquer fase do processo aplicam-se as disposições relativas à prisão preventiva previstas no Código da Justiça Militar.

A Lei de Segurança Nacional está, portanto, subordinada, de maneira direta e insofismável, aos preceitos do Código da Justiça Militar, que foi promulgado pelo DECRETO LEI N.º 1 002 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1969, pelos Ministros da Marinha, da Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar. Trata-se, portanto, de uma lei promulgada pelos mais genuínos representantes daquilo que se convencionou chamar Revolução Brasileira.

Pois bem, Sr. Ministro: O Art. 222 do Código de Processo Penal Militar, de 21 de outubro de 1969, que substitui o antigo Código da Justiça Militar, preceitua no seu Art. 222: A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente levada ao conhecimento da autoridade competente, com a declaração do local onde a mesma se acha sob custódia e se está ou não incomunicável.

De tal modo se instaurou no País o regime da irresponsabilidade, sobretudo no que se refere aos direitos fundamentais do homem, que são desrespeitados e feridos por autoridades civis e militares. As prisões se sucedem nas condições descritas nas petições que, por cópia, tenho a honra de comunicar a V. Exc.ª, sem que os autores das ilegalidades sejam afastados de seus cargos e apresentados à justiça competente, para processá-los e julgá-los.

Cabe, ainda, esclarecer a V. Exc.ª que a própria Lei de Segurança Nacional, baixada pelo Decreto-lei n.º 898, de 20 de setembro de 1969, pelos mesmos representantes da chamada Revolução Brasileira, prescreve no Art. 59 o que se segue: Durante as investigações policiais o indiciado poderá ser preso pelo Encarregado do Inquérito até trinta dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou.

§ 1.º O Encarregado do Inquérito poderá manter incomunicável o indiciado até dez dias desde que a medida se torne necessária às averiguações policiais militares.

Os textos supra transcritos são categóricos: comunicação da prisão à autoridade judiciária competente e conservação da incomunicabilidade apenas por dez dias.

Assim, Sr. Ministro, quer se encare o caso dos dois detentos citados nesta carta, quer à luz do Código de Processo Penal Militar, quer à luz da própria Lei de Segurança Nacional, é impossível negar o arbítrio, a ilegalidade e o abuso de poder das autoridades tanto policiais quanto militares. Cabe, então, a V. Exc.^a como Ministro da Justiça, fazer cessar todos esses atentados, que desprestigiam o poder público quer na sua área civil quer na sua área militar.

Note, Excelência, que os textos legais por mim invocados são da autoria do Governo Militar, que dirige o País em nome da assim denominada Revolução Brasileira. Não são textos decretados pelo liberalismo político, hoje tão menosprezado e ridicularizado, como se fosse uma ideologia decrépita e criminosa. Foram decretados por aqueles que se apresentam ao nosso povo como os salvadores de sua civilização.

Refleta, Sr. Ministro, nesta realidade dolorosa: o comunismo é apontado, acertadamente, como uma ideologia que suprimiu as garantias dos direitos fundamentais da pessoa humana. Nos países em que ele os dirige qualquer pessoa pode ser presa pelas autoridades governamentais, sem que ela disponha, na legislação destes países, de nenhum meio para restituí-la à liberdade. Entre nós, Excelência, é precisamente isso o que está acontecendo. Sob este ângulo o governo comunista e governo brasileiro se equivalem. O que os distingue é a conservação, no nosso País, da legislação que reconhece a propriedade privada e mantém um aparelho judiciário que tem autonomia para resolver os conflitos que surgem entre os cidadãos, na área do direito privado.

Ponha, Sr. Ministro, a autoridade de seu alto cargo ao serviço da manutenção eficiente e intacta da própria legislação da assim chamada Revolução Brasileira.

Pedindo que aceite, com simpatia e de coração largo, o meu forte aperto de mão, comunico a V. Exc.^a que, pelo assunto nela ventilado, a presente carta não é um documento de natureza privada.

Do concidadão às ordens,

Rio, 3 de abril de 1974

H. Sobral Pinto

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1974.

Exmo. Sr.
Marechal Juarez Távora
Nesta

Prezado Senhor:

A signatária desta carta, na condição de mãe de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, brasileiro, casado, funcionário público, lotado no Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo e acadêmico de Direito, vem rogar a V. Sa. no sentido de que, com a sua intercessão como Militar e homem público, de passado honrado e digno, ídolo de minha juventude, sejam tomadas urgentes providências em relação ao desaparecimento de meu querido filho, desde 23 de fevereiro do corrente ano quando, no Rio de Janeiro, foi arrastado para o interior de um carro, por elementos pertencentes aos Órgãos de Segurança da Nação.

Como mãe e cidadã brasileira, como esposa do renomado médico pernambucano Lincoln de Santa Cruz Oliveira, que exerceu sua profissão com honestidade e abnegação, ocupando cargo de confiança — Diretor do Departamento de Saúde Pública do Estado de Pernambuco — nos governos de Dr. Etelvino Lins e do Marechal Cordeiro de Farias, prestando portanto, relevantes serviços ao seu Estado, como sanitarista e dando, durante toda a sua vida, o melhor de sua capacidade, de sua inteligência e do seu esforço para o engrandecimento de nosso país, sinto-me com o direito de me dirigir e reclamar dos homens de bem de minha Pátria, o mínimo que pode exigir uma mãe: *A localização do seu filho e que sua prisão seja comunicada à autoridade judiciária competente.*

Solicito a devida e especial atenção para o que passo a relatar:

I — Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, foi detido no dia 23 de fevereiro do corrente ano, quando se encontrava com o seu conterrâneo Eduardo Collier Filho, que respondia a um processo perante a Justiça Militar de São Paulo.

II — Este encontro tinha por objetivo levar um pouco de

conforto moral, pessoal e material, ao amigo de infância que atravessava momento adverso.

III — De tal encontro resultou a prisão dos dois amigos inclusive o apartamento onde ora estava residindo Eduardo Collier Filho fora invadido por elementos pertencentes aos Órgãos de Segurança, os quais levaram livros de cunho ideológico, deixando assim claro que se tratava de uma diligência conseqüente da prisão política.

IV — A partir deste momento, tenho procurado por todos os meios e modos obter qualquer informação sobre o paradeiro do meu filho. Tenho obtido inúmeras informações, entretanto, de fontes extra-oficiais e prestadas em caráter confidencial.

V — Em face dessa situação, outra alternativa não houve, contratei advogados, os quais impetraram uma ordem de *habeas corpus* no Superior Tribunal Militar, que tomou o n.º 31 206, mas encontra-se na iminência de ser considerado prejudicado, tendo em vista, que as autoridades responsáveis pela segurança neste Estado negaram ao S.T.M. a prisão efetuada do meu querido filho.

IV — Continuo procurando colher informações oficiais, das autoridades responsáveis pela Segurança da Nação nos Estados da Guanabara, São Paulo e Pernambuco.

É justo, é humano, é cristão que um órgão de segurança encarcere, depois de seqüestrar, um jovem que trabalhava e estudava, sem que a sua família seja dada qualquer informação sobre o seu paradeiro e as acusações que lhe são imputadas?

São passados três meses, não sabemos quais as acusações que pesam contra Fernando; de que crime o acusam?

Rogo a V. Sa. com o calor da veemência de uma mãe pernambucana, sofrendo a angústia e aflição da ausência de um filho, da incerteza do seu destino.

Meu querido filho também é esposo e pai. Que direi ao meu neto quando jovem se fizer e quando me indagar que fim levou o seu pai, se ele não tiver a felicidade do seu regresso? Direi que foi executado sem julgamento? Sem defesa? Às escondidas por crime que não cometeu?

V. Sa. tem um passado de luta, ao lado do direito e da justiça, a lembrança do Vice-Rei do Norte, ainda permanece bem viva em todos os nordestinos. Entretanto é mais ao pai e à generosidade do seu coração que me dirijo, neste momento de extrema angústia e desesperança, mas é também a sua consciência de homem que endereço o meu comovido apelo:

Onde está meu filho?

Respeitosamente expresso a V. Sa. e a sua digníssima família, o meu reconhecimento por todas as providências que o ilustre Militar houver por bem tomar em defesa da vida e da liberdade de meu filho, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira.

Atenciosamente,
Elzita Santos Santa Cruz Oliveira

Rio, 24 de maio de 1974

Distinta Patrícia
D.^a Elzita S. Santa Cruz Oliveira

Estou a acusar o recebimento de sua carta, enviada por intermédio de D.^a Luiza Garcia Rosa, e relativa à prisão e desaparecimento de seu filho, Fernando Augusto, por elementos da Polícia de Segurança, aqui, no Rio, em fevereiro último.

Como havia prometido a D.^a Luiza, remeti, hoje, sua carta ao Gen. Golbery do Couto e Silva, chefe de Gabinete Civil da Presidência da República, pedindo-lhe o favor de transmitir-me o que puder apurar a respeito, a fim de que eu lho retransmita.

Esperando que receba alguma resposta, subscrevo-me seu velho patrício.

JUAREZ TÁVORA

Rio, 26 de novembro de 1974

Prezada Patrícia
D.^a Elzita de Santa Cruz Oliveira

Estou acusando o recebimento de sua carta de 10 de outubro, que só há poucos dias chegou às minhas mãos.

Acabo de encaminhá-la (sem os documentos que a acompanhavam), com carta de que segue cópia anexa, ao General D'Avila Mello, Comandante do II Exército, em São Paulo.

Esperando que essa carta mereça melhor atenção que a anterior, enviada ao General Golbery do Couto e Silva, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República — subscrevo-me cordialmente, seu velho patricio.

JUAREZ TÁVORA

Rio, 25 de Novembro de 1974

Prezado camarada,
General Ednardo D'Avila Mello,
M.D. Comandante do II Exército,

Tomo a liberdade de fazer chegar-lhe às mãos, com estas linhas, a carta anexa de D.^a Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira, cujo filho, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira se encontra, segundo informações que pôde obter, preso, desde fevereiro do corrente ano, aí em São Paulo, à disposição do Órgão de Segurança Militar, sob jurisdição desse Exército.

Sem pretender apreciar o mérito da questão em que se acham envolvidos o referido senhor e seu amigo Eduardo Collier Filho, nem, tampouco, pleitear que seja diminuída a severidade da pena que eles afinal merecerem — apenas venho rogar-lhe (como já o fiz, anteriormente, a outra autoridade pública) que tenha a caridade de transmitir — por meu intermédio, ou diretamente a D.^a Elzita de Santa Cruz Oliveira, uma informação segura sobre o paradeiro do filho, preso há dez meses sem culpa formada.

Agradecendo-lhe, desde já, a atenção que puder dar a estas linhas subscrevo-me cordialmente seu velho camarada.

Juarez Távora

Rua David Campista, 195
Botafogo
Rio, Guanabara
Fone: 246-9371

Olinda, 10 de Outubro de 1974

Ilmo. Sr.
Marechal Juarez Távora

Agradeço a sua gentileza em haver tentado obter informações sobre a prisão e o desaparecimento de meu adorável filho Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, ocorrido na Guanabara, no dia 23 de fevereiro do ano em curso, quando se encontrava com o jovem Eduardo Collier Filho, seu conterrâneo e amigo de infância.

Sinto-me na obrigação de fornecer-lhe maiores detalhes dos fatos ocorridos e informações que obtive durante esta minha caminhada, que já se prolonga por oito longos e tenebrosos meses.

Fernando Augusto é funcionário público do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo e Acadêmico de Direito, residia à Rua Diana, 698 — Bairro Perdizes, na cidade de São Paulo, juntamente com a esposa e o seu filhinho de dois anos e meio que não cessa de chamá-lo todos os dias.

A partir da detenção, todos os esforços foram empreendidos junto aos órgãos de segurança nos Estados da Guanabara, São Paulo e Pernambuco, dois *habeas corpus*, pedido de novas diligências, além de inúmeras cartas, telegramas e petições às autoridades constituídas no sentido de se obter informações objetivas sobre *o local onde meu filho se encontra detido; qual a autoridade responsável pela sua custódia e quais as acusações que pesam contra ele, resultaram infrutíferos.*

Entretanto, militares, civis e instituições receptíveis ao nosso angustiante apelo, prestaram informações de caráter informal e confidencial, que confirmam de maneira inequívoca a prisão de meu filho.

Inúmeras vezes senhor Marechal, acreditamos tê-lo localizado, cheia de alegria por estar ele vivo.

A primeira foi no dia 14 de março, quando comparecemos ao D.O.I. à Rua Thomaz Carvalhal, órgão subordinado ao II Exército, motivados por informações de que meu filho havia sido trans-

ferido do D.O.I. do I Exército, à Rua Barão de Mesquita para aquela unidade militar na cidade de São Paulo.

Nesta mesma ocasião a advogada Mércia Albuquerque, residente e domiciliada em Recife — PE, informava que não havia motivos para se temer pela integridade física de Fernando; que assegurava que o mesmo se encontrava detido no D.O.I. à rua Thomaz Carvalhal na cidade de São Paulo; que meu filho havia necessitado de cuidados médicos e que sua prisão seria legalizada tendo em vista que ele havia sido detido para averiguações.

No D.O.I. do II Exército, ocorreu em resumo o seguinte episódio: Recebidas no dia 14 de março pelo carcereiro de plantão, que atendia pelo nome ou alcunha de “Marechal”, informou diante de outras famílias ali presentes, *que meu filho se acha detido na quele local*, mas que só poderia receber visitas no domingo seguinte — dia 17 de março.

Entretanto, o referido carcereiro recebeu as sacolas, contendo alimentos e objetos de uso pessoal.

A nossa convicção no sentido que Fernando Augusto, realmente se encontrava preso naquele destacamento militar *tornou-se absoluta*, não apenas pela informação do carcereiro “Marechal”, mas também porque quando eu fornecia o nome de Fernando Augusto de Santa Cruz . . . momento em que o mencionado carcereiro completou-lhe o nome correto, acrescentando o seu último sobrenome *Oliveira*, sem que lhe fosse fornecido.

No domingo dia 17 de março, ao comparecermos ao D.O.I. certos que nos avistaríamos com o meu querido filho, conforme prometido, fomos comunicados por um funcionário que atendia pelo nome de Dr. Homero, de que Fernando ali não se encontrava, tratando-se tudo de um “lamentável equívoco”, ocasião em que foram devolvidas as sacolas. Quando questionamos o referido funcionário, recordando-lhe o que havia ocorrido no dia 14 de março, o Dr. Homero acrescentou: “que deveríamos de dirigir ao comando do II Exército, pois ele não estava autorizado a prestar informações sobre os presos”.

Dentre as instituições procuradas, destacamos a fraternal acolhida por parte da Cruz Vermelha Brasileira, que interferindo no caso a partir do mês de abril, através de seu vice-Presidente, Prof. Gastão Jacinto Gomes, obteve inúmeras informações sobre Fernando e Eduardo, que lhe eram transmitidas por um Coronel do Exército, que exigiu que seu nome não fosse revelado, conforme documento incluso.

Recebemos as seguintes informações: que Fernando e Eduardo se encontravam detidos pelos órgãos de segurança; que foram visitados pelo Coronel do Exército mencionado, que meu filho havia necessitado de cuidados médicos na prisão, mas naquela ocasião estava gozando de boas condições de saúde; inclusive fizemos uma carta que lhe deveria ser entregue com a promessa de uma imediata resposta do seu próprio punho, fato que não veio a se concretizar.

É de suma relevância observar-se que outras informações por nós obtidas de pessoas militares e civis, em espaço, tempo e local diverso, coincidiam, nos seus dados mais gerais, com as informações acima referidas, inclusive a ressalva dos cuidados médicos.

São transcorridos quase 8 meses, quero desta vez solicitar a sua interferência de no sentido de saber junto às autoridades militares de meu País, se meu filho encontra-se atualmente vivo ou morto.

V. Excia. pode imaginar a minha angústia, aflição, as noites que tenho passado, juntamente com todos os familiares, em claro, as nossas lágrimas, o nosso profundo sofrimento e a dimensão de nossa dor, pois na sua juventude o seu irmão, o jovem Oficial Joaquim Távora foi também de maneira brutal arrancado do convívio de seus familiares para sempre, com hoje já começo imaginar que tenha ocorrido ao meu adorado e estimado filho.

Como católica fervorosa que sou, tenho colocado o senhor e todos os seus em minhas orações, que atualmente é o lenitivo de minhas aflições.

Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira
End. Manoel de Barros Lima, n.º 210
Bairro Novo — Olinda — PE

Prezada Patrícia
D. Elzita de Santa Cruz Oliveira,

Acabo de receber carta do General Ednardo D'Avila Mello, Comandante do II Exército, em São Paulo, de que destaco os dois seguintes tópicos essenciais:

“Informo ao ilustre chefe que o Sr. Fernando nunca esteve preso no II Exército. É prática de certos grupos informar às famílias de pessoas desaparecidas que as mesmas estão detidas no DOI do II Exército — vários casos destes já aconteceram desde que assumi o comando, em janeiro deste ano”.

O caso do embrulho foge completamente à verdade, pois as pessoas visitantes, apesar de logo informadas de que o Sr. Fernando não estava ali preso, insistiram em deixar o mesmo no portão da guarda (com que objetivo?).

Cessa, assim, minha interferência no caso. Permito-me, contudo, sugerir-lhe que, *sem qualquer referência ao meu nome*, requeira por intermédio de advogado, ao Sr. General do Exército Reynaldo Melo de Almeida, Comandante do I Exército, no Rio de Janeiro, que se digne de informar:

a) Se, no dia 23 de fevereiro de 1974, foi preso, como subversivo, nesta Cidade, o Sr. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, em companhia do jovem Eduardo Collier Filho; e

b) Se, depois de aqui detidos, foram eles remetidos para São Paulo; e, neste caso, a que autoridade pública foram aí entregues.

É tudo que lhe pode sugerir, nas atuais circunstâncias, este seu velho patricio.

JUAREZ TÁVORA

Prezada Senhora

Incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor General Comandante do II Exército, de responder a carta de V. Sa. a ele dirigida, datada de 6 de dezembro de 1974, bem como de esclarecer o nosso posicionamento ante os fatos narrados ao Mal. Juarez Távora.

Na correspondência acima referida, são formuladas acusações e insinuações atentatórias à dignidade de uma instituição que se orgulha de ser talvez, a mais característica e representativa do povo brasileiro, e de se identificar com ele nas suas origens, na sua vocação democrática e no seu caráter. Seria desonrar todo nosso passado de tradições, se nos mantivéssemos calados diante das injúrias ora assacadas contra nossa conduta de soldados da Lei e da Ordem que abominam o arbítrio, a violência e a prepotência. Nosso Exército é um Exército civilizado e respeitador da dignidade humana.

Portanto, podemos asseverar a V. Sa., que na área de jurisdição do Comando do II Exército não são cerceados os direitos do cidadão na sua liberdade de movimento, senão daqueles detidos para averiguações policiais militares ou com culpa formada, durante o tempo estritamente necessário e permissível, previsto na legislação que rege o assunto.

Com as considerações que acima nos reportamos, é óbvio, que o cidadão Fernando Augusto Santa Cruz, não se encontra preso "desde 23 de fevereiro de 74", em qualquer organização militar do II Exército (aliás nunca esteve detido neste Exército).

Sob outro aspecto, a carta datilografada em 10 de outubro de 74 e dirigida ao eminente brasileiro, Mal. Juarez Távora, deixa dúvida quanto a autoria do missivista, uma vez que seu conteúdo contundente na agressividade, nas acusações e nas minúcias, apresenta uma seqüência maldosamente elaborada de fatos e cuja redação contrasta com aquela apresentada na carta manuscrita de 6 de dezembro de 74.

Provavelmente, não terão sido escritas pela mesma pessoa o que vem concorrer em desabono de sua autenticidade, mormente

se nos detivermos num exame mais apurado de confronto das assinaturas dos expedidores.

Aproveitamos ainda a oportunidade, para lembrar a V. Sa., que o Exército não dispõe de cárceres nem carcereiros como pejorativamente alude aos guardas dos elementos detidos em seus quartéis.

Sem outros esclarecimentos a fornecer, solicitamos a atenção de V. Sa., no sentido de *divulgar esta resposta, entre as pessoas e entidades que foram envolvidas no assunto*, a fim de que fique perfeitamente clara nossa posição e atuação no caso em tela.

Atenciosamente
HORUS AZAMBUJA — Ten. Cel.
Ass. Sec. Cmt. II Exército

Ilma. Sra.

D.^a ELZITA DE SANTA CRUZ OLIVEIRA
Rua Manoel de Barros Lima, n.º 210
B. Novo — OLINDA — PERNAMBUCO

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1974

Comissão Interamericana de Direitos Humanos — O.E.A.

Secretário Executivo:

D.D. LUIS REQUE

As signatárias desta carta, mães de FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA e EDUARDO COLLIER FILHO, detidos e seqüestrados na cidade do Rio de Janeiro, no dia 23 de fevereiro do corrente ano, pelos órgãos de segurança do governo brasileiro, dirigem-se à Comissão Interamericana de Direitos Humanos no sentido de que sejam tomadas as devidas providências cabíveis em regime de urgência, visando salvar as vidas de seus filhos, que estão encarcerados em lugar incerto, pela repressão política, sem acesso ao mais elementar e Universal Direito de Defesa.

Solicitamos a devida e especial atenção para o que passamos a relatar:

Temos desde o dia 23 de fevereiro, data em que ocorreu a prisão, e o posterior seqüestro de nossos filhos, recorrido sistematicamente às autoridades militares, responsáveis pela segurança em nosso país (Exército, Marinha e Aeronáutica) em busca de notícias de nossos filhos, o que tem resultado infrutífero, não obtendo até a presente data, o local onde estão detidos, a autoridade responsável pela custódia e quais as acusações que pesam contra eles.

Todas as medidas legais e recursos previstos na legislação militar, que regula a matéria "Crimes Políticos", já foram tentados, sem que obtivéssemos êxito.

A situação porque passamos é de total desespero, as possibilidades de um trágico desenlace se materializam dia-a-dia, estamos apegados a todas as mãos que nos puderem acolher, temos levado nossa dor ao conhecimento daqueles que, conscientes do valor da pessoa humana, independente da classe social, credo político, cor, têm pela mesma uma posição de respeito.

Há crime maior do que o de se negar o sagrado e universal direito de defesa?

Anexamos dossiê, com pronunciamentos efetuados no Senado Federal, Câmara de Deputados, e a carta datada de 4 de abril do corrente ano, em que o eminente jurista, conselheiro da Ordem dos advogados do Brasil, Prof. Sobral Pinto, pede providências ao Ministro da Justiça, em relação ao desaparecimento de nossos filhos.

Como não obtivemos êxito até a presente data, rogamos a V. Excia. que à luz do dossiê ora remetido, tome as providências necessárias e em caráter de urgência no sentido de salvar as vidas de nossos estimados filhos, Fernando e Eduardo.

Desde já receba as nossas sinceras orações.

Atenciosamente,

Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira
Risoleta Meira Collier

21 de agosto de 1974

Ref.: CASO 1844

Estimadas señoras:

En ausencia del Secretario Ejecutivo de la Comisión, Dr. Luis Reque, cúmpleme referirme a su atenta comunicación de 15 de junio de 1974, recibida en esta Secretaría el 21 de junio último, junto con los documentos anejos a la misma, en relación con la detención y desaparición de los señores Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira y Eduardo Collier Filho.

La Comisión en nota de 14 de agosto de 1974, ha solicitado del Gobierno del Brasil la información correspondiente, de conformidad con su Reglamento. Tan pronto recibamos respuesta de dicho Gobierno tendremos mucho gusto en hacérsela conocer.

Aprovecho la oportunidad para expresar a ustedes el testimonio de mi consideración más distinguida.

Alvaro Gómez
Asistente Especial del
Secretario Ejecutivo

Señora
Risoleta Meira Collier y otra
Rua Santa Clara, 358 Apt. 101
Copacabana, Brasil 20000 GB

.....

7 de noviembre de 1974

Ref.: CASO 1844

Estimadas señoras:

En relación con su comunicación de 15 de junio de 1974, respecto de la detención de los señores Fernando Augusto de Oliveira y Eduardo Collier Filho, en el Brasil, cúpleme informarles que la Comisión consideró este caso en el curso de su 34.º período de sesiones, celebrado en esta ciudad, del 15 al 25 de octubre último, y acordó reiterar al Gobierno del Brasil el envío de las informaciones solicitadas el 14 de agosto de 1974.

Aprovecho la oportunidad para expresar a ustedes el testimonio de mi consideración más distinguida.

Secretario Ejecutivo
Luis Reque

Señora
Risoleta Meira Collier y otra
Rua Santa Clara, 358 Apt. 101
Copacabana, Brasil 20000 GB

Ref.: CASO 1844

Estimadas señoras:

Cúmpleme informarles que el Gobierno del Brasil en nota de 9 de diciembre del corriente año, ha dado respuesta a la solicitud de información de la Comisión, respecto de la denuncia presentada por ustedes. A continuación se transcriben las partes pertinentes de dicha respuesta:

"1.º Consultados os órgãos de investigação, verificou-se ser inverídica a denúncia de que Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho tenham sido detidos no dia 23 de fevereiro de 1973, em Copacabana, Rio de Janeiro, e transferidos para São Paulo, à disposição do II Exército;

"2.º Os pedidos de "habeas corpus" em favor dos indiciados foram considerados prejudicados.

"Em favor de Eduardo Collier Filho foram impetrados, junto ao Superior Tribunal Militar, os "habeas corpus" de números 31.197/Gb e 3.253/SP, figurando como relatores os Ministros Alcides Carmo (julgado em 18 de abril de 1974) e Hélio Leite (julgado em 17 de julho de 1974), respectivamente.

"Em favor de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, foi impetrado o "habeas corpus" de número 31.206/Gb, sendo relator da matéria, no Superior Tribunal Militar, o Ministro Silvio Moutinho (julgado em 17 de julho de 1974).

"3.º Na data de 12 de setembro de 1972, foi expedido mandado de prisão, oriundo da 1.ª Auditoria da 2.ª Circunscrição Judiciária Militar, contra Eduardo Collier Filho.

"A ordem judicial supramencionada não foi cumprida até a presente data, em decorrência de encontrar-se o indiciado em local incerto e não sabido.

"4.º Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira acha-se na clandestinidade e é procurado pelos Órgãos de Segurança, a fim de ser processado por atividades subversivas".

Si ustedes tuvieren observaciones que formular a estas informaciones, esta Secretaría solicita que se sirvan hacerlo en tiempo oportuno de forma que puedan ser consideradas por la Comisión en su próximo período de sesiones.

Aprovecho la oportunidad para expresar a ustedes el testimonio de mi consideración más distinguida.

Luis Reque
Secretario Ejecutivo

Señoras
Elzita Santa Cruz Oliveira y
Risoleta Meira Collier
Rua Manuel de Barros Lima, 210
Bairro Novo — Olinda
Pernambuco, Brasil

21 de agosto de 1984

Ref. n.º G/SO 217/1 BRAZ

Estimada Señora:

Tengo el agrado de dirigirme a usted, en nombre del Grupo de Trabajo sobre Desapariciones Forzadas o Involuntarias, con motivo de la desaparición de Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira.

Sobre este caso, el Grupo recibió una denuncia enviada por usted, que transmitió oportunamente al Gobierno de Brasil.

El Gobierno de Brasil respondió que la persona desaparecida no registra ninguna causa penal en los archivos correspondientes.

El Grupo de Trabajo está dispuesto a considerar cualquier observación o información adicional que usted desee hacerle llegar.

Le saluda atentamente.

Mirta S. de Teitelbaum
Centro de Derechos Humanos

Señora Márcia Freitas Santa Cruz
Rua Pereira da Silva, 492
Apt. 504 — bl. B
CEP 22221 Laranjeiras
Rio de Janeiro
Brasil

Olinda, 18 de fevereiro de 1975

Exmo. Sr. Ministro Armando Falcão
Ministério da Justiça
Brasília DF.

A signatária, mãe de FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, foi surpreendida com a Nota Oficial do Ministério da Justiça, divulgada em 6 de fevereiro pela Imprensa falada e escrita em que são prestadas informações sobre 27 pessoas dadas como desaparecidas, com os respectivos registros constantes dos Órgãos de Segurança.

Entre as pessoas desaparecidas, encontra-se o meu filho Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, fato ocorrido no dia 23 de fevereiro de 1974, na Guanabara, quando se encontrava com o seu amigo, Eduardo Collier Filho, conforme alegações apresentadas pelos seus advogados ao Superior Tribunal Militar.

Iniciou-se uma verdadeira maratona de seus familiares em busca de informações por este Brasil afora, desde os presídios civis e militares, Ministérios, no sentido de localizá-lo e ter a certeza da autoridade responsável pela sua custódia, afim de que fosse permitido o acesso de advogados e familiares.

Apesar das negativas das autoridades responsáveis, as informações, fatos e indícios, que obtivemos junto às pessoas e Instituições indicavam a sua prisão, os quais foram relatados minuciosamente a sua Excia. Sr. Ministro Golbery do Couto e Silva, em entrevista mantida em 7 de agosto de 1974, promovida pelo Revmo. Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns. (Conforme carta anexa)

O teor da Nota Oficial expedida por V. Excia. no que se refere ao meu filho, perpetua a incerteza de seu destino, razão pela qual sinto-me na obrigação de assumir na qualidade de mãe, a sua defesa já que ele não pode se manifestar. Mas faço também imbuída dos princípios de Justiça e Verdade, que são postulados sagrados que norteiam o comportamento humano.

A afirmação — “encontra-se na clandestinidade” a ele atribuída, é paradoxal e para contestá-la informa a V. Excia. que: Fer-

nando Augusto era funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, residente à Rua Diana, 698 — Bairro Perdizes — S.P., tendo portanto residência e emprego fixo, sendo responsável pelo sustento material de sua esposa e filho. Para maiores esclarecimentos do que afirmo junto a esta, recibo de aluguel em seu nome e contra-cheques referentes ao mês de janeiro e inclusive poderá ser verificado na repartição em que trabalhava o seu cartão de ponto, marcando a sua presença, sempre pontual até a véspera do seu desaparecimento — dia 22 de fevereiro de 1974.

Sr. Ministro da Justiça, que clandestinidade seria esta, que transformaria um filho, respeitoso, carinhoso e digno em um ser cruel e desumano, que desprezaria a dor de sua velha mãe, a aflição de sua jovem esposa e o carinho de seu filho muito amado?

É fácil de concluir, que qualquer pessoa, mesmo perseguida em qualquer lugar onde estiver teria como enviar uma palavra de calma e tranqüilidade aos seus familiares.

Não posso aceitar pura e simplesmente o argumento de V. Excia. tendo em vista os fatos, indícios e informações já apresentadas ao Exmo. Sr. Ministro Golbery do Couto e Silva e espero que não se dê por esgotado este episódio, propiciando com a sua interferência esclarecimentos sobre o que realmente aconteceu ao meu filho.

Escrevo esta carta movida pela crença que os sentimentos de Justiça e de respeito à dignidade da pessoa humana nortearão a conduta de V. Excia. e do Exmo. Sr. Presidente da República.

Atenciosamente,
Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira
(Firma Reconhecida)

Obs.: Como se trata de retificação de notícia, comunico-lhe que enviarei cópia deste à imprensa, para os fins do art. 29, letra *b*, da Lei n.º 5.250 — 9-2-67. (publicada na íntegra no *Jornal da Tarde* de 26/2/75)

Elzita de Santa Cruz Oliveira
Rua Manuel de Barros Lima, 210
Olinda PE. Tel.: 29-0442

OS ESPERANTES

Tristão de Athayde

Há um conto de Alphonse Daudet, que se passa logo depois da guerra de 1870. Pequena farmácia de uma aldeia francesa. Uma velha senhora fazendo crochê por detrás do balcão. Raros fregueses. Mas cada vez que ressoa o tímpano da porta da rua, a velhinha estremece, sobressalta-se e olha. "Será meu filho?" Foi para a guerra e não voltou. *Disparu*, segundo o frio comunicado militar. Ela, porém, espera sempre. Anos e anos seguidos. Em vão.

Nas páginas dramáticas do Doutor Jivago, mais de meio século depois, cenas semelhantes. Lara some no tumulto dos acontecimentos. Jivago a entrevê, de longe, mais tarde, num encontro furtivo de rua, sem poder sair do veículo para falar-lhe. Lá se foi. Foge-lhe das mãos, do olhar, da vida, como um naufrago que o mar sepulta. Nunca mais. Nunca mais. Viva ou morta?

As guerras e as revoluções são implacáveis e desumanas. Cenas como essas se multiplicaram de tal modo, depois de 1914, que a nossa sensibilidade vai-se embotando, a ponto de passarmos todos a ser cúmplices desses atentados, contra os únicos motivos de desfrutarmos dignamente o que a vida nos oferece de melhor: viver ao lado de quem se ama.

Quando quero evocar o que talvez não passe de uma ilusão fugaz de paz perdida, como um sinal das futuras catástrofes de separações definitivas, que as guerras e revoluções trariam, lembro um desenho de Helleu, numa *Illustration Française* de 1913. Um terraço ao crepúsculo. Uma pequena mesa com dois lugares e uma lâmpada. Uma moça de bruços na amurada, os olhos perdidos na distância. Título: *Le retard du train*. Tudo apenas sugerido. Uma simples espera talvez. Apenas um atraso. Mas também, quem sabe? Todas as esperas são ambíguas, como a própria esperança, onde há sempre um grão de desespero possível. Antes de 1914 era apenas o trem atrasado. Agora, são os trens descarrilados.

O que transcende porém, no traço do artista ou na palavra dos romancistas, ao valor intrínseco do poder de evocação, é que a realidade é muito mais trágica do que todas as fantasias. Nenhum pincel pode exprimi-la totalmente. Nenhum texto reproduzi-la intacta. Especialmente quando secreta. Quando não se exprime.

Quando não pode exprimir-se. Quando tem de ser sepultada no segredo dos lares, e na noite dos corações feridos.

Em silêncio. Eu quisera despojar estas minhas palavras de qualquer traço de intenção literária, por mais que considere a literatura e toda arte como uma forma de vida tão válida e quase tão patética como a própria vida. Ou como a morte. Mas a vida que não se exprime, nem por palavras nem por formas, transcende tudo o que a expressão quer traduzir esteticamente. As grandes tragédias, as grandes dores com os grandes amores, também, ou as grandes alegrias, são os que o silêncio encobre.

Há neste momento, no Brasil, sem que sequer se possa citar-lhes os nomes, ao lado de nós, dezenas de lares e neles centenas de corações, que sofrem em silêncio a tragédia da espera, de dúvida sobre a vida ou a morte dos seus mais queridos. São pais, irmãos, noivas, mulheres, quem sabe maridos, que esperam surgir o ausente, de um momento para outro, sempre que se abre a porta da rua. Ou sonham com a cena, nos intervalos das insônias. Ou pior ainda, quando as portas em que batem, os cansados de esperar, se fecham de todo ou mal se entreabrem.

E as vozes que respondem, se respondem, às interrogações angustiadas se limitam a dizer que por aqui não passou a pessoa que a senhora procura. Não existe sinal algum de sua prisão. Vamos ver o que se pode fazer. Tenha paciência. Espere. Tudo vai acabar bem. "Mas, doutor, até mesmos os estrangeiros, presos como subversivos, podem falar com seus cônsules, com os seus familiares e quando são expulsos, declara-se abertamente porque foram presos e banidos. Sabemos que voltam para países e suas famílias. E nós não conseguimos sequer saber, para onde foram nossos maridos, nossos pais, nossos filhos. Ficamos aqui implorando em vão, de sua caridade, uma palavra de seu coração de pai, ou de filho, ou de irmão. Até quando, doutor, até quando?"

Quando passam os dias, passam os meses, passam os anos talvez, e a espera continua vã. As promessas continuam vãs. O destino dos desaparecidos continua envolto no mesmo mistério. Os textos legais mais explícitos podem exigir que não se façam prisões secretas, que se divulgue o paradeiro de quem quer que tenha de responder por um delito ou por sua participação comprovada em atos capitulados em lei como criminosos. O mesmo está expresso em solenes documentos internacionais subscritos pelo Brasil.

E, no entanto, a sombra do segredo e do silêncio continua a rondar os lares dos desaparecidos. Continua a torturar os corações

dos que esperam a cada momento, mas sempre em vão, que o martírio da espera vã, acabe tocando o coração impossível dessas figuras, que se tornam tanto mais sombrias quanto mais indistintas, mais vagas, mais imateriais, pela impersonalidade, pela indenominação, pela inexistência de um determinado responsável. Pois não há autoridade mais terrível do que a autoridade que ignoramos quem seja. Não há tortura moral mais tremenda do que a incessante peregrinação pelas portas fechadas, pelos ouvidos moucos, pelos muros intransponíveis, ouvindo promessas que o vento leva. Puro Kafka ao vivo. A não ser a de uma esperança continuamente frustrada pela decepção. A de uma paciência que se converte em amargura e acaba no suicídio branco do conformismo, ou no desespero que leva à loucura ou à revolta cega, como a dessa multidão de operários suburbanos, queimando, desatinada, mas tão compreensivelmente, os seus próprios meios de transporte. Até quando haverá, no Brasil, mulheres que não sabem se são viúvas, filhos que não sabem se são órfãos, criaturas humanas que batem em vão em portas implacavelmente trancadas, de um Brasil, que julgávamos ingenuamente isento de tais insanas crueldades?"

Jornal do Brasil — 23.10.74

ATÉ QUANDO?

Tristão de Athayde

Como pode ter passado despercebida a notícia, veiculada por este e outros jornais, sobre as violências policiais ou antipoliciais que prosseguem em nosso meio, peço àqueles que já leram essa comunicação, que passem adiante sem a reler ou, então, passem adiante o que já leram.

“O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu, por unanimidade, enviar memorial ao Presidente Geisel, denunciando todas as violências praticadas, não só contra advogados, mas contra cidadãos de modo geral. Inicialmente o professor Caio Mário da Silva Pereira comunicou aos presentes à reunião do Conselho Federal da OAB já ter enviado ao Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão, ofício solicitando que cessassem as prisões irregulares de advogados em vários pontos do Brasil. No ofício apontou Brasília, Rio Grande do Sul e Bahia como os Estados onde são mais freqüentes essas prisões irregulares. Em seguida por unanimidade, a OAB decidiu enviar ao Presidente Geisel memorial denunciando as violências. Para o professor Heleno Fragoso o documento a ser enviado deverá ser rigoroso, ponderado e sereno. Mas deverá mostrar que a tortura continua sendo rotina na investigação criminal no Brasil. Também foi aprovada a proposta do advogado Sobral Pinto para que seja feito junto ao Supremo Tribunal Federal, protesto da classe contra o diagnóstico do Judiciário, que contém inverdades sobre os advogados.”

Jornal do Brasil — 23.7.75

Essa luta dos nossos advogados contra os abusos do policiamento descontrolado faz honra a uma classe tão freqüentemente desprestigiada. E que já sofreu o sarcasmo daquela anedota sobre a discussão que houve na porta do céu, entre um candidato à imortalidade celeste e o santo porteiro, que não queria reconhecer seus documentos. Mandando chamar um advogado para dirimir a questão, verificaram não ser possível... por não haver nenhum lá dentro.

Não se trata, porém, no caso presente, de exaltar uma classe nem de denunciar abusos, que nunca estaremos bastante cansados

de proclamar, enquanto permitirem a divulgação de tais fatos. Faço a reserva porque, ainda há pouco tempo, não consegui dar publicidade a uma carta do ilustre Arcebispo de João Pessoa, D. José Maria Pires, ao próprio Presidente da República e ao Ministro da Justiça, protestando contra um desses abusos por ele próprio pessoalmente presenciado.

Ora, de duas uma. Ou estamos solapados por movimentos subversivos de grupos armados que ameaçam impor, ao nosso país, o mau exemplo das violências cotidianas, que agitam o maior dos nossos vizinhos continentais. E nesse caso, é falsa a propaganda, que diariamente se faz aqui e no estrangeiro, sobre a paz e a ordem não varsoviana que reinam em nossa terra, convidando à vista disso os "capitais estrangeiros" a virem, sem demora, comprar ações em nossas Bolsas e movimentar fábricas com mão-de-obra barata. Ou essas ameaças e esses perigos são imaginários, como estou convencido, e nesse caso os abusos da repressão só conseguem solapar as nossas estruturas políticas e aumentar a tensão entre o Governo e o povo. Que existe realmente uma insegurança enorme em nossa vida cotidiana, à vista dos assaltos diários a pessoas e instituições, disso não há dúvida. Mas se tal acontece é, precisamente, porque dão muito mais importância à pretensa subversão política, até mesmo por pressões estrangeiras, e não se liga a devida importância à criminalidade comum que nos assola. Precisamos de mais polícia e de menos policialismo. E de garantias legais e concretas para que cessem esses abusos que levaram o Conselho Federal da Ordem dos Advogados a tomar a iniciativa que tomou. Estamos cansados de receber, semanalmente, denúncias desse tipo. Algumas serão falsas. Outras exageradas. Mas, desgraçadamente, a maioria é apenas um reflexo da mais triste e dolorosa realidade.

Ainda há dias recebi cópia de algumas cartas patéticas, escritas pelo Marechal Juarez Távora, às nossas autoridades militares pedindo, em vão, notícias de um desses desaparecidos desde fevereiro de 1974, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, reveladoras desse grande espírito. Evidentemente em vão. Um governo forte não precisa de mistério para garantir a ordem pública. Muito menos da utilização de processos antijurídicos para garantir a prática da Justiça. Bem sei que os maus efeitos só se corrigem suprimindo as causas e não combatendo apenas os próprios efeitos. Muito menos ocultando-os. Mas ainda que as causas institucionais não possam ser imediatamente corrigidas, é imperativo que se modifiquem os processos repressivos, denunciados por esses nossos tantas vezes

heróicos advogados criminais. E que, pelo menos, se conheça a verdade do que realmente se faz, por trás das cortinas sob pretexto da proclamada Segurança Nacional.

Jornal do Brasil — 22.08.75

P O E M A

“À hora da chamada
Vê-se quantos faltam
Ficaram na Estrada

À hora da chamada
Vê-se quantos vieram
O que eles têm a contar?

À hora da chamada
com braços levantados
olhos fechados chorando

À hora da chamada
com mãos unidas
Fazemos silêncio

Passaram eles passamos nós
por pedaços incontáveis
Cada qual com suas lembranças
Da dor sentida nos caminhos

A cada chamada
Que sentimos a falta de um
Dói no fundo do peito
Como uma tortura
Um choque elétrico
Descendo da cabeça aos pés
Subindo dos pés à cabeça

A cada chamada
Que sentimos a falta de um
Dói no fundo do peito
como na morte
um corpo jogado no mar
Enterrado num campo
que nunca foi santificado

A cada chamada
que sentimos a falta de um
Dói no fundo do peito
como uma mãe
recebendo uma carta lacônica
Dizendo: eis seu filho
E dentro só encontra
uma mecha de cabelo e cinzas

A cada chamada
que sentimos a presença de um
Dói no fundo do peito
Por aqueles que não puderam
Por aqueles que não deixaram vir
Por aqueles que gostariam
Por aqueles que adorariam
Vir”

Paulo Henrique Leite Pereira

PRESOS POLÍTICOS DESAPARECIDOS

“suas prisões não foram reconhecidas e nem suas mortes assumidas pelo governo”.

- ALUISIO PALHANO PEDREIRA FERREIRA — São Paulo, 06/05/71
- ANA ROSA KUCINSKI SILVA — São Paulo, 22/04/74
- ANTÔNIO DOS TRÊS REIS OLIVEIRA — São Paulo, 10/05/70
- ANTÔNIO JOAQUIM MACHADO — Rio de Janeiro, 15/02/71
- ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO — Rio, Setembro/73
- AYLTON ADALBERTO MORTATI — São Paulo, 04/11/71
- BENJAMIN DE OLIVEIRA TORRES — Rio, Agosto/70
- CAIUBY ALVES DE CASTRO — Rio, 12/11/73
- CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS — Rio, 15/02/71
- CELSO GILBERTO DE OLIVEIRA — Rio, 26/12/70
- DAVID CAPISTRANO DA COSTA — Uruguaiana X São Paulo, 16/03/74
- DURVALINO DE SOUZA — Goiás/1973
- EDGAR AQUINO DUARTE — São Paulo, 20/05/71
- ELENI TELES PEREIRA GUARIBA — São Paulo, 12/07/71
- EDUARDO COLLIER FILHO — Rio, 23/02/74
- ELSON COSTA — São Paulo, 15/01/75
- EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA — Recife, 11/03/72
- FELIX ESCOBAR SOBRINHO — Rio, Setembro/71
- FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA — Rio, 23/02/74
- FREDERICO EDUARDO MAYR — São Paulo, 25/02/71
- HÍRAN DE LIMA PEREIRA — São Paulo, Janeiro/1975
- HONÉSTINO MONTEIRO GUIMARÃES — Rio, 10/10/73
- HUMBERTO ALBUQUERQUE CÂMARA NETO — Rio, 8/10/73
- IEDA SANTOS DELGADO — São Paulo, 18/04/74
- INÁCIO DA SILVA MAFRA — Rio Grande do Sul, 1976
- ISSAMI NAKAMURA OKAMO — São Paulo, 14/05/74
- ISIS DIAS DE OLIVEIRA — Rio, 30/01/72
- ITAIR JOSÉ VELOSO — Rio, 25/05/75
- IVAN MOTA DIAS — Rio, 15/05/71
- JAIME AMORIM DE MIRANDA — Rio, 04/02/75
- JEAN HENRY RAYA — Rio, 21/11/73
- JOÃO ALFREDO — Paraíba, 29/08/64

JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA — Bahia, Dezembro/72
JOÃO MASSENA MELO — São Paulo, 03/04/1974
JOEL VASCONCELOS DOS SANTOS — Rio, 16/03/71
JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA — Rio, 20/10/70
JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA — São Paulo, 29/09/75
JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA — Brasília, 07/06/73
JOSÉ ROMAN — Uruguaiana X São Paulo, 16/03/74
LUIS DE ALMEIDA ARAÚJO — São Paulo, 20/06/71
LUIZ INÁCIO MARANHÃO FILHO — São Paulo, 03/04/74
LUIZ EURICO TEGERA LISBOA — São Paulo, Agosto/1972
MARCO ANTÔNIO DIAS BATISTA — Goiás, Maio/1970
MARIANO JOAQUIM DA SILVA — Recife, 01/05/71
MARIO ALVES DE SOUZA VIEIRA — Rio, 16/01/70
NESTOR VERAS — Belo Horizonte, Abril/1975
ORLANDO ROSA BONFIM JUNIOR — Rio, 08/10/75
PAULO CESAR BOTELHO MASSA — Rio, 30/01/72
PAULO COSTA RIBEIRO BASTOS — Rio, 10/07/72
PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA — Rio, 12/07/71
PAULO STUART WRIGHT — São Paulo, Setembro/1973
PAULO TORRES FERNANDES GONÇALVES — Rio, 26/03/64
PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO — João Pessoa, 10/09/64
RAMIRES MARANHÃO DO VALE — Rio, 27/10/73
RUBENS BEIRODT PAIVA — Rio, 20/01/71
RUI CARLOS VIEIRA BERBERT —
RUI FRAZÃO SOARES — Petrolina-Pe, 27/05/74
SERGIO LANDULFO FURTADO — Rio, 10/07/72
STUART EDGARD ANGEL JONES — Rio, 14/05/71
THOMÁS ANTÔNIO DA SILVA MEIRELLES NETO
— Rio X São Paulo, 07/05/74
VIRGILIO GOMES DA SILVA — São Paulo, 29/09/69
VITORINO ALVES MOITINHO — Rio, 27/10/73
WALTER RIBEIRO NOVAES — Rio, 12/07/71
WALTER DE SOUZA RIBEIRO — São Paulo, 13/04/74
WILSON SILVA — São Paulo, 06/02/75

RELAÇÃO DE PESSOAS MORTAS E DESAPARECIDAS

na Guerrilha do Araguaia

ADRIANO FONSECA FERNANDES FILHO
ANDRÉ GRABOIS
ANTONIO ALFREDO CAMPOS
ANTÔNIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA
ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS
ANTÔNIO DE PÁDUA COSTA
ANTÔNIO LISBOA BRITO
ANTÔNIO TEODORO DE CASTRO
ARILDO VALADÃO
AUREA ELISA PEREIRA VALADÃO
ANTÔNIO FERREIRA PINTO
BERGSON GURJÃO FARIAS
CILON DA CUNHA BRUN
CIRO FLÁVIO SALAZAR E OLIVEIRA
CUSTÓDIO SARAIVA NETO
DANIEL RIBEIRO CALLADO
DINALZA SANTANA COQUEIRO
DINALVA OLIVEIRA TEIXEIRA
DIVINO FERREIRA DE SOUZA
DERMERVAL DA SILVA PEREIRA
ELMO CORRÊA
JOSÉ FRANCISCO CHAVES
LIBENO GIANCARLO CASTIGLIA
GILBERTO OLIMPIO MARIA
GUILHERME GOMES LUND
HELENIRA REZENDE DE SOUZA NAZARETH
HÉLIO LUIZ NAVARRO DE MAGALHÃES
IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO
JAIME PETIT DA SILVA
JANA MORONI BARROSO
JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO
JOÃO GUALBERTO
JOSÉ HUMBERTO BRONCA
JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA
JOSÉ LOURIVAL PAULINO
JOSÉ MAURÍLIO PATRÍCIO

JOSÉ LIMA PIAUHY DOURADO
KLEBER LEMOS SILVA
LUCIO PETIT DA SILVA
LUIZ RENÉ SILVEIRA E SILVA
LUZIA AUGUSTO GARLIPPI
MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS
MANUEL JOSÉ MURCHIS
MARIA CÉLIA CORREA
MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA
MAURÍCIO GRABOIS
LUCIA MARIA DE SOUZA
NELSON LIMA PIAUHY DOURADO
ORLANDO MOMENTE
OSVALDO ORLANDO DA COSTA
PAULO ROBERTO PEREIRA MARQUES
PAULO MENDES RODRIGUES
PEDRO ALEXANDRINO DE OLIVEIRA
ROSALINDO DE SOUZA
RODOLFO DE CARVALHO TROIANO
SUELI JAMIKO KNAYAMA
SELMA REGINA CORDEIRO CORRÊA
TOBIAS PEREIRA JUNIOR
UIRASSÚ DE ASSIS BATISTA
VANDICK REIDNER PEREIRA COQUEIRO
VALQUÍRIA AFONSO COSTA

LISTA PARCIAL DE CAMPONESES DESAPARECIDOS

na Guerrilha do Araguaia

CARRETEL
FREDERICO
JOAQUINZÃO
ANTÔNIO ALFAIATE
JOSÉ
LOURIVAL PAULINO
LUISÃO (Pai)
LUISINHO (Filho)

NO CHILE

LUIZ CARLOS ALMEIDA — 1973
MILTON DA SILVA — 1973
NELSON DE SOUZA KOHL — 1973
ONOFRE PINTO — 1973
TÚLIO QUINTILIANO — 1973
WANI JOSÉ DE MATOS

NA ARGENTINA

DANIEL JOSÉ DE CARVALHO — 1973
EDMUR PÉRICLES CAMARGO — 1973
FRANCISCO TENÓRIO JUNIOR — 1976
JORGE ALBERTO BASSO — 1976
JOÃO BATISTA RITA PEREDA — 1973
JOAQUIM PIRES CERVEIRA — 1973
JOEL JOSÉ DE CARVALHO — 1973
JOSÉ LAVECHIA — 1973
LUIZ RENATO DO LAGO FARIA — 1980
MARIA REGINA MARCONDES PINTO — 1976
ROBERTO RASCADO RODRIGUES — 1977
SIDNEY FIX MARQUES DOS SANTOS — 1976
WALTER KENNETH NELSON FLEURY — 1976

CIDADÃOS ARGENTINOS DESAPARECIDOS NO BRASIL

JORGE OSCAR ADLUR — 1980
NORBERTO ARMANDO HABEGGER — Rio, 03/08/78
MONICA BINSTOCK
SR. CAMPIGLIA

PRESOS POLITICOS ASSASSINADOS

ANO DE 1964

ALBERTINO JOSÉ DE OLIVEIRA, Vitória de Santo Antão —
PE, 24/04

ALFEU DE ALCANTARA MONTEIRO — Porto Alegre — RS,
04/04

ASTROGILDO PASCOAL VIANA — Manaus — AM, 01/04

BERNARDINO SARAIVA — São Leopoldo — RS, 14/15

CARLOS SCHIRNER — Belo Horizonte — MG, 05/05

DILERMANDO MELO NASCIMENTO, Rio de Janeiro — RJ
14/08

EDU BARRETO LEITE — Rio de Janeiro — RJ, 13/04

IVAN ROCHA AGUIAR — Recife — PE, 01/04

JOSÉ DE SOUZA — Rio de Janeiro — RJ, 11/04

JONAS JOSÉ ALBUQUERQUE BARROS — Recife — PE, 01/04

MANOEL ALVES DE OLIVEIRA — Rio de Janeiro — RJ, 08/04

ANO DE 1965

SEVERINO ELIAS DE MELO — Rio de Janeiro — RJ, 30/07

SILVANO SOARES DOS SANTOS — Rio Grande do Sul, abril

ANO DE 1966

MANUEL RAIMUNDO SOARES — Porto Alegre, 24 de agosto

ANO DE 1967

MILTON PALMEIRA DE CASTRO — Juiz de Fora — MG,
Setembro

ANO DE 1968

CLÓVIS DIAS AMORIM — Rio de Janeiro, 23 de Outubro

DAVID DE SOUZA MEIRA — Rio de Janeiro, 01 de Abril

EDSON LUIZ DE LIMA SOUTO — Rio de Janeiro, 28 de março

FERNANDO DA SILVA LOBO — Rio de Janeiro, 21 de junho

JOÃO FRAZÃO DUTRA — Rio de Janeiro 28 de março

JORGE APRIGIO DE PAULA — Rio de Janeiro, 01 de abril

JOSÉ CARLOS GUIMARÃES — São Paulo, 03 de outubro

LUIZ CARLOS AUGUSTO — Rio, 23 de outubro

LUIZ PAULO DA CRUZ NUNES — Rio de Janeiro, 09 de no-
vembro

MARIA ANGELA RIBEIRO — Rio de Janeiro, 21 de junho

ORNALINDO CANDIDO DA SILVA — Goiânia — GO, 01 de
abril

ANO DE 1969

PE. ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA NETO — Recife — PE,
26 de maio

CARLOS MARIGUELA — São Paulo, 04 de novembro

CARLOS ROBERTO ZANINATO — Rio de Janeiro, 25 de junho

CHAEEL CHARLES SCHREIER — Rio de Janeiro, 22 de novembro

EREMIAS DOLISFIKOV — Rio de Janeiro, 06 de outubro

FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA — São Paulo, 30
de julho

HAMILTON FERNANDO CUNHA — São Paulo, 08 de fevereiro

JOÃO DOMINGUES DA SILVA — São Paulo, 23 de setembro

JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA — Recife, 07 de outubro

JOÃO LUCAS ALVES — Belo Horizonte, 06 de março

JOSÉ WILSON LESSA SABAG — São Paulo, 03 de setembro

LUIZ FOGAÇA BALBONI — São Paulo, 24 de setembro

MARCO ANTONIO BRÁS DE CARVALHO — São Paulo, 29
de janeiro

NELSON JOSÉ DE ALMEIDA — Teófilo Otoni — MG, 11 de
abril

REINALDO SILVEIRA PIMENTA — Rio de Janeiro, 27 de junho

ROBERTO CIETO — Rio de Janeiro, 04 de setembro

SEVERINO VIANA COLON — Rio de Janeiro, abril

SEBASTIÃO GOMES DA SILVA — Cachoeira de Cacacu — RJ,
abril

ANO DE 1970

ABELARDO RAUSH ALCANTERA — Brasília, 13 de dezembro

ALCERI MARIA GOMES DA SILVA — São Paulo, 10 de maio

AVELMAR MOREIRA BARROS — Porto Alegre, abril

ANTONIO RAIMUNDO OLIVEIRA LUCENA — Atibaia, 20 de
fevereiro

ARI DE ABREU LIMA DA ROSA — Rio Grande do Sul, no-
vembro

ARI DA ROCHA MIRANDA — São Paulo, novembro

DORIVAL FERREIRA — São Paulo, 03 de abril

EDUARDO LEITE — São Paulo, 8 de dezembro

EDSON CABRAL SARDINHA — São Paulo, 23 de setembro

EDSON NEVES QUARESMA — São Paulo, 5 de dezembro

EIRALDO PALHA FREIRE — Rio de Janeiro, 1.º de julho

LOELSON CRISPIM — São Paulo, 23 de abril
JOSÉ ROBERTO SPIGNER — Rio de Janeiro, 17 de dezembro
JOSÉ IDÉSIO BRIANESI — São Paulo, 14 de abril
JOAQUIM CAMARA FERREIRA — São Paulo, 23 de outubro
YOSHITAMI FUJIMORE — São Paulo, 5 de dezembro
JUAREZ GUIMARÃES BRITO — Rio de Janeiro, 18 de abril
LUCIMAR BRANDÃO GUIMARÃES — Minas Gerais, 31 de agosto
LUIZ AFONSO MIRANDA DA COSTA REGO — Rio de Janeiro, fevereiro
MARCO ANTONIO SILVA LIMA — Rio de Janeiro, 13 de janeiro
NORBERTO NEHRING — São Paulo, 24 de abril
OLAVO HANSEN — São Paulo, 8 de maio
ROBERTO MACARINI — São Paulo, 28 de abril

ANO DE 1971

ADERVAL ALVES COQUEIRO — Rio de Janeiro, 6 de fevereiro
ALDO SÁ BRITO DE SOUZA NETO — Belo Horizonte — MG, 10 de janeiro
AMARO LUIZ DE CARVALHO — Recife — PE, 22 de agosto
ANTONIO SERGIO DE MATOS — São Paulo, 23 de setembro
CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY — Rio de Janeiro, 10 de dezembro
CARLOS LAMARCA — Bahia, 28 de agosto
CELIO AUGUSTO GUEDES — Rio de Janeiro, 15 de agosto
DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO — São Paulo, 7 de abril
DIMAS ANTONIO CASEMIRO — São Paulo, 17 de abril
EDUARDO ANTONIO DA FONSECA — São Paulo, 23 de setembro
FLÁVIO DE CARVALHO MOLINA — São Paulo, 5 de novembro
FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA — São Paulo, 5 de novembro
GERSON TEODORO DE OLIVEIRA — Rio de Janeiro, 15 de março
JOAQUIM ALENCAR DE SEIXAS — São Paulo, 17 de abril
JOSÉ CAMPOS BARRETO — Bahia, 28 de agosto
JOSÉ GOMES TEIXEIRA — Rio de Janeiro, 11 de junho
JOSÉ MANUEL MENDES NUNES DE ABREU, São Paulo, 23 de setembro

JOSÉ MILTON BARBOSA — São Paulo, 5 de dezembro
JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA — Rio de Janeiro, 5 de agosto
JOSÉ ROBERTO ARANTES DE ALMEIDA — São Paulo, 5 de
novembro
LUIS ANTONIO SANTA BÁRBARA — Fazenda Buriti — BA,
28 de agosto
LUIS EDUARDO DA ROCHA MERLINO — São Paulo, 15 de
julho
LUIS HIRATA — São Paulo, dezembro
MERILENE VILLAS BOAS PINTO — Rio de Janeiro, 3 de abril
MARIO DE SOUZA PRATA — Rio de Janeiro, 3 de abril
MAURICIO GUILHERME DA SILVEIRA — Rio de Janeiro, 15
de março
NILDA CARVALHO CUNHA — Bahia, 14 de novembro
ODIJAS CARBALHO DE SOUZA — Pernambuco, 8 de fevereiro
OTONIEL CAMPOS BARRETO — Bahia, 28 de agosto
RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA — São Paulo, 5 de janeiro
RAIMUNDO GONÇALVES FIGUEIREDO — Recife, 27 de abril
REUL AMARO NIN FERREIRA — Rio de Janeiro, 12 de agosto
YARA YAVELBERG — Bahia, 6 de agosto

ANO DE 1972

ALEXANDRE DE PAULA XAVIER PEREIRA — São Paulo, 27
de fevereiro
ALEXANDRE JOSÉ IBSEN VOEROES — São Paulo, 27 de fe-
vereiro
ANA MARIA NACINOVIC CORREIA, São Paulo, 14 de junho
ANTONIO BENETAZZO — São Paulo, 30 de outubro
ANTONIO CARLOS NOGUEIRA CABRAL — São Paulo, 1.º de
abril
ANTONIO MARCOS PINTO DE OLIVEIRA — Rio de Janeiro,
29 de março
ARNO PREISS — Goiás, 15 de fevereiro
AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO — Rio de Janeiro,
11 de novembro
CARLOS NICOLAU DANIELLI — São Paulo, 31 de dezembro
FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA, Rio de Janeiro, 29 de
Dezembro
GASTONI LUCIA BELTRÃO — São Paulo, 21 de janeiro
GERSON REICHER — São Paulo, 27 de fevereiro

GETULIO DE OLIVEIRA CABRAL — Rio de Janeiro, 29 de dezembro
GRENALDO JESUS DA SILVA — São Paulo, 30 de maio
HELICIO PEREIRA FORTES — Rio de Janeiro, 28 de janeiro
HIROAKI TORIGOI — São Paulo, 5 de janeiro
ISMAEL SILVA JESUS — Goiás, 9 de agosto
JEOVÁ ASSIS GOMES — Goiás, 9 de janeiro
JOÃO CARLOS CAVALCANTI REIS — São Paulo, 30 de outubro
JOÃO MENDES ARAUJO — Olinda — PE, 24 de janeiro
JOSÉ BARTOLOMEU RODRIGUES DE SOUZA — RJ, 29 de dezembro
JOSÉ INOCÊNCIO PEREIRA — Escada — PE, 05 de novembro
JOSÉ JULIO ARAUJO — São Paulo, 18 de agosto
JOSÉ SILTON PINHEIRO — Rio de Janeiro, 29 de dezembro
LAURIBERTO JOSÉ REYS — São Paulo, 27 de fevereiro
LIGIA MARIA SALGADO NOBREGA — RJ, 29 de março
LINCOLN CORDEIRO OEST — RJ, 20 de dezembro
LOURDES MARIA WANDERLEY PONTES — RJ, 29 de dezembro
LUIS ANDRADE DE SÁ BENEVIDES — PE, 8 de março
LUIS GUILHARDINI — RJ, 20 de novembro
MARCOS NONATO DA FONSECA — SP, 14 de junho
MIRIAM LOPES VERBENA — PE, 8 de março
MARIA REGINA LOBO LEITE FIGUEIREDO — RJ, 29 de março
OSWALDO PINHEIRO DO AMARAL — SP, 3 de novembro
RUY OSWALDO PFITZENREUTER — São Paulo, 16 de abril
VALDIR SALES SABÓIA — RJ, 29 de dezembro
WILSON FERREIRA — RJ, 30 de março
YURI XAVIER PEREIRA — SP, 14 de junho

ANO DE 1973

ALMIR CUSTÓDIO DE LIMA — RJ, 27 de outubro
ALEXANDRE VANUCCHI LEME — SP, 17 de março
ANATALIA DE SOUZA ALVES DE MELO — Recife, 22 de janeiro
ANTONIO CARLOS BICALHO LANA — SP, 30 de novembro
ARNALDO CARDOSO ROCHA — SP, 15 de março
EMANOEL BEZERRA DOS SANTOS — SP, 04 de setembro
EUDALDO GOMES DA SILVA — Recife, 8 de janeiro

IVALDO LUIS FERREIRA DE SOUZA — Recife, 9 de janeiro
FRANCISCO EMANUEL PENTEADO — SP, 15 de março
FRANCISCO SEIKO OKAMA — SP, 15 de março
GILDO MACEDO LACERDA — Recife, 28 de outubro
HELBER JOSÉ GOMES GOULART — SP, 16 de julho
HENRIQUE ORNELAS FERREIRA CINTRA — Brasília, 20 de agosto
JARBAS PEREIRA MARQUES — Recife, 8 de janeiro
JOSÉ MANOEL DA SILVA — Recife, 8 de janeiro
JOSÉ CARLOS NOVAES MATA MACHADO — Recife, 28 de outubro
LINCOLN BICALHO ROQUE — RJ, 13 de março
LUIZ JOSÉ DA CUNHA — SP, 13 de julho
MANOEL ALEIXO DA SILVA — Ribeirão, PE, 29 de agosto
MANOEL LISBOA DE MOUTA — SP, 4 de setembro
MARCIO BECK MACHADO — Goiás, maio
MARIA AUGUSTA THOMAZ — Goiás, maio
MERIVAL ARAÚJO — RJ, 7 de maio
PAULINE REICHSTUL — Recife, 8 de janeiro
RANUSIA ALVES RODRIGUES — RJ, 27 de outubro
RONALDO MOURTH QUEIROZ — São Paulo, 6 de abril
SÔNIA MARIA DE MORAES LOPES — São Paulo, 30 de novembro
SOLEDADE BARRETI VIEDMA — Recife, 8 de janeiro

ANO DE 1974

FREI TITO DE ALENCAR LIMA — suicidou-se no exílio

ANO DE 1975

JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA — São Paulo, 28 de agosto
JOSÉ MAXIMINIANO DE ANDRADE NETO — Campinas, SP, setembro
PEDRO JERÔNIMO DE SOUZA — Fortaleza, 18 de setembro
WLADIMIR HERZOG — SP, 25 de outubro

ANO DE 1976

MARIA AUXILIADORA LARA BARCELOS — suicidou-se no exílio

ANGELO ARROYO — SP, 16 de dezembro

JOÃO BATISTA FRANCO DRUMOND — SP, 16 de dezembro

ALBERTO PIEROBON — Tamandaré — Paraná, Mato Grosso

JOÃO BOSCO PENIDO BOURNIER — Ribeirão Bonito, 15 de
outubro

MANOEL FIEL FILHO — SP, 17 de janeiro

PEDRO FELIPE VENTURA DE ARAUJO POMAR — SP, 16 de
dezembro

RUDOLF LUNKEMBEIN — Mato Grosso, 15 de julho

SIMÃO CRISTINO BORORO — Mato Grosso, 15 de julho

R\$ 12.00

Impresso nas oficinas da
EDITORA PARMA LTDA.
Fone: 209-5077
Av. Antonio Bardella, 180
Guarulhos - São Paulo - Brasil
Com filmes fornecidos pelo Editor

A luta desesperada da família de Fernando por informações, de quartel em quartel, de pessoa em pessoa, inclui intervenções importantes como as do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, do jurista Sobral Pinto, do escritor Tristão de Athayde, do Tribunal Bertrand Russel, da Anistia Internacional, da Cruz Vermelha Brasileira, da O.E.A. Além disso, mobilizou desde os políticos de oposição, até militares insuspeitos como os marechais Cordeiro de Farias e Juarez Távora. Nada no entanto, foi capaz de fazer com que o governo admitisse a sua prisão, as suas torturas, a sua morte. Morte sem sepultura, sem certidão e, o mais absurdo, sem cadáver.

Fernando Santa Cruz é, hoje, um grande "mistério". Um caso marcante de mais um desaparecimento de preso político, que continua, hoje, insolúvel como no dia de sua prisão. Ele espelha a luta desenvolvida por centenas de jovens que, a partir de uma tomada de consciência, resolveram não mais esperar e partir pra briga. O pretexto: tirar o poder daqueles que, violentamente, o tomaram do povo brasileiro; construir, enfim, uma sociedade mais justa, sem explorações, sem ditadores.

Este livro é uma denúncia. Um caso está sem solução há mais de uma década. Um caso *grave*, que atenta, diretamente, contra a irresponsabilidade de muita gente que, hoje, faz questão de manter a opinião pública desinformada, alienada, esquecida dos crimes que cometeram, talvez esquecidos, eles mesmos, que o Brasil é que está mudando. Ao mesmo tempo, este livro é uma homenagem à luta da família Santa Cruz, que, durante todo esse tempo, nunca diminuiu o seu ânimo. A chama dos "esperantes", como classificou Tristão de Athayde, continua mais acesa do que nunca. E esses esperantes, centenas de famílias que jamais tiveram seus filhos, maridos, pais e irmãos de volta, eles existem, têm memória, e esperam até hoje que tão monstruosos crimes sejam devidamente apurados. Sempre é tempo de cobrar.

Gilvandro Filho

Brasil, fevereiro de 1974

Para muitos, talvez estes elementos não signifiquem tanto. Para outros, um tempo qualquer, época de Carnaval, ano da Copa do Mundo. Boa parte da população brasileira, anestesiada com a falsa euforia da década, ao mesmo tempo que amortecido o seu poder de observação pela brutal censura imposta aos meios de comunicação, talvez desconheça, completamente, o que significou esse período, a década de 70, na história política do nosso país.

Como explicar hoje, ou daqui a alguns anos, as prisões ilegais, a tortura, os desaparecimentos de centenas de brasileiros, cujo "crime" não era outro senão lutar contra um modelo injusto e massacrador, imposto com os sucessivos governos militares implantados a partir de 1964? Esses homens, essas mulheres, até crianças, são hoje fantasmas na memória de alguns. Exagero na mente de outros. Dor imensa, no peito dos amigos e dos familiares, estes sim, incapazes de esquecer. Mas, como imaginar um Brasil tão violento e, ao mesmo tempo, tão recente?

